

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NICOLLE MONTALVÃO PEREIRA

**As Mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma nova  
hegemonia**

Maringá  
2018

NICOLLE MONTALVÃO PEREIRA

**As Mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma nova  
hegemonia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Meire Mathias.

Maringá  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

M763m Montalvão, Nicolle Pereira  
As mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma nova hegemonia. / Nicolle Montalvão Pereira. -- Maringá, 2018.  
157 f. : il., color., figs., mapas, fotos.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Meire Mathias.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Área de Concentração: Sociedade e Políticas Públicas, 2018.

1. Revolução Sandinista 2. Mulheres - Hegemonia. 3. Classes subalternas. 4. Feminismo. I. Mathias, Meire, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Área de Concentração: Sociedade e Políticas Públicas. III. Título.

CDD 21.ed. 305.4285  
AHS-CRB-9/1065

NICOLLE MONTALVÃO PEREIRA

**As mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma nova hegemonia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof.ª Meire Mathias  
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Walter Lucio de Alencar Praxedes  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof.ª Dr.ª Angélica Lovatto  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Aprovada em: 23 de abril de 2018

Local de defesa: Bloco H-35, sala 002 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

*Aos meus queridos, Lucas e Thiago (in memoriam), pelos sorrisos, alegrias e carinho compartilhados que jamais me esquecerei...*

## AGRADECIMENTOS

Todo processo de reflexão e produção de conhecimento, mesmo padecendo de um trabalho tão individual, trata-se de uma atividade coletiva e que necessita de condições objetivas para ser realizado. Desta forma, inicio com meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio financeiro em período integral de minha pesquisa, viabilizando de muitas formas o processo de produção científica.

Aproveito para estender meu agradecimento a todos os servidores e servidoras da Universidade Estadual de Maringá – UEM, em especial ao pessoal do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Ciências Sociais. Denise e Júnior, muito obrigada por tudo!

Aos colegas da turma de Mestrado, aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na qual muitos fizeram parte de minha formação desde a graduação na UEM. Professoras Zuleika Bueno, Eide Abreu e Carla Almeida, foi um prazer revê-las e compartilhar com vocês nossos crescimentos, nossos avanços.

Quero agradecer à minha família, e especialmente a minha mãe Rosângela. Sei que sou quem eu sou porque tive a mãe que tenho na formação de meu ser, de meus princípios. A força dela me é inspiradora. Às minhas amigas, amigos e camaradas! Sem as conversas, o apoio, as discussões, as viagens e os momentos de fuga que tivemos, a realização desta pesquisa seria impossível. À Bárbara, que mesmo sem uma convivência cotidiana, o conhecimento de sua existência me aspira a dias melhores. À camarada e amiga Lígia Bacarin, inspiração em meu entendimento, despertar e militância feminista, essencial para eu estar onde estou hoje.

Minha gratidão à toda equipe de docentes e funcionários/as do Colégio Estadual Santa Maria Goretti, que acompanhou meu processo de mestrado desde a seleção, em 2015, até a defesa, propiciando um suporte excepcional para que eu pudesse concluir minha pesquisa. Espero conseguir retribuir todo esse apoio de alguma forma.

Pessoal do Grupo de Pesquisa Política, Estado e América Latina – GPPEAL e do Laboratório do Tempo Presente – LabTempo, minha profunda gratidão às discussões valiosíssimas, em meio a cafés e quitutes maravilhosos. Foram momentos de muito crescimento para mim e, por consequência, para minha pesquisa, que também é de vocês. O resultado deste trabalho é nosso.

Meus agradecimentos aos membros das bancas examinadoras dos processos de qualificação e defesa da pesquisa, Prof<sup>ª</sup>. Angélica Lovatto e Prof. Walter Praxedes, pelas

contribuições essenciais à finalização deste trabalho. Agradeço ao Prof. e camarada Rodrigo Belli e Prof<sup>a</sup>. Sueli Gomes por terem aceito de prontidão meu convite para suplência da banca, assim como agradeço ao Prof. Antonio Ozaí pela suplência na qualificação. Ao Prof. Eliel Machado, que me emprestou os 4 tomos da obra *Memorias de La Lucha Sandinista*, de Mónica Baltodano, material que foi de fundamental importância à minha pesquisa, meu muitíssimo obrigada! À socióloga María Mercedes Salgado, nicaraguense de origem e brasileira de coração, que nos concedeu gentilmente uma entrevista, compartilhando sua experiência conosco e enriquecendo, assim, nosso trabalho.

Por fim, quero agradecer à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Meire Mathias. Porém, faltam palavras para descrever o sentimento e a sensação deste agradecimento, não só pela orientação primorosa, mas pela confiança, pela troca, e por me dar a oportunidade constante de (re)construção de meu ser a partir desta relação. Obrigada, Meire, por proporcionar momentos de tamanha completude, que me inspiram a viver “*y respirar lucha*”!

## **ATÉ QUE SEJAMOS LIVRES**

Rios me atravessam,  
montanhas perfuram o meu corpo  
e a geografia deste país  
vai tomando forma em mim,  
fazendo-me lagos, fendas e recôncavos,  
terra onde semear o amor  
que está me abrindo como um sulco,  
enchendo-me de vontade de viver  
para vê-lo livre, belo,  
plenos de sorrisos.

Quero explodir de amor  
e que minhas lascas acabem com os opressores  
cantar com vozes que arrebenhem meus poros  
e o meu canto se contagie;  
que todos adoecemos de amor,  
de desejos de justiça,  
que todos empunhemos o coração  
sem medo de que não resista  
porque um coração tão grande como o nosso  
resiste às mais cruéis torturas  
e nada aplaca o seu amor devastador  
e de latejo em latejo  
ele vai crescendo,  
mais forte,  
mais forte,  
mais forte,  
ensurdecendo o inimigo  
que o ouve brotar de todas as paredes  
vai vendo como se aproxima  
com o impulso de uma maré gigante  
a cada manhã em que o povo se levanta  
para trabalhar em terras que não lhe pertencem,  
em cada alarido dos pais que perderam os seus filhos,  
em cada mão que se une a outra mão que sofre.

Porque a força desse amor  
irá envolvendo tudo  
e nada restará  
até que não se afogue o clamor de nosso povo  
e gritos de gozo e de vitória  
irrompam nas montanhas,  
inundem os rios,  
estremeçam os galhos das árvores.

Aí então  
iremos despertar os nossos mortos  
com a vida que eles nos legaram  
e todos juntos cantaremos  
enquanto concertos de pássaros  
repetem nossa mensagem  
por todos  
os confins  
da América.

(Gioconda Belli, 2012, p. 73).



**MONTALVÃO, N. P. As Mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma nova hegemonia.**

## **RESUMO**

A Revolução Sandinista na Nicarágua (1979 – 1990), com inspiração na Revolução Cubana de 1959, foi um peculiar processo de insurreição popular que, através da luta armada, derrubou a ditadura da família Somoza e reconstruiu um país em ruínas. Porém, para melhor entender esse processo revolucionário é fundamental reconhecer o papel das mulheres, visto que elas estavam presentes nos dois momentos da revolução: no primeiro de guerrilhas urbanas e no campo e da inevitável guerra civil – que derruba o regime somozista –, ocupando diversas funções; e no segundo momento, de construção da Nova Nicarágua, onde estas mulheres permaneceram organizadas. A mulher sandinista se inseriu, portanto, de forma orgânica na revolução e certamente o triunfo desta só foi possível devido não somente ao apoio, mas à presença ativa de camponesas, operárias, professoras, estudantes, jovens e adolescentes, senhoras mães e avós, filhas, esposas, companheiras, artistas e militantes, enfim, mulheres. Estima-se que estas eram cerca de 30% do Exército Popular Sandinista (EPS). No entanto, a natureza paradigmática da Revolução Sandinista não impediu que as mulheres nicaraguenses encontrassem inúmeros desafios, até mesmo na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), o que as recolocou em uma posição de subalternidade dentro da própria luta sandinista. Por fim, sabe-se que a construção de uma nova Nicarágua não se consolidou, sucumbindo em 1990 com a vitória da liberal Violeta Chamorro nas eleições à presidência, reestabelecendo uma hegemonia burguesa sob o formato do neoliberalismo. Desta maneira, o presente trabalho visa, dentro do campo teórico do marxismo, especificamente no que concerne às categorias do pensador sardo Antonio Gramsci de *hegemonia*, *classes subalternas* (ou grupos subalternos) e *transformismo*, analisar a participação orgânica das mulheres na Revolução Sandinista, evidenciando o âmbito das disputas hegemônicas na construção de uma nova sociedade, além de elencar ao debate feminista latino-americano a essencial vinculação entre a luta das mulheres e a luta de classes.

**Palavras-chave: Revolução Sandinista; Mulheres; Hegemonia; Classes subalternas; Feminismo.**

# **MONTALVÃO, N. P. Las Mujeres y la Revolución Sandinista: la construcción de una nueva hegemonía.**

## **RESUMEN**

La Revolución Sandinista en Nicaragua (1979 – 1990), con inspiración en la Revolución Cubana de 1959, fue un peculiar proceso de levantamiento popular que, a través de la lucha armada, derrocó a la dictadura de la familia Somoza y ha reconstruido un país en ruinas. Pero, para mejor entender ese proceso revolucionario es fundamental reconocer el papel de las mujeres, visto que ellas estaban presentes en los dos momentos de la revolución: en lo primero de guerrillas urbanas y rural y de la inevitable guerra civil – que derrocó el régimen somocista –, ocupando diversas funciones; y en lo segundo, de construcción de la Nueva Nicaragua, donde estas mujeres se quedaron organizadas. La mujer sandinista si entró, tan orgánicamente en la revolución que, ciertamente, el triunfo de esta solo fue posible debido no solamente al apoyo, mas por la presencia activa de campesinas, obreras, maestras, estudiantes, jóvenes y adolescentes, señoras madres y abuelas, hijas, esposas, compañeras, artistas y militantes, en fin, mujeres. Estimase que estas eran cerca de 30% de lo Ejército Popular Sandinista (EPS). Sin embargo, el carácter paradigmático de la Revolución Sandinista no impidió que las mujeres nicaragüenses encontrasen muchos desafíos, incluso en el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), lo que la puso en una posición de subalternidad dentro de la lucha sandinista. Por fin, se sabe que la construcción de una nueva Nicaragua no se consolidó, sucumbido en 1990 con la victoria de la liberal Violeta Chamorro en las elecciones de la presidencia, reestableciendo una hegemonía burguesa en lo formato del neoliberalismo. Así, lo presente trabajo visa, dentro de lo campo teórico del marxismo, específicamente en que concierne a las categorías de lo pensador sardo Antonio Gramsci de *hegemonía*, *clases subalternas* (o grupos subalternos) y *transformismo*, analizar la participación orgánica de las mujeres en la Revolución Sandinista, evidenciando lo ámbito de las disputas hegemónicas en la construcción de una nueva sociedad, además de listado el debate feminista latinoamericano a la esencial vinculación de la lucha de las mujeres y la lucha de clases.

**Palabras clave: Revolución Sandinista; Mujeres, Hegemonía; Clases subalternas; Feminismo.**

**MONTALVÃO, N. P. The Women and the Sandinista Revolution: a new hegemony's construction.**

#### **ABSTRACT**

The Sandinista Revolution in Nicaragua (1979 – 1990), inspired by the Cuban Revolution of 1959, was a peculiar process of popular uprising that, through armed struggle, overthrew the dictatorship of the Somoza family, and rebuilt a country in ruins. However, for a better understanding of the process, is fundamental to recognized the role of women, because they were present in two moments of the revolutionary process: the first one of guerrillas in the countryside and in the city, and a civil war – that overthrew the Somoza – in many functions, including armies command; and in the second one, of a New Nicaragua's building, where these women remained organized. The Sandinista woman enter herself in an organic format in the revolution and, for sure, the triumph was possible because not just the support, but for the active presence of farmworkers, urban workers, teachers, students, young women and teenagers, mothers and grandmothers, daughters, wives, companions, artists and militants, anyway, women. It is estimated that women were 30% of the Sandinista Popular Army (EPS). After all, the paradigmatic nature of the Sandinista Revolution didn't prevent the Nicaraguan women find many challenges, even in the Sandinista National Liberation Front (FSLN), what put them at a subaltern position within the Sandinista struggle. Finally, it's known that the construction of a new Nicaragua isn't consolidated, succumbing in 1990 with the victory of liberal Violeta Chamorro on the presidential election, returning into a bourgeois hegemony, in the neoliberalism format. Thus, the present research aims, within the theoretical field of Marxism, specifically about the categories of the Sardinian thinker Antonio Gramsci of *hegemony*, *subaltern class* (or subaltern groups) and *transformism*, to analyses the women's organic participation into Sandinista Revolution, highlighting the scope of the hegemonic disputes in the construction of a new society, in addition to listing the Latin American feminist debate the essential binding between the women's struggle and class struggle.

**Keywords: Sandinista Revolution; Women; Hegemony; Subaltern class; Feminism.**

## LISTA DE SIGLAS

AMPRONAC – Associação de Mulheres ante a Problemática Nacional

AMLAE – Associação de Mulheres Luísa Amanda Espinoza

APP – Área de Propriedade do Povo

CDS – Comitê de Defesa Sandinista

CIA – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos

CNA – Cruzada Nacional de Alfabetização

COSEP – Conselho Superior da Empresa Privada

EPS – Exército Popular Sandinista

EUA – Estados Unidos da América

FARC-EP – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional

GPP – Guerra Popular Prolongada

JGRN – Junta de Governo de Reconstrução Nacional

MNN – Movimento Nova Nicarágua

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PLC – Partido Liberal Constitucionalista

PLN – Partido Liberal Nacionalista

TI – Tendência Insurrecional

TP – Tendência Proletária

UNO – União Nacional Opositora

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – Desvendando a Nicarágua: da colonização à Revolução Sandinista.....</b>	<b>17</b>
1.1 <i>Comandante Sandino presente!</i> Da organização e fundação da Frente Sandinista de Libertação Nacional ao triunfo revolucionário.....	21
1.2 Gramsci e a Revolução Sandinista: construção de uma nova hegemonia.....	39
1.3 A Nicarágua no contexto internacional: o nexo entre as dimensões interna e externa, <i>transformismo</i> e a saída neoliberal.....	46
<b>CAPÍTULO II – Mulheres, Revolução e o desafio da “<i>doble lucha</i>”.....</b>	<b>57</b>
2.1 A luta das mulheres <i>latinoamericanas</i> .....	58
2.2 Classes subalternas e suas frações: o lugar das mulheres nas disputas hegemônicas.....	63
2.3 “Estamos todas despertas”: a participação da mulher na Revolução Sandinista.....	70
<b>CAPÍTULO III – Feminismo e Classe na América Latina .....</b>	<b>94</b>
3.1 <i>Gênero tem classe e a Classe tem gênero!</i> Perspectiva classista na práxis revolucionária das lutas feministas.....	101
3.2 O avanço neoliberal na América Latina e seu impacto no movimento feminista nicaraguense.....	119
3.3 As experiências revolucionárias soviética e sandinista: mulheres e luta de classes.....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>147</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

Importantes fatos históricos marcaram o século XX na América Latina. Dentre eles destacamos a Revolução Nicaraguense, processo que ocorreu de 1979 a 1990. Pouco se sabe sobre este tema. A Nicarágua sequer está presente no imaginário do senso comum e, quando recordada, raramente se tem conhecimento de tal revolução no país. Entre muitos fatores que podem justificar esse desconhecimento, podemos elencar a nossa falta de identidade latino-americana, uma falta de integração entre países que, na realidade, são muito mais parecidos do que se imagina, inclusive por compartilharem de uma história em comum, afinal, estamos todos e todas na região latino-americana. Além do persistente apagamento dos processos de resistência, ou seja, a negação da história dos “vencidos”. Entretanto, se por um lado há todo um esquecimento sobre o que foi a Revolução Sandinista, por outro, esse mesmo fator tende a despertar uma grande curiosidade.

A Nicarágua – país localizado na América Central entre Honduras e Costa Rica –, por mais de uma década, foi palco de importantes transformações sociais provindas de uma ampla efervescência popular: a Revolução Sandinista (1979 – 1990), liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Com inspiração na Revolução Cubana de 1959, a revolução nicaraguense foi um peculiar processo de insurreição popular que, através da luta armada, derrubou a ditadura da família Somoza e reconstruiu um país em ruínas. Podemos dizer que este processo revolucionário, que durou 11 anos, mas que já vinha sendo construído desde os anos 1920 sob a liderança de Augusto César Sandino, teve dois momentos: um primeiro que resulta na queda do regime somozista; e o segundo de construção da revolução, quer dizer, de mudanças na sociedade nicaraguense em prol da sua população, que tinha em suas mãos a tarefa de reerguer o país e transformá-lo conforme seus anseios e necessidades. Decerto, a Revolução na Nicarágua configurou o último levante popular vitorioso da América Latina, pois derrubou um governo ditatorial de quase quatro décadas e meia (43 anos) – não raramente, identificado pelos próprios nicaraguenses como uma “dinastia” – e deu início a uma reconstrução revolucionária da nação.

Porém, o que há de curioso e surpreendente neste processo foi o fato dele não se consolidar. Isto é, a Revolução Sandinista, para além de derrubar a ditadura somozista e visar a libertação nacional do país, tinha por objetivo a construção de uma nova sociedade, através de transformações estruturais que promovessem o desenvolvimento de um outro sistema

político, econômico, social e cultural, em moldes similares ao da inspiradora revolução cubana. E isso não aconteceu, uma *nova* Nicarágua não foi consolidada. Após a queda do regime somozista e com a implantação de um governo revolucionário – a Junta de Governo de Reconstrução Nacional (JGRN) –, vislumbrava-se que no segundo período ocorressem as transformações estruturais. Mas, o que se viu foi um breve momento de avanços imediatos, entre 1979 e 1983 e, posterior a essa data, a revolução começa a perder força, o que leva ao definhamento do processo de reconstrução revolucionária do país nicaraguense, que tem seu fim demarcado com a vitória da candidata liberal Violeta Chamorro sobre o candidato guerrilheiro sandinista, Daniel Ortega, nas eleições presidenciais de 1989. Com Chamorro na presidência em 1990, inicia-se um outro processo, não mais revolucionário, e sim de retorno aos ditames do capital e do imperialismo, mas sob o um novo formato, o da democracia burguesa em tempos de neoliberalismo.

A derrocada da revolução representou retrocessos em diversos campos que, com o fim da ditadura somozista, esperava-se obter e consolidar conquistas e superações, como o levante das mulheres. Desta maneira, afirmamos que uma das motivações para a realização desta pesquisa é justamente a tentativa de compreender como se deu essa derrocada, o fim de um processo que teve tudo para ir muito além de suas primeiras conquistas, e que acabou recaindo na implementação da economia e das políticas neoliberais. Percebe-se que diversos fatores contribuíram para o não sucesso da Revolução Sandinista, como o próprio contexto político na qual o processo se realizou, que era de bipolaridade do Sistema Internacional, logo, de tensão entre os blocos capitalista e socialista, da Guerra Fria, e das ações quase que desesperadas dos Estados Unidos da América em reestabelecer sua hegemonia na região centro-americana, colocada em cheque constantemente pela resistência dos povos latino-americanos, e especialmente abalada desde o triunfo revolucionário cubano.

Ademais, para a realização da análise dos meandros da revolução popular nicaraguense, se faz necessário delimitar nosso marco teórico e metodológico. Estamos adentrando no campo da discussão marxista, isto é, nossa concepção teórica-metodológica está atrelada ao marxismo, à análise do real a partir do materialismo histórico e dialético, afinal, como escreveu Karl Marx na *Introdução à crítica da economia política*, “o concreto só é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso” (1982, p.14). Assim, para compreendermos a derrocada da Revolução Sandinista e a posição de subalternidade que as mulheres foram recolocadas durante o processo revolucionário, precisamos partir das relações e das determinações que culminaram no “concreto”. Pela especificidade deste trabalho, utilizaremos,

dentro do campo teórico marxista, as categorias de hegemonia, classes subalternas (ou grupos subalternos) e transformismo, presentes no rol do pensamento do escritor sardo Antonio Gramsci, pois é, nas palavras da filósofa cubana Isabel Monal, “em Gramsci, talvez de modo mais específico, podem-se identificar valiosos instrumentos para melhor apreender essas novas complexidades, sem incidir na subestimação ou na negação do protagonismo das lutas de classe” (2003, p. 193). Refletindo a Revolução Sandinista enquanto tentativa de construção de uma nova sociedade, compreendemos que ela configurou a viabilização de uma nova hegemonia, o que nos elucida à compreensão do processo, de sua composição, de suas disputas, e da projeção de uma nova concepção de mundo, atrelada à construção de uma alternativa hegemônica. Pensar a construção de uma nova hegemonia nos termos do pensamento gramsciano é levar em consideração na análise as “muitas determinações”, isto é, compreender o contexto histórico-social, a economia, a política e a cultura: uma nova hegemonia se dá por base no domínio através da força, na coerção, mas é também ideológico, sociocultural.

É primordialmente deste assunto, da Revolução Sandinista enquanto construção de uma nova hegemonia, que se trata nosso primeiro capítulo, onde procuramos demonstrar a relevância analítica do processo revolucionário sandinista como a possibilidade de concreção de uma alternativa hegemônica na Nicarágua, com o desenvolvimento de uma visão de mundo própria, além da influente dinâmica entre as dimensões interna e externa, que muito tem a ver com a decadência da revolução.

Ainda no primeiro capítulo, buscamos trazer à tona o processo de cooptação da luta revolucionária exercida e sofrida pela Frente Sandinista, na qual o conceito de transformismo nos dá suporte para o entendimento de como se dá o ceifamento da radicalidade de movimentos de resistência, de contraposição à hegemonia dominante.

Todavia, para melhor compreendermos a Revolução Sandinista, é fundamental conhecer quem, afinal, compõe a massa, a base desse grandioso levante popular. No nosso trabalho, destacamos o papel exercido pelas mulheres nesse processo. Se a própria revolução é invisibilizada, muito mais o é a participação das mulheres. Pois, como nunca visto antes nos processos de resistência na América Latina, a mulher sandinista se inseriu de forma orgânica na revolução e certamente o triunfo desta só foi possível devido não somente ao apoio, mas à presença ativa de camponesas, operárias, professoras, estudantes, jovens e adolescentes, senhoras mães e avós, filhas, esposas, companheiras, artistas e militantes, enfim, mulheres. Para se ter uma noção de como a mulher se colocou na luta revolucionária, estima-se que elas eram



cerca de 30% do Exército Popular Sandinista. Assim, reiteramos a participação orgânica das mulheres no processo revolucionário nicaraguense como nosso objeto central. Trata-se de um ponto chave de nossa pesquisa.

No segundo capítulo, portanto, para além do resgate necessário da história das mulheres e de suas lutas na América Latina, procuramos abordar a participação organizada e massiva destas na Revolução Sandinista a partir da noção de classes subalternas, ou grupos subalternos, de Gramsci. Justamente por tratar-se de um processo revolucionário popular, com caráter de classe demarcado, a categoria gramsciana de “subalterno” nos elucida a pensar sobre a heterogeneidade das camadas populares, seus múltiplos interesses e a diversidade de concepção de mundo, ou seja, suas lutas específicas, mas não de forma segregada ao que concerne à luta das classes sociais. Neste mesmo capítulo resgatamos a participação das mulheres sandinistas, suas conquistas imediatas, seus avanços e, por fim, os retrocessos. Aqui, se faz necessários nos remetermos novamente ao referencial teórico-metodológico, empregado nos capítulos 2 e 3. Reforçamos que, para a discussão da subalternidade da mulher na sociedade de classes por uma perspectiva materialista histórica e dialética, utilizamos principalmente os estudos desenvolvidos pela socióloga marxista brasileira Heleieth Saffioti. Dentro do escopo das discussões entre marxismo e feminismo, os escritos de Saffioti são importantes para a compreensão dos conceitos de capitalismo, racismo e patriarcado e da simbiose entre eles, na estruturação da hegemonia burguesa dominante.

Além do levantamento bibliográfico de livros, teses e monografias, artigos, entrevistas, relatos e depoimentos acerca do assunto, utilizamos um importante registro histórico que consegue nos comunicar de forma especial a presença das mulheres na revolução popular sandinista: a iconografia. O resgate histórico da participação da mulher por meio de fotos ilustra o quanto foi importante este processo para a inserção das nicaraguenses em espaços não antes alcançados. O estímulo visual e emocional que as imagens podem nos proporcionar aparecem ao longo dos três capítulos.

No terceiro e último capítulo, nos dedicamos a uma polêmica, porém necessária discussão no rol das lutas sociais. Sob o título “Feminismo e Classe na América Latina”, procuramos elencar ao debate feminista latino-americano a essencialidade de vincular a luta das mulheres à luta de classes. Pois, em uma análise materialista histórica e dialética da realidade vigente, problematizamos a suposta dicotomia entre essas duas disputas, tendo em vista nosso entendimento acerca do capitalismo enquanto um sistema de dominação-exploração

e do patriarcado também como um sistema de opressão que opera nessas duas frentes, enquanto dominação e exploração e, se há um tipo de simbiose entre esses pilares (inclui-se um terceiro, que é o racismo) na estrutura e na manutenção da hegemonia dominante, as lutas de oposição a tal sistema necessariamente precisam também ser simbióticas, portanto não deve haver uma dicotomia entre feminismo e classe. Perpassando pelas diversas vertentes feministas e partindo da experiência das mulheres na Revolução Sandinista, defendemos a urgência deste debate, considerando o quanto o avanço do neoliberalismo impactou o movimento feminista no mundo, na América Latina e, por consequência, na luta das mulheres na Nicarágua. Tal debate se faz imprescindível para a construção de concepções de mundo capazes de unificar a luta das classes subalternas, objetivando a superação do sistema de dominação posto.

Além do mais, contamos com a entrevista da socióloga María Mercedes Salgado, atualmente doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), que gentilmente nos concedeu seu tempo e sua experiência de vida enquanto mulher nicaraguense que acompanhou de perto o período revolucionário em seu país de origem. Seu relato ocasionou em valiosas contribuições para nosso trabalho.

Por fim, temos por objetivo desta pesquisa, através do resgate histórico da participação política das mulheres em processos de resistência na América Latina, como o da Revolução Sandinista, atenuar tamanha invisibilidade, que não nos cabe mais. Recordar estas lutas significa não permitir que o protagonismo das mulheres permaneça ofuscado. É um dos caminhos possíveis para constituição de uma nova visão de mundo. Que possa parecer utopia, mas, como Eduardo Galeano bem citou Fernando Birri, a utopia serve “para que eu não deixe de caminhar”. Então seguimos, caminhando, recuperando os trilhos de nossa própria história e, assim, podemos vislumbrar a possibilidade de construção de uma nova realidade social.

## CAPÍTULO I

### Desvendando a Nicarágua: da colonização à Revolução Sandinista

Localizada no istmo da América Central<sup>1</sup> (Mapa 1), entre Honduras e Costa Rica e banhada por ambos os Oceanos Atlântico e Pacífico, a Nicarágua, colonizada pelos espanhóis, foi cenário de inúmeras disputas territoriais. Em meados do século XVI, os índios *nicaraos* se renderam aos colonizadores, dando início aos longos anos de disputa do controle da país nicaraguense, passando pelos governos do Panamá, Honduras, Guatemala e até do México no começo do século XIX. Somente no ano de 1821 a Nicarágua se torna independente da Coroa Espanhola, integrando, em 1826, as Províncias Unidas da América Central.

**Mapa 1. América Central.**

CENTRAL AMERICA AND THE CARIBBEAN



Fonte CIA. World Factbook. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/graphics/ref\\_maps/political/jpg/central\\_america.jpg](https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/graphics/ref_maps/political/jpg/central_america.jpg). Acesso em 09/06/2017.

<sup>1</sup> Sobre a região denominada “América Central”, vale ressaltar nosso entendimento de que “ela abarca os Estados formadores do istmo que liga a América do Sul à América do Norte, composta por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, e o agrupamento de diversos arquipélagos localizados próximo ao istmo e entre a América do Sul e do Norte, onde o Oceano Atlântico se transforma no Mar do Caribe, composta por Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristovão e Neves, São Vicente e Granadinas e Trindade e Tobago”. (PALICER, 2017, p.19).

É neste contexto que os Estados Unidos da América, já se colocando em conflituosa relação com os países europeus na busca por hegemonia na região latino-americana, passa a promover invasões na Nicarágua, como a primeira realizada pelo pirata Walker em 1847. Estima-se que o país sofreu cerca de 17 intervenções diretas (NEPOMUCENO, 1985, p.108), e assim tem-se uma série de governos alinhados diretamente com os EUA. Os interesses estadunidenses acerca da Nicarágua eram muitos devido a posição geográfica e estratégica (Mapa 2), mas o principal era a realização de um canal que ligasse os dois oceanos. Ainda, de acordo com Palicer e Mathias,

Após a Guerra Hispano-Americana os Estados Unidos assumem definitivamente o papel de estado hegemônico na América Latina e serão especialmente participativos na América Central. Nesse contexto, para o planejamento geopolítico e geoestratégico estadunidense, será vital garantir o controle do istmo e finalizar um projeto já almejado por todas as nações que disputaram a hegemonia na região: a construção de um canal marítimo interligando os oceanos Atlântico e Pacífico. (2016, p.07).

**Mapa 2. Nicarágua.**



Fonte CIA. World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/graphics/maps/nu-map.gif>. Acesso em 09/06/2017.

O local escolhido para construção do canal acabou sendo o Panamá, o que configurou uma grande demonstração de poder dos EUA sobre a região centro-americana, visto que:

o Panamá se tornava um Estado independente no istmo. Novamente a hegemonia estadunidense agia para manter a defesa de seus interesses. Ao incentivar os separatistas do Panamá a face da direção e do convencimento se tornava mais nítida, mas logo após a proclamação da independência panamenha, ancoravam nas margens do novo país os *marines* estadunidenses,

mostrando ao Estado colombiano que a força e a coerção não seriam poupados em caso de resistência. A presença estadunidense foi o suficiente para desmotivar a reação da Colômbia e um novo país nascia na América Central, criado pelos Estados Unidos. (PALICER; MATHIAS, 2016, p.08).

A combinação de coerção e convencimento dos Estados Unidos sob os países do istmo não impediram que movimentos de oposição ao imperialismo *yankee* surgissem. Na Nicarágua, nacionalistas e liberais começam a se organizar e, em 1912, os nacionalistas ocupavam cidades como a capital Manágua, Granada e Masaya, o que obrigou o então presidente Adolfo Diaz a recorrer aos EUA, que invade o país novamente, sob o comando do militar Smedley Butler.

Em 1926, ocorre um conflito entre liberais e conservadores na Nicarágua. O exército liberal se revolta contra o presidente conservador imposto pelos EUA e tal contexto torna-se propício para o fortalecimento dos movimentos de oposição. “Dois grupos fazem oposição armada ao governo. Um liderado pelo general José Maria Moncada e outro por Juan Bautista Sacasa” (MAREGA, 1981, p. 18). Augusto Cesar Sandino, que vivia fora de seu país de origem desde 1921, retorna à Nicarágua aderindo à luta e organizando seu exército. Com o presidente Adolfo Diaz de volta ao poder e uma nova invasão militar estadunidense, os grupos liderados pelos generais Moncada, Sacasa e Sandino a princípio não se intimidam, mas em 1928, os dois primeiros acabam se rendendo, diferente de Sandino que resiste até ser garantido a ele que as tropas estadunidenses sairiam do país. De acordo com Palicer e Mathias (2016, p. 11)

Os conflitos vão se intensificando e em 1928 surge um levante nacionalista, liderado por Juan Bautista Sacasa, José Maria Moncada e Augusto César Sandino. Enquanto Sacasa e Moncada pretendiam uma revolta pela soberania nacional, mantendo a ordem social vigente, Sandino se colocava como um autêntico revolucionário popular, lutando pela reforma agrária e reapropriação das posses estadunidenses na Nicarágua.

Foi em 1933 que, de acordo com Eric Nepomuceno (1985 p. 103),

Derrotado pelas forças de Augusto César Sandino 'general de homens livres', o exército norte-americano de intervenção abandona a Nicarágua. Acordos políticos permitem a eleição de Juan Sacasa para presidente da República. Sacasa nomeia Anastasio Somoza García para a chefia da *Guardia Nacional*.

A nomeação à chefia da Guarda Nacional<sup>2</sup> resultou numa grande tragédia para a luta nacionalista nicaraguense. Anastásio Somoza, também conhecido como *Tacho*, trai seu presidente e ordena o sequestro e o assassinato de Sandino. Há controvérsias sobre o

---

<sup>2</sup> Sobre a Guarda Nacional, “criada em 1925, a Guarda tem como objetivo 'manter a ordem no País'. Treinada e comandada por norte-americanos, a Guarda Nacional é um 'exército profissional e apolítico'. Corporações iguais já existiam no Haiti, Filipinas e Panamá. Washington quer 'ordem' nesses países”. (MAREGA, 1981, p.27-28). Ou seja, ao invés do exército estadunidense de intervenção permanecer na Nicarágua, os EUA treinaram os próprios soldados nicaraguenses, para que estes estivessem, portanto, a seu serviço.

conhecimento ou não da ação pelo presidente Juan Sacasa, afirma-se que o presidente e o embaixador americano Bliss Lane foram cúmplices (ZIMMERMANN, 2006, p.24). Assim,

Com a vitória do movimento, Sandino foi traído por Sacasa, que passou a governar o país e executou seu antigo companheiro. Sacasa, por sua vez, também foi traído, por Anastácio Somoza, chefe de sua Guarda Nacional. A partir de então há novamente a coligação com os Estados Unidos e dá-se início à dinastia dos Somozas, que se manterão no poder até a vitória da revolução. (PALICER; MATHIAS, 2016, p.11).

Assim desenha-se o golpe de Anastasio Tacho Somoza, que em 1936 derruba seu tio, Sacasa, e torna-se presidente no ano seguinte. Vinte anos mais tarde, Tacho é assassinado a tiros pelo poeta Rigoberto López Pérez em uma cerimônia, e é seu filho, Luís Somoza Debayle, que assume a presidência. Na chefia da Guarda Nacional, em 1957, é nomeado o filho do presidente Luís Somoza, que carrega o mesmo nome que seu avô, Anastasio Somoza Debayle – o *Tachito* (Figura 1), que também veio a ser presidente, dando continuidade à “dinastia” dos Somoza na Nicarágua, um regime ditatorial militar que perduraria mais de quatro décadas e meia.

**Figura 1. Presidente Anastasio Somoza Debayle, abrindo nova sessão do Congresso Nacional. Manágua, 1978.**



Fonte: [http://www.susanmeiselas.com/latin-america/nicaragua/#id=somoza\\_regime](http://www.susanmeiselas.com/latin-america/nicaragua/#id=somoza_regime) . Acesso em 22/03/2018.

Portanto, o período que se dá entre 1934, marcado pelo assassinato de Sandino, e 1956, onde registra-se o assassinato de Anastasio Somoza, foi de caça e extermínio aos guerrilheiros de Sandino pela Guarda Nacional. A ditadura somozista era severa, alinhada aos EUA, um governo despreocupado com sua população deixando-a à mercê da fome e da miséria.

### **1.1. Comandante Sandino presente! Da organização e fundação da Frente Sandinista de Libertação Nacional ao triunfo revolucionário**

Ainda na década de 1950 surgem grupos armados de oposição que enfrentam a Guarda Nacional, mesmo esta tendo como tarefa a execução de quaisquer opositores. Após a morte de Anastasio Somoza, de 1956 a 1960, tem-se o princípio do que veio a ser chamado de Sandinismo, isto é, houve a “reorganização dos sandinistas, agora não só os companheiros de Sandino, mas também seus filhos e netos” (MAREGA, 1981, p.34). Vale ressaltar um importante acontecimento, determinante não só na fundação da futura Frente Sandinista de Libertação Nacional, mas que serviu de inspiração para a luta de todo o povo nicaraguense: a Revolução Cubana de 1959.

A revolução cubana inspirou uma verdadeira proliferação de grupos de estudantes radicais na Nicarágua, entre 1959 e 1960: a Juventude Democrática Nicaraguense (ligada ao Partido Comunista), a Juventude Revolucionária Nicaraguense e a Juventude Patriótica Nicaraguense. (ZIMMERMANN, 2006, p.45).

De acordo com Palicer e Mathias (2016, p.09), “no istmo a libertação cubana repercutiu de maneira mais intensa, com o modelo de guerrilha vitorioso em Cuba sendo reproduzido nas diferentes nações contra seus próprios ditadores e a onipresente intervenção estadunidense”, isto é, para além das citadas mobilizações estudantis, havia mobilização, ainda que discreta, de forças armadas opositoras aos Somoza, assim como greves entre trabalhadores e trabalhadoras (ZIMMERMANN, 2006, p.45), aos poucos militantes que defendem a luta armada vão se fortalecendo a ponto de organizarem-se em um grupo revolucionário não-estudantil, o Movimento Nova Nicarágua (MNN), fundado em 1961 que, em menos de um ano, tornou-se a Frente de Libertação Nacional. Por convencimento de um dos mais importantes líderes revolucionários, Carlos Fonseca, em 1963 “Sandinista” é acrescentado ao nome da Frente ficando, portanto, Frente Sandinista de Libertação Nacional – a FSLN.

Todavia, após a fundação da Frente Sandinista em meados da década de 1960, inicia-se um intenso período de guerrilhas, que vai até o fim da década de 1970. Nos últimos anos de 1960, a FSLN realiza discussões internas para definir de fato o que é a Frente e seus objetivos, reafirmando a inspiração cubana e a estratégia da luta armada. Assim, os militantes sandinistas, organizados e treinados nas montanhas, começam a recrutar mais e mais pessoas, homens e mulheres, jovens e adolescentes, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, promovem treinamentos nas montanhas, ações de guerrilha urbana em cidades estratégicas, etc. Certamente, tudo isso ocorria com o enfrentamento à Guarda, o que sempre resultava em inúmeras mortes.

Em dezembro de 1972 um terrível terremoto atingiu a capital Manágua, devastando o centro da cidade e matando cerca de dez mil pessoas. Este foi um momento propício para fortalecer as organizações anti-somozistas, apesar das tantas mortes. Era necessária uma grande ajuda financeira para a reconstrução da capital. Foi “criado um Comitê de Emergência para reunir a ajuda internacional e providenciar a reconstrução de tudo que o terremoto destruiu” (NEPOMUCENO, 1985, p.105), porém, quem presidia tal Comitê era o próprio Anastasio Somoza Debayle, *Tachito*, que desviou os milhões de dólares enviados pela solidariedade internacional, fazendo com que a cidade de Manágua permanecesse destruída e sua população abandonada. Este foi um dos motivos para o fortalecimento da luta sandinista, primeiro porque ficou evidente aos e às nicaraguenses que a ajuda internacional não chegava a seus fins, segundo porque tal situação gerou uma grande crise (inflação e desemprego altíssimos), o descontentamento popular estava cada vez maior, assim, setores que ainda se colocavam enquanto defensores do regime somozista, passam a criticá-lo como a Igreja Católica e setores da burguesia que não receberam sua parcela da ajuda internacional. É neste momento propício que a FSLN estreita laços com movimentos católicos progressistas ligados principalmente às ideias da Teologia da Libertação, onde líderes essenciais surgiram, como Luis Carrión, organizador do movimento estudantil cristão, e Mónica Baltodano, também militante do movimento estudantil cristão que se tornou uma das mais importantes guerrilheiras do movimento urbano clandestino.

No ano de 1974, a FSLN executa um plano ousado e bem-sucedido. Cerca de quinze guerrilheiros e guerrilheiras invadem a casa do empresário José María “Chema” Castillo durante uma festa, fazendo reféns várias pessoas importantes, inclusive um cunhado de Somoza. Exigências como liberdade para presos sandinistas, transmissão de manifestos pela rádio, e o pagamento do resgate (um milhão de dólares) foram acordadas com Somoza. “A



FSLN batizou o ataque bem-sucedido de dezembro de 1974 de 'Rompendo o Silêncio', já que assinalou o reaparecimento público e dramático do movimento, após vários anos de relativo anonimato” (ZIMMERMANN, 2006, p.71), outros ataques vitoriosos também foram executados pelo grupo guerrilheiro das montanhas.

Todavia, os próximos dois anos seriam extremamente pesados para os sandinistas. Após os ataques em 1974, foi declarado estado de sítio e cerca de três mil mortes ocorreram devido a repressão, o que reduziu e fragilizou a FSLN, gerando a divisão da Frente em três tendências distintas, a *Guerra Popular Prolongada* (GPP), a *Tendência Proletária* e a *Tendência Insurrecional* (ou *Terceirista*). Esta divisão faz com que o líder sandinista Carlos Fonseca retornasse para a Nicarágua, pois este se encontrava em Cuba desde 1969. De acordo com Zimmermann (2002, p.73), “em algum momento de 1975, e contrariando os conselhos de alguns líderes ainda no país, Carlos Fonseca decidiu voltar à Nicarágua. Seu objetivo era tentar reunir as três tendências em torno de uma operação guerrilheira renovada que ele lideraria”.

A Guarda Nacional partiu em direção ao leste da Nicarágua em fins de 1976, numa ação minuciosa de perseguição e extermínio aos guerrilheiros e guerrilheiras. Antes mesmo de cumprir seu objetivo, Carlos Fonseca acabou caindo em uma emboscada no dia 07 de novembro de 1976, e foi assassinado. Zimmermann relata que,

De acordo com Henry Ruiz, o ano de 1977 foi o mais difícil da história da FSLN. No fim desse ano, o “exército” guerrilheiro inteiro estava reduzido a onze combatentes. Mas os acontecimentos políticos nas cidades já estavam começando a se voltar contra a ditadura de Somoza, que logo mergulharia em uma grande crise. (2006, p.75)

Tal situação deixa aparente à Somoza que a FSLN estava destruída, porém, o desgaste do regime somozista é irreversível. De fato, nas montanhas e no campo, a ofensiva da Guarda Nacional foi destruidora. Em contrapartida, nas cidades o clima é outro e a insatisfação popular é imensa. Ainda de acordo com Zimmermann (2006, p.77),

A ofensiva contra-revolucionária maciça, que se estendeu de 1976 a 1977, lançou bombas e napalm em assentamentos, queimou lavouras e residências, foi responsável por desaparecimentos, estupros e prisões em campos de concentração. Quando a notícia das atrocidades alcançou as cidades, criou-se um estado nacional de indignação, especialmente nas classes mais baixas, tradicionalmente os alvos principais da repressão, mas também nos nicaraguenses de classe média.

Desta forma, as três tendências voltam a recrutar quadros nas cidades, e a unidade torna-se mais que necessária. Somente no ano de 1979, em meio a formação de novas organizações

sandinistas<sup>3</sup> e com a população furiosa, que aconteceria a recomposição da FSLN, fato essencial à vitória do processo revolucionário.

O conflito na Nicarágua fica cada vez mais acirrado. Muitos levantes anti-Somoza aconteceram em vários locais, como em fevereiro de 1978 em Monimbó, uma comunidade indígena em Masaya; em 22 de agosto de 1978 guerrilheiros promovem uma ação muito bem sucedida, tomaram o Palácio Nacional na capital, Manágua, “mantendo como reféns 3.500 políticos e empresários até que Somoza concordasse em liberar os 59 membros da FSLN ainda na prisão” (ZIMMERMANN, 2006, p.83); um levante popular em Matagalpa (Figura 2) e uma série de rebeliões em Chinandega, León, Jinotepe (Figura 3), etc. O mundo já não podia fechar os olhos para a Nicarágua, pois tais ações tiveram grande repercussão internacional, o que não foi o suficiente para inibir Tachito Somoza: este ordenou bombardeios aéreos e ataques em terra com armas, resultando na morte de mais de cinco mil pessoas. O país caminhava inevitavelmente em direção a uma guerra civil.

**Figura 2. Matagalpa, 1978.**



Fonte: [http://www.susanmeiselas.com/latin-america/nicaragua/#id=somoza\\_regime](http://www.susanmeiselas.com/latin-america/nicaragua/#id=somoza_regime) . Acesso em 22/03/2018.

<sup>3</sup> Ocorreu uma “nova coalizão de organizações sandinistas populares” (ZIMMERMANN, 2006, p.82), o Movimento Povo Unido, onde um importante grupo anti-Somoza estava inserido neste, o movimento “Os Doze”, “formado por intelectuais, religiosos e empresários” (MAREGA, 1981, p.46-47).

**Figura 3. Procissão de funeral para um líder estudantil assassinado. Os manifestantes carregam a fotografia de Arlen Siu, guerrilheira morta nas montanhas 3 anos antes. Jinotepe, 1978.**



Fonte: <http://www.susanmeiselas.com/latin-america/nicaragua/#id=insurrection> . Acesso em 22/03/2018.

O ápice para a eclosão da guerra civil se deu diante de dois assassinatos: o primeiro foi o do jornalista liberal Pedro Joaquín Chamorro, em 10 de janeiro de 1978. Grande oponente da ditadura, Chamorro era diretor do principal jornal nicaraguense de oposição aos Somoza, o “*La Prensa*”, o que provocou uma comoção popular, até então jamais vista na Nicarágua (MAREGA, 1981, p.47). O segundo foi o tiro a queima roupa no jornalista estadunidense William Stewart, em junho do mesmo ano, que causou grande repercussão internacional. A cena foi filmada por um cinegrafista e exibida em telejornais do mundo inteiro.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional, mesmo em crise, cresceu muito e suas ações seguiam firmes e combativas contra a Guarda Nacional. As três tendências da FSLN finalmente se unificam, em 7 de março de 1979, construindo assim um Diretório Nacional composto por três pessoas de cada tendência. Essa reunião em prol de uma única frente de luta foi essencial para que a libertação nicaraguense da ditadura dos Somoza acontecesse de forma tão vitoriosa. Nas palavras Carlos Núñez Tellez, em seu livro “*Un Pueblo en Armas*”,

Sin unidad la resistencia heroica em Managua no hubiera contribuido a la victoria, sin unidad no hubiese existido la hazaña del replieguetáctico, sin

unidade Masaya hubiera caído en manos del enemigo. Sin unidad la toma de Jinotepe y Granada hubieran sido simples sueños debido a la obcecación, al sectarismo, a la competencia, a la conducta más repudiable. Ésta es una de nuestras mejores experiencias, porque llegamos a comprender el significado real y decisivo de la unidad sandinista en el derrumbamiento de todo el andamiaje político y militar del somocismo. Con la unidad lo conseguimos todo en la guerra, fue vital para conseguir el triunfo en la paz y será decisiva para mantener la victoria. (In. BALTODANO, 2011, p.433).

Em 17 de julho de 1979, Tachito Somoza<sup>4</sup>, sua família e seus aliados fogem para Miami. Os guerrilheiros e guerrilheiras sandinistas tomam a capital Manágua, e em 20 de julho de 1979 comemoram sua vitória (Figura 4). Zimmermann (2002, p.91) descreve o momento em que os guerrilheiros tomam Manágua:

Em 19 de julho de 1979, colunas de guerrilheiros entraram em Manágua. No dia seguinte, 250 mil pessoas se reuniram na recém-rebatizada Praça da Revolução para saudar o novo governo. Agitando bandeiras vermelhas e pretas e, em muitos casos, portando armas, a multidão de jovens recebeu calorosamente os líderes da FSLN, quando estes anunciaram a dissolução da Guarda Nacional e o confisco de toda a fortuna de Somoza, prometendo implantar uma reforma agrária legítima.

**Figura 4. Plaza de la Revolución, Managua, Nicaragua 1979.**



Foto de Susan Meiselas. Acesso em 10/06/2017. Disponível em:

[https://68.media.tumblr.com/038a8bb26123043b62595cbdb4cbb2f2/tumblr\\_nr69jnmFqN1tam06ao1\\_1280.jpg](https://68.media.tumblr.com/038a8bb26123043b62595cbdb4cbb2f2/tumblr_nr69jnmFqN1tam06ao1_1280.jpg)

<sup>4</sup> Anastacio Debayle Somoza, Tachito, pouco após a fuga para os EUA, refugia-se em Asunción – PY, e acaba sendo assassinado em um atentado, no dia 17 de setembro de 1980. Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/tiro-de-bazuca-mata-ditador-somoza-poe-fim-ao-cla-que-dominou-nicaragua-18226002> . Acesso em 11/06/2017.

É marcado o fim dos mais de quarenta anos da dinastia Somoza. Os revolucionários sandinistas assumem o poder através da chamada *Junta de Governo*. Segundo Marega (1981, p.62),

A Junta é composta por cinco membros: 1) Violeta Chamorro, viúva do jornalista Pedro Joaquín Chamorro, assassinado pela Guarda Nacional. 2) Alfonso Robelo, industrial, um dos fundadores do partido dos empresários, o Movimento Democrático Nicaraguense. 3) Moisés Hassan Morales, engenheiro civil e pró-sandinista. 4) Sergio Ramirez Mercado, advogado e também pró-sandinista. 5) Daniel Ortega Saavedra, comandante militar e membro da direção da FSLN.

A Nicarágua entra, enfim, em uma nova fase, não menos difícil que a anterior. Depois de todos os anos de descaso e abandono junto a um período intenso de guerrilhas e guerra civil, o saldo de mortos e feridos, de casas e prédios destruídos, indústrias e campos perdidos, cidades inteiras arrasadas, é gigantesco. Coube ao novo governo e a todo o povo nicaraguense reerguerem seu país.

As primeiras medidas tomadas pela Junta de Governo foram a desapropriação dos bens de Somoza e fim da Guarda Nacional, além da “criação do Exército Sandinista”, a “dissolução do Congresso e eleições nas grandes cidades, para cargos municipais” e a “suspensão do Estado de Sítio” (MAREGA, 1981, p.66). Era necessário tomar medidas urgentes para resolver determinadas questões, já que o prejuízo da guerra civil foi de cerca de 1,8 bilhão de dólares e a dívida externa estava em mais de 1,5 bilhão de dólares. Portanto, os bancos foram nacionalizados, o governo acaba por controlar a exportação, e foram proibidas a estocagem de provisões e a busca por lucro. Havia também a preocupação com as necessidades básicas da população nicaraguense, como a alimentação, água e luz. Atuavam nesta questão os chamados Comitês de Defesa Sandinista (CDS). Esses comitês demonstravam um grande avanço da organização da classe trabalhadora nicaraguense e empenho em realizar transformações no país (Figura 5). De acordo com Zimmermann (2006, p.95),

Os Comitês de Defesa Sandinista rapidamente se transformaram numa organização de massa, estabelecidos por quarteirões nos bairros da classe trabalhadora. Os comitês, geralmente liderados por mulheres, promoviam reuniões semanais e organizavam passeatas e demonstrações, projetos de melhoria nos bairros, campanhas de saúde pública e cuidavam de programas educacionais.

**Figura 5. Construção de calçada em Manágua, 1979.**



Fonte: <http://www.susanmeiselas.com/latin-america/nicaragua/#id=reconstruction> . Acesso em 22/03/2018.

No que diz respeito à solidariedade internacional, como Cortázar (1987, p.30) descreve, “a palavra 'solidariedade' assoma às vezes aos lábios dos dirigentes da Junta, acompanhada quase sempre por um sorriso entre irônico e desencantado”. O apoio à revolução sandinista vai pouco a pouco desaparecendo, afinal, qual país continuaria apoiando um processo de transformação social que não levava em consideração os interesses capitalistas? Para se ter noção, Cortázar (idem, p.32) pontua que “a solidariedade para com a Nicarágua foi muito maior na ocasião do terrível terremoto que destruiu Manágua em 1972”, na qual os recursos destinados foram desviados para os bolsos de Somoza e seus colaboradores. Os EUA, com o presidente Jimmy Carter no comando, enviaria toneladas de comida para a Nicarágua, além de uma doação em dinheiro, ambas chegaram de forma parcial. Os alimentos foram em um avião apenas em agosto de 1979, e a última parcela da ajuda financeira fora cancelada quando Ronald Reagan assumiu a presidência estadunidense. Somente Cuba socialista, mesmo com seus recursos escassos, se comprometeu a enviar alimentos, leite e medicamentos diariamente, além de professores e médicos.

A educação foi uma preocupação predominante para a construção da nova Nicarágua. Num país com uma taxa absurda de analfabetismo<sup>5</sup>, a participação política popular é bastante limitada. Segundo Cortázar (1987, p.34),

A vitória do povo nicaraguense em 19 de julho de 1979 manifestou-se de imediato em uma vontade de reconstrução que ia muito além do sentido material da palavra. Quando a Junta de Governo emprega esse termo para se autodefinir, ela o faz sabendo que são plenamente compreendidas pelos que sentem na própria carne as enormes desvantagens da ignorância; não por acaso nessa Junta há poetas e intelectuais como Ernesto Cardenal, Sergio Ramírez e Tomás Borge, para quem reconstruir significa levantar não apenas o país das ruínas ainda fumegantes, mas colocar crianças e adultos em um nível de plena participação consciente e crítica nessa tarefa.

Levando isso em consideração, a Junta de Governo inicia uma grande campanha de alfabetização, inspirada na cubana. O desafio da campanha não era somente o número de analfabetos, mas também o número reduzido de alfabetizadores. Jovens e adolescentes, inclusive na faixa dos 13 anos de idade, ficaram responsáveis por essa função, muitos viajando distâncias e ficando longe de seus familiares por meses, tudo em função da campanha pelo interior do país. Houve também uma equipe de jovens que foram à Cuba estudar para contribuir na campanha na Nicarágua. Em 1980, começa a Cruzada Nacional de Alfabetização – CNA (Figura 6), que teve resultados incríveis<sup>6</sup>:

Sessenta mil jovens foram mandados para o interior, outros quarenta mil para trabalhar nas zonas urbanas. Eram todos estudantes. O prazo recebido era curto: cinco meses. Durante esse tempo, a “educação formal” foi paralisada na Nicarágua, para que todos os estudantes pudessem trabalhar na campanha. Não é poesia dizer que, nesses cinco meses, metade do país ensinou a outra metade a ler. Para os sandinistas, o resultado foi simplesmente fabuloso. Cinco meses depois o índice de analfabetismo na Nicarágua tinha baixado de 51 a 12 por cento. (NEPOMUCEMO, 1985, p.59).

---

<sup>5</sup> Falava-se em “48 por cento, segundo os censos de organismos internacionais, 51 por cento, segundo um censo feito por sandinistas imediatamente após terem chegado ao poder” (NEPOMUCEMO, 1985, p.78); Cortázar (1987, p.34) pontua que tal taxa “chegou a ser calculada em mais de sessenta por cento” no país.

<sup>6</sup> Vale ressaltar aqui os problemas enfrentados pela campanha – e não só nesse momento, mas em toda a Revolução Sandinista. Assim como em Cuba, onde “algumas crianças alfabetizadoras morreram em mãos dos bandidos contra-revolucionários que atuavam na serra do Escambray” (CORTÁZAR, 1987, p.38), na Nicarágua não foi diferente. Havia contrarrevolucionários somozistas nas fronteiras, refugiados nos países vizinhos (Honduras e Costa Rica). Na fronteira com Honduras, os somozistas montaram acampamentos, possuíam armas e treinamento militar, promovendo emboscadas no território nicaraguense. Mesmo deixando as fronteiras fragilizadas com o clima de guerrilha, isso nunca foi suficiente para que ocorresse uma ofensiva contrarrevolucionária. De qualquer forma, mesmo enfrentando tantos desafios, a campanha de alfabetização foi vitoriosa e demonstrou todo o apoio da população à Revolução Sandinista.

**Figura 6. Campanha de Alfabetização ensinando literatura para mulheres no mercado de Huembes em Manágua, 1979.**



Fonte: [http://www.susanmeiselas.com/latin-america/nicaragua/#id=final\\_offensive](http://www.susanmeiselas.com/latin-america/nicaragua/#id=final_offensive) . Acesso em 22/03/2018.

Com a campanha de alfabetização, surge demandas inovadoras que tiveram um papel grandioso em promover no povo nicaraguense uma conscientização e assimilação de valores para manter aquilo que foi conquistado. Foi fundado o *Editorial Nueva Nicaragua*, editora que lançou uma série de livros baratos que vendiam muito, já que através do livro o povo se conhecia mais. Para além do editorial de livros, com a dedicação de Ernesto Cadernal, foram criados os *talleres de poesía*, isto é, oficinas abertas à população com o objetivo de abrir espaço para que poesias, pinturas e esculturas fossem desenvolvidas pelo povo. Nepomuceno (1985, p.93) acrescenta:

A Nicarágua é, possivelmente, o país com maior concentração de poetas *per capita* na América. Todo mundo escreve poesia: há ministros poetas e poetas na política, na milícia e nos hospitais; [...], todo mundo escreve poesia naquele país. A poesia produzida assim deve ser medida e julgada muito mais por sua capacidade de comunicação e de refletir o cotidiano do que propriamente por suas qualidades, digamos, *técnicas*. [...]. Fazer poesia é, na Nicarágua de hoje, um ofício popular.

No “país dos poetas”, fica evidente o avanço da revolução acerca da questão cultural, que elevou o povo nicaraguense a um patamar de conhecimento, autoconhecimento e de produção de cultura que contribuiu para o processo revolucionário como um todo.



Portanto, para os sandinista a educação era essencial ao desenvolvimento da participação política e cultural consciente na Nicarágua. A chamada “educação formal” foi paralisada devido à preocupação de manter a população como agente ativo da revolução:

Inicialmente, observou-se que os planos educacionais até então implantados no país obtinham resultados pífios. Seguindo uma tendência verificada em boa parte da América Latina, tais planos eram impostos por organismos internacionais, visando formar profissionais para a execução de projetos ligados aos interesses do grande capital. Agora, os processos educativos deveriam ser pensados não a partir de gabinetes distantes, mas da realidade dos nicaraguenses. (FRAGA, 2010, p. 198).

Desta forma, o método de alfabetização utilizado, e que alcançou resultados tão fabulosos, era o “freireano”, isto é, com base na *Pedagogia do Oprimido*. O próprio Paulo Freire se deslocou até a Nicarágua (Figura 7) para contribuir com a CNA. De acordo com Fraga (2010, p. 199),

O aporte teórico do projeto educacional sandinista advinha do educador brasileiro Paulo Freire, principalmente de sua obra *Pedagogia do oprimido*. A educação era percebida como instrumento de reflexão sobre a realidade, fomentando a ação no mundo e desvelando aos educandos as formas pelas quais historicamente haviam sido cercados pela opressão. Contudo, seguindo a percepção freireana, também o alfabetizador passaria por um processo de aprendizado, pois sua atividade poderia se dar num local distante de sua origem. Assim, ele poderia passar uma temporada na casa das pessoas com quem desempenharia suas funções, engajando-se nas atividades produtivas, tendo uma série de aprendizados práticos pelo contato com as necessidades e a cultura dos educandos.

**Figura 7. Paulo Freire (ao centro) e Ernesto Cardenal (último à direita), na Nicarágua.**



Fonte Boletim UniFreire. Disponível em: <http://boletim.unifreire.org/edicao07/>. Acesso em 10/06/2017.

Assim, a presença de Paulo Freire e a bem-sucedida campanha de alfabetização está relacionado a outro aspecto essencial para o apoio massivo da população na construção revolucionária do país: a *Teologia da Libertação*<sup>7</sup>.

A Igreja na Nicarágua também era centro de grandes contradições. Assim como a burguesia não-somozista, após os escandalosos atos de brutalidade cometidos pela Guarda Nacional, a Igreja Católica nicaraguense passou a apoiar os sandinistas. Mas depois da queda de Somoza, esse apoio deixa de ser total. Nepomuceno (1985, p.83) explica que,

como em muitas outras partes, os católicos convivem com uma nítida divisão na estrutura eclesial, entre conservadores e defensores de uma Igreja Popular. Na Nicarágua existe, é claro, uma linha dividindo os católicos. De um lado, uma Igreja comprometida com as necessidades – e desejos – de mudanças estruturais cujo objetivo é um sistema de justiça, dignidade e respeito. Do outro, a cúpula, que defende uma linha mais genérica, digamos, de “democracia liberal”.

De um lado estava o arcebispo nicaraguense Dom Miguel Obando y Bravo, figura central na oposição da Igreja aos sandinistas. Zimmermann o descreve como “o mais proeminente e eficiente porta-voz da contra-revolução” (2006, p.128). Obando acusava a FSLN de atacar a religião, de suprimi-la, etc. Do outro lado, estavam os padres revolucionários, representados inclusive na direção do governo sandinista. Eram eles: Miguel D'Escoto, Ernesto Cardenal, Edgard Parrales e Fernando Cardenal, todos ministros, exceto o último que era diretor da CNA. Eles foram perseguidos pela Igreja Católica, que exigia a renúncia dos quatro do governo sandinista. Fernando e Ernesto Cardenal acabaram excomungados pelo Vaticano por recusarem-se a sair do governo e o Parrales resolveu deixar o sacerdócio.

Em um país com uma população em sua maioria católica, ter uma Igreja com discurso contrarrevolucionário era extremamente prejudicial, pois colocava os fiéis diante de contradições complexas. “Embora isso fosse frequentemente apresentado como conflito entre a hierarquia da Igreja e a 'igreja popular', os líderes da FSLN insistiam em que as diferenças eram de teor político, não religioso” (ZIMMERMANN, 2006, p.129), já que o principal receio e motivo da Igreja de se colocar contra o governo sandinista era o assombro do comunismo.

---

<sup>7</sup> A difusão da Teologia da Libertação na América Latina se deu principalmente nos anos 1970 após a Conferência de Medellín (1968): “Foi a partir da Conferência de Medellín (1968) que a Teologia da Libertação surgiu como proposta de engajamento social, promovendo dentro dos muros do catolicismo a reflexão sobre as reais origens da pobreza vivida pelas nações do Terceiro Mundo, entendendo-a como um processo histórico, não meramente como um instante de passagem rumo à conquista de um estado de pleno desenvolvimento técnico e humano, ou, ainda, uma mera questão de vontade divina”. (FRAGA, 2010, p. 193).

Em 1983, o então Papa João Paulo II, foi até a Nicarágua dois dias depois de um ataque dos *Contras*<sup>8</sup> no norte do país que resultou em dezessete jovens assassinados. Sobre a visita do papa, Nepomuceno (1985, p.87) afirma que,

Não houve uma palavra de consolo aos nicaraguenses. O Papa não falou em paz, não falou dos mortos na luta contra Somoza, não falou nos mortos que surgem todos os dias, graças à agressão feita pelos somozistas e dirigida e financiada pela maior potência da Terra. E se essa visita prejudicou ainda mais as relações entre a hierarquia católica e o governo, provocou uma confusão danada entre os nicaraguenses. Ninguém pode negar: o povo é leal ao arcebispo e ao Vaticano, mas o Papa decepcionou milhares e milhares de nicaraguenses. Em silêncio, muitos dizem hoje em dia que o Papa teve uma atitude *egoísta* na Nicarágua.

Segundo Morlina (2009, p.1), o “modelo de Igreja assumido pela teologia da libertação e os objetivos políticos do governo nicaraguense estimularam uma enorme produção cultural que, ao mesmo tempo incluía valores de um catolicismo renovado e também respondia aos objetivos políticos dos sandinistas”. Decerto, a Teologia da Libertação acabou cumprindo um papel essencial à vitória sandinista, justamente por conseguir associar a revolução à religião.

Acerca da economia, cabe indicar o caráter agroexportador do capitalismo nicaraguense. De acordo com Vilas (1986, p.14),

Da mesma forma que outros países da América Central, a Nicarágua se incorporou à divisão internacional do trabalho como economia primária exportadora. Mas as exportações tiveram pouca relevância até o início da cafeicultura, no último terço do século XIX. Na verdade, a cultura do café na Nicarágua começou mais tarde do que em outros países do istmo, atingindo seu maior auge entre 1920 e 1940.

A economia nicaraguense sustentava-se pela produção agrícola para exportação que passa por alguns ciclos, tendo o café e as fazendas de criação de gado como sua base até meados do século XX. Posteriormente, e no contexto mais próximo da revolução sandinista, o algodão tornou-se o principal produto que impulsionou as relações capitalistas de produção entre os anos de 1950 a 1974. Até fins da década de 1950, o capitalismo desenvolve-se basicamente no campo; é com a criação do Mercado Comum Centro Americano que a Nicarágua se abre à industrialização. Porém, “a indústria que se estabeleceu na Nicarágua foi uma importadora nata”, e não contribuiu para a geração de empregos. O setor agropecuário provocou um êxodo rural e, como as indústrias pouco empregavam, o setor terciário foi o que mais gerou empregos. Portanto, pontua Vilas (1986, p. 17), “o capitalismo cresceu assim com profundas

---

<sup>8</sup> “Os *Contras*, como ficaram conhecidos, surgiram entre ex-membros da Guarda Nacional e a partir do fim da Unidade Nacional foi constituída uma força interna de apoio a ela. Os Estados Unidos passaram desde esse momento a apoiá-la e a financiá-la”. (SÁ, 2014, p. 21).

desigualdades intersetoriais, espaciais e, naturalmente, sociais, reforçando a desarticulação da estrutura econômica e aguçando a sua subordinação ao exterior”<sup>9</sup>.

Logo, pressupondo o caráter agroexportador do país, a realização da Reforma Agrária era primordial ao processo revolucionário. A princípio, as terras expropriadas da família Somoza, que representavam cerca de 20% de solo produtivo, foram transformadas em fazendas do Estado, foram montadas cooperativas de produção, disponibilizado crédito aos camponeses, assim como assistência técnica e garantia dos preços para compra das colheitas. Este foi inclusive um dos meios que o governo encontrou para enfrentar a escassez de alimentos.

Porém, a Reforma Agrária acabou ocorrendo de forma bastante parcial. Se por um lado a Junta de Governo promoveu imediatamente a apropriação estatal das terras dos Somoza e seus aliados, por outro, não se viu o mesmo esforço para desapropriar as demais terras, aliás, “a primeira lei da reforma agrária deixou a grande maioria das terras produtoras de itens de exportação nas mãos das famílias ricas” (ZIMMERMANN, 2006, p.108) e ainda, de acordo com Nepomuceno (1985, p.72), “a propriedade privada foi mantida no campo, e será mantida dentro do projeto inicial de reforma agrária, que leva em conta a produtividade das terras e não apenas sua extensão, na hora de estudar eventuais expropriações”.

Este processo da reforma agrária deixa evidente a presença de proprietários, isto é, de setores da burguesia na Nicarágua, já que a ditadura de Somoza não estava desagradando somente aos trabalhadores e trabalhadoras nicaraguenses, mas também a burgueses e liberais. Basta recordar do jornalista Pedro Joaquín Chamorro, diretor do jornal *La Prensa*, assassinado pela Guarda Nacional. Tal jornal se colocava como oposição ao regime somozista não por uma perspectiva revolucionária sandinista, mas sim por um viés democrático-liberal. Portanto, os setores da burguesia que permaneceram na Nicarágua apoiaram a FSLN para a queda de Somoza e compuseram a Junta de governo, através da liberal Violeta Chamorro, viúva de Pedro J. Chamorro, e Alfonso Robelo, líder do partido dos industriais.

Podemos afirmar, desta maneira, que a coalisão entre a FSLN e uma burguesia “progressista” foi de grandiosa importância para a vitória do processo. A burguesia perdera seu poder político, mas mantinha suas propriedades, controlando, assim, boa parte da economia, dando abertura para a implementação de uma *economia mista*, onde Estado e iniciativa privada realizariam juntos um projeto econômico, postulado pelo programa da Junta de Governo, escrito antes mesmo da tomada de poder pela FSLN, isto é, “o avanço gradual para a conformação de

---

<sup>9</sup> “Até 1979, noventa por cento da produção de algodão e 70 por cento da produção de café estava controlada por uma parcela ínfima de produtores”. (NEPOMUCENO, 1985, p.71).

uma economia mista, na qual coexistirão uma área estatal e de propriedade social, de alcance preciso e características claramente delimitadas [...]; uma área privada, e uma terceira, caracterizada por investimentos conjuntos ou coordenados dos setores público e privado” (Cepal, 1981, p. 109 *apud* VILAS, 1986, p. 174).

O Estado na Nicarágua configurou-se de forma bastante atípica, peculiar, um regime político novo na América Latina, uma inovadora combinação entre um regime democrático-representativo e um de tipo “partido-único” (COSSE, 1987, p.1). Isso se dá devida a grande heterogeneidade da Junta de Governo. Nas palavras de Sá (2014, p. 43-44),

A herança deixada pela ditadura somozista exigia do governo revolucionário liderado pelos sandinista uma resposta imediata em termos de mudanças e de transformações. As primeiras medidas foram no âmbito de transformar a estrutura e a natureza administrativa do Estado Nicaraguense, pois a Revolução recebeu como herança a estrutura de um Estado de caráter autocrático burguês, na forma de uma ditadura repressiva. Respalhando o caráter heterogêneo, a Revolução Sandinista conduziu o processo e o projeto da transformação revolucionária, neste primeiro momento, mediante a criação de um Estado democrático-popular revolucionário congregando variadas expressões políticas e de classe.

Neste contexto, a FSLN é a grande força na qual a burguesia estava submetida politicamente<sup>10</sup>. Assim a Frente Sandinista traz o elemento de “partido-único” apontado por Cosse, porém, não houve por parte dos sandinistas uma proibição em relação a formação de outras organizações partidárias. Partidos anti-somozistas que já existiam antes mesmo da queda da ditadura permaneceram ativos, e outros se formaram como a própria UNO, após a saída de Chamorro e Robelo, principal organização opositora à revolução. Aqui aparece o aspecto “democrático-representativo”. Portanto, da mesma forma que há uma economia mista na Nicarágua, o Estado Nicaraguense sob a direção a FSLN também era misto, heterogêneo e com disputas internas que escancaram a contradição de classes presente neste formato de aparato estatal.

A contradição de classe estava colocada e cada vez mais acirrada, mesmo com o comprometimento da FSLN em manter a “economia mista”, a propriedade privada e trabalhar com incentivos para que os capitalistas investissem a fim de aumentar a produção no país. Por certo, há um conflito entre os objetivos do processo revolucionário e os interesses da burguesia,

---

<sup>10</sup> De acordo com Vilas (1986, p. 87), “a burguesia ingressa na unidade nacional como classe politicamente subordinada a um bloco hegemônico de forças populares com condução sandinista. E também ingressa como classe desarmada: a liquidação da Guarda Nacional e a criação do Exército Popular Sandinista sobre a base dos combatentes da FSLN – e posteriormente a integração das Milícias Populares Sandinistas – significaram a desapropriação do poder militar de classe e a constituição de um novo poder armado, expressão do projeto revolucionário”.

e esta última começa a se colocar contra o governo revolucionário. De acordo com Zimmermann, (2006, p.99),

A organização dos empresários e partidos da burguesia não-somozista manifestou publicamente suas críticas à “falta de democracia do governo e à violação dos direitos humanos”, encaminhando suas queixas por intermédio do Conselho Superior de Empresas Privadas (Cosep), uma entidade que congregava as maiores empresas, e do jornal *La Prensa*. Objetivavam a formação de milícias populares para combater os ataques de sabotagem da direita e o caráter partidarista da Polícia e do Exército Sandinistas. Defendiam a convocação imediata de um Conselho de Estado com poder de veto superior ao da Junta de Governo, um órgão legislativo no qual os partidos da burguesia e as organizações empresariais tivessem sua maioria garantida.

A consequência disso foi o rompimento da Junta de Governo, já em 1980, com a saída de Violeta Chamorro e Alfonso Robelo, dando início a uma oposição que se fortalece ao passar dos anos, tendo reflexos no futuro, principalmente na eleição ao final dos anos 1980. A realização destas eleições de 1989 demonstrou o caráter misto do Estado nicaraguense, que, se por um lado, respeitou seu programa democrático, contradizendo as acusações dos empresários e partidos burgueses, abrindo o processo eleitoral, por outro acabou colocando em cheque o avanço revolucionário, lembrando que a ofensiva dos *contras* permanecia nas fronteiras, além dos ataques econômicos e políticos como embargos, etc. Enfim, as eleições de 1989 acabaram sendo um grande erro<sup>11</sup>.

O processo da revolução sandinista na Nicarágua durou, portanto, onze anos: de 1979 com a derrubada de Somoza, a 1990 tendo seu fim definido nas eleições de 1989, onde a liberal Violeta Chamorro vence o sandinista Daniel Ortega. Os anos 1980, portanto, constituíram o período da Nicarágua Sandinista, tendo seu início marcado pelas fantásticas transformações sociais promovidas por um novo governo revolucionário e pelo povo nicaraguense; sua metade pelas ofensivas contrarrevolucionárias, que ganharam grandes proporções devido o financiamento dos EUA aos grupos clandestinos e mercenários; e o fim da década registra a decadência e degradação do processo revolucionário. Zimmermann (2006, p.130-131), define que,

Havia duas guerras estreitamente relacionadas sendo travadas na Nicarágua nos anos 1980. Uma era a luta de classes que acontecia à medida que os trabalhadores e camponeses lideravam o caminho na briga pela construção de uma nova sociedade. A outra era o ataque contra a nação revolucionária desfechado pelo imperialismo dos Estados Unidos recorrendo a um exército mercenário, mas sempre um passo aquém da ameaça de uma invasão direta pelas tropas americanas.

---

<sup>11</sup> Acerca deste assunto, consultar a aula do Professor Waldir Rampinelli, IELA-UFSC, sobre a Revolução Nicaraguense, disponível em: <https://youtu.be/fru9FmoXD6A?list=LLK-11JPuy69kq4czF1oralA> . Acesso em 11/06/2017.

Estamos no campo das disputas hegemônicas, visto que, mesmo sem intervenção “direta” dos EUA, tais ofensivas contrarrevolucionárias eram desgastantes e requeriam não só recursos financeiros, mas também humanos para realizar a defesa das fronteiras e proteção ao povo nicaraguense, que inclusive eram extremamente eficazes (Figura 8).

**Figura 8. Guerrilheiras e guerrilheiros sandinistas em Nueva Guinea, Nicarágua, por volta de 1987.**



Origem da foto: desconhecida. Fonte: facebook.com . Acesso em 15/06/2017.

Sem chances de invadir o país nicaraguense, os EUA passam a promover negociações de paz: “Em agosto de 1987, a Nicarágua e outros países da América Central assinaram um acordo de paz<sup>12</sup> apresentado pelo presidente da Costa Rica e, no início de 1987, a FSLN e os

<sup>12</sup> “No dia sete [de agosto de 1987] foi assinado o tratado denominado *Procedimiento para alcanzar la paz firme y duradera em Centroamérica*, que ficou conhecido como Acordo de Esquipulas II. [...] O acordo estabeleceu dez eixos para concretização da paz e, portanto, colocar um fim aos conflitos armados na América Central: 1) estabelecimento de uma reconciliação nacional, que perpassaria pela consignação de um diálogo entre as partes beligerantes, de anistia aos rebeldes e da criação de uma comissão nacional de reconciliação; 2) fim imediato dos conflitos armados; 3) compromisso com a democracia representativa e pluralista, com plena liberdade de organização partidária e de imprensa; 4) realização de eleições livres; 5) fim da ajuda por parte do governo a grupos insurrecionais e revolucionários na região; 6) fim da cessão de territórios com objetivos militares para outros países ou grupos guerrilheiros ataquem os países centro-americanos; 7) controle de armamento; 8) comprometimento em ajudar refugiados e deslocados devido aos conflitos armados na região; 9) cooperação econômica; e 10) aceitação de comissões de verificação internacional sobre o cumprimento<sup>172</sup> dos acordos, especialmente os firmados no Grupo de Contadora e nos Esquipulas I e Esquipulas II 74” (SA, 2014, p. 171-172.).

contras concordaram com o cessar-fogo e elaboraram um plano para a desmobilização” (ZIMMERMANN, 2006, p.137). Com o fim dos conflitos militares, os trabalhadores e trabalhadoras nicaraguenses ficam na expectativa de que as pautas da revolução sejam retomadas, porém, isso não acontece. A crise econômica depois dos últimos conflitos militares passou a ser enfrentada pelo governo através de medidas neoliberais, o que representou um grande recuo na luta sandinista. De acordo com Zimmermann (2006, p.144),

A FSLN respondeu à crise econômica do período pós-guerra com uma série de medidas de austeridade similares às implementadas pelos regimes neoliberais de toda a América Latina. Nos primeiros seis meses de 1988, o governo cortou todos os subsídios às necessidades básicas, [...], aboliu o salário mínimo nacional, suspendeu controle de preços, [...]. Os preços dos alimentos e do transporte público foram às alturas e a desnutrição, que fora largamente eliminada, começou a reaparecer. O sistema de saúde foi parcialmente reprivatizado, [...]. A hiperinflação, que chegou a 33.000% em 1988, teve um impacto devastador sobre o bem-estar e o moral dos trabalhadores. [...]. O desemprego subiu para 33%, e o salário médio do trabalhador [...] comprava 7% das necessidades mínimas de uma família.

As eleições ocorridas em fevereiro de 1990 foram determinantes para o fim do processo revolucionário. Violeta Chamorro, líder da oposição à FSLN, saiu como cabeça da coalizão dos partidos opositores – a União Nacional Opositora (UNO) – financiada por Washington. Chamorro é eleita presidente com cerca de 55% dos votos. Do outro lado estava Daniel Ortega, o único líder sandinista guerrilheiro da Junta de Governo, representando a FSLN. Sua campanha foi baseada em grande apelo à personalidade, uma campanha fervorosa, mas que deu foco à classe média, e contando com a garantia dos votos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanas. Ortega obteve apenas 41% dos votos.

Enfim, a FSLN entre em colapso sofrendo várias divisões e abandonos, tornando-se um partido de apelo personalista, promovendo um verdadeiro “culto em torno de Daniel Ortega que concorreu novamente para presidente, sem obter sucesso, nas eleições de 1996 e 2002” (ZIMMERMANN, 2006, p.150). Ou seja, a FSLN permaneceu existindo enquanto partido político, mas que se despreendeu totalmente do programa revolucionário, fazendo acordos com partidos direitas como o Partido Liberal Constitucionalista (PLC), além da aproximação aos setores conservadores da Igreja Católica, com o próprio Miguel Obando. Ainda, de acordo com Baltodano<sup>13</sup>,

No Congresso Sandinista de 1998, num contexto estremecido pelas acusações de violação sexual interpostas por sua enteada Zoilamérica, Ortega selou sua virada para a direita dando seu respaldo à corrente da FSLN denominada “Bloco de Empresários Sandinistas” e incrementando substantivamente as cotas de poder que já tinha no interior da FSLN.

<sup>13</sup> BALTODANO, Mónica. Nicarágua: Do sandinismo ao orteguismo. **Rebelión**, Curitiba, p.1-5, jun. 2006.



O que ocorreu foi uma verdadeira guinada à direita. Somente em 2006 o candidato sandinista é eleito presidente, dando início àquilo que veio a ser chamado de “danielismo” ou “orteguismo”, para diferenciar do termo *sandinismo*. Em entrevista realizada pelo jornal brasileiro “Brasil de Fato”, Mónica afirma que:

O “danielismo” representa, do ponto de vista ideológico, a transição do sandinismo ao capitalismo. Daniel, a partir do controlo absoluto das estruturas partidárias, não admite dissensões – administra, dirige e arbitra tudo na Frente Sandinista. A outrora direcção colegiada que distinguia a FSLN foi enterrada com a derrota de 1990. O caudilhismo substituiu a liderança colectiva.<sup>14</sup>

Assim, quando a FSLN retorna ao poder, já sem nenhuma fidelidade ao programa original revolucionário, inicia-se um novo processo político na Nicarágua que, infelizmente, em nada tinha a ver com os anseios do povo e sim com os interesses de Daniel Ortega e sua cúpula.

## 1.2. Gramsci e a Revolução Sandinista: construção de uma *nova* hegemonia

O processo revolucionário sandinista foi, portanto, a experiência de construir uma nova sociedade. Nesse sentido, considerando o conceito gramsciano de *hegemonia*, pode-se afirmar que a revolução na Nicarágua configurou a construção de uma *nova* hegemonia, uma alternativa à hegemonia estadunidense imposta sob a face do imperialismo na Nicarágua, na América Central, enfim, em toda a América Latina. A derrubada do regime ditatorial dos Somoza se deu como disputa hegemônica, e o processo da revolução sandinista tinha como dever percorrer o caminho para a consolidação desta nova sociedade.

Originalmente formulado pelo revolucionário russo Vladimir Ilitch Lenin, temos em Antonio Gramsci o desenvolvimento, isto é, a apropriação e o desdobramento aprofundado do conceito de “hegemonia”. Diferente da teoria leninista, onde hegemonia trata-se da ação dirigente do grupo social dominante enquanto um “líder ideológico”, na qual somente poderia ser alterada com a conquista do poder sendo imprescindíveis as transformações econômicas, para Gramsci, a ação dirigente moral, intelectual e política pode-se dar antes mesmo da chegada dos grupos subalternos ao poder. De acordo Gramsci (2002, p. 62, Q 19, §24),

a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada,

---

<sup>14</sup> Entrevista disponível em: <http://www.esquerda.net/content/eleições-na-nicarágua> . Acesso em 10/06/2017.

e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”.

Fica evidente a diferença entre tais formulações. Nas palavras de Gruppi,

Há aqui uma diferença de significado entre Gramsci e Lênin, porque Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à **direção e à dominação**<sup>15</sup>. Lênin, ao contrário, entende por hegemonia sobretudo a função dirigente. (1978, p.11).

Portanto, no pensamento gramsciano, hegemonia trata-se da combinação entre direção e dominação. Uma hegemonia dominante não se dá somente através da coerção pelo uso da força (domínio), o que pressupõe possuir o aparato estatal, mas também pelo consenso que se dá por meio da moral, da cultura, da ideologia e da política (direção). Desta forma, a compreensão do processo revolucionário sandinista sob a ótica gramsciana se dá justamente porque vê-se a partir de Gramsci que o “conceito de hegemonia permite precisamente que se capte a complexidade dos planos superestruturais, assim como a complexidade de todo o desenvolvimento da formação econômico-social” (GRUPPI, 1978, p.90).

Podemos dizer que na Nicarágua prevalecia, durante as décadas de ditadura, uma hegemonia burguesa de tipo oligárquica. Tal hegemonia entra em crise no momento que o regime ditatorial somozista passa a ser enfrentado, isto é, há uma *crise de hegemonia*. Nas palavras de Gramsci (2007, p. 60, Q 13, §23),

crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.

Neste sentido, vale ressaltar que estava posto anteriormente à revolução na Nicarágua uma ditadura. Desde o primeiro Somoza, havia no país um governo de domínio e coerção, não direção, uma “ditadura sem hegemonia”. Nas palavras do próprio Gramsci, “hegemonia seria a de uma parte do grupo social sobre a totalidade do grupo, não a desse grupo sobre outras forças com objetivo de fortalecer o movimento”, isto é, “a distinção entre hegemonia e ditadura; e hegemonia significa essencialmente capacidade de direção” (GRAMSCI, 1971 apud GRUPPI,

---

<sup>15</sup> Grifo nosso.

1978, p. 85). Logo, para além do processo revolucionário que se deu entre 1979 e 1990, a hegemonia na Nicarágua já estava em disputa (pois, desde Sandino até a FSLN ocorreram vários conflitos de oposição e resistência ao regime somozista), que tem seu ápice na insurreição popular.

Em relação à Nicarágua Sandinista, depois de quatro décadas sob uma ditadura, a princípio obteve-se transformações que contemplam a revolução popular de forma excepcional. A Área de Propriedade do Povo (APP), a campanha de alfabetização nacional, os ateliês de poesia, a associação de mulheres, entre outras, contribuíram para a construção desta nova hegemonia: uma elevação da consciência das massas que motivou e propiciou a reconstrução de um país em ruínas, sob os ideais da Frente Sandinista. Para Mathias (2015, p. 73),

além da ação política, a hegemonia pressupõe a constituição de uma determinada moral; de uma concepção de mundo; numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade [...]. A hegemonia é algo que se conquista através da direção política e do consenso, e não exclusivamente pela coerção.

Assim, é importante frisar que a tentativa de consolidação dessa nova hegemonia na Nicarágua possui um caráter popular, onde a população nicaraguense em geral apoiou a revolução, um fator dos mais importantes – se não o principal – para o êxito do processo.

Para além do apoio popular, verifica-se ainda que alguns setores da burguesia se colocaram favoráveis à revolução sandinista, mas não de forma incondicional. Sobre o capitalismo e a constituição de uma burguesia na Nicarágua, afirma-se que:

A personalização do Estado e a política e o caráter evidentemente dinásticos da ditadura não devem encobrir o seu conteúdo de classe. Esses aspectos foram em definitivo produto e expressão do tipo de capitalismo meio burguês e meio oligárquico desenvolvido na Nicarágua através da sua insubordinação à dominação imperialista; um capitalismo no qual as linhagens familiares, as relações pessoais e o caudilhismo ainda eram a forma pela qual se manifestava o movimento de constituição de uma burguesia a partir do seio de uma sociedade oligárquica. (VILAS, 1986, p.38).

O apoio da burguesia<sup>16</sup> à Revolução Sandinista partiu de setores que se colocaram contrários ao regime de Somoza, isto é, “frações opositoras e democráticas da burguesia” (VILAS, 1986, p.56), uma burguesia “progressista”, não-somozista, que apoia os sandinistas e compõe inclusive a Junta de Governo. São burgueses que perderam seu poder político, mas

---

<sup>16</sup> Logo, pode-se falar de uma burguesia de caráter progressista, não-somozista, que apoiou o processo revolucionário e, ainda, uma *burguesia somozista* na Nicarágua, “um conjunto de famílias e altos oficiais da Guarda Nacional que gozaram dos benefícios em troca da sua lealdade ao regime” (VILAS, 1986, p.44).

mantiveram-se proprietários, uma “burguesia sem hegemonia”. Latifundiários, industriais e empresários como Violeta Chamorro, líder liberal, e Alfonso Robelo, líder do partido dos industriais, e demais burgueses tiveram suas propriedades (terras e indústrias) mantidas. Desta maneira, a coalizão entre FSLN e tais setores da burguesia não se limitou ao momento de derrubada do antigo regime, mas manteve-se mesmo após a queda de Somoza, com o intuito de seguir com o projeto de reconstrução do país.

Sustentamos, ainda, que a Revolução Sandinista foi a tentativa de consolidação de uma *nova* hegemonia, com disputas hegemônicas tanto internas como no contexto internacional, onde a FSLN situou-se enquanto dirigente do processo, não somente através da coerção – em relação aos somozistas – mas com consensos – em relação à burguesia “progressista”. A coalizão entre os sandinistas e setores da burguesia na construção de uma alternativa hegemônica se dá, conforme Gramsci, pois:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (2007, p. 48, Q 13, §18).

Por isso, entende-se que:

O processo de construção da hegemonia dominante, além de agregar instituições, organismos internacionais, burocracias nacionais, relações sociais e ideias, implica em elaborar e difundir uma determinada visão de mundo com características universalizantes. Bem por isso, em Gramsci, a hegemonia se realiza quando encontra o caminho das mediações, que possibilitará ligações (e acordos) com outras forças políticas e sociais. (MATHIAS, 2016, p. 108-9).

E ainda, de acordo com Passos, tem-se “hegemonia como uma concepção de mundo, uma perspectiva multidimensional (moral, ético-política, econômica, social, cultural, ideológica, militar) nos mais diversos âmbitos (local, municipal, estadual, nacional, continental, internacional etc.)”. A rigor, numa forma plena da hegemonia, “há o componente de força e consenso com o predomínio deste último, isto é, trata-se de dominação mais direção, coerção mais o papel dirigente de um grupo, fração de classe social ou elite. Toda manifestação da hegemonia não pode prescindir de ambos” (PASSOS, 2014, p.96).

Desta maneira, a correlação de forças políticas na Nicarágua garantiu a abertura necessária para a continuidade do projeto de construção de uma alternativa hegemônica, isto é, da hegemonia sandinista. Conforme aponta Sá,

Pouco tempo após o triunfo, no entanto, a FSLN buscou hegemônizar o processo revolucionário, o que condicionou o fim a Unidade Nacional e a consolidação da hegemonia sandinista. Através da cooptação de diversas organizações populares, a Frente Sandinista conseguiu instituir um caráter de amplo domínio sobre a revolução. (2014, p. 20).

A abertura à burguesia não demora em tornar-se uma inflexão na Junta de Governo, o que levou a um rompimento. A saída de Violeta Chamorro e Alfonso Robelo teve consequências preocupantes, já que os dissidentes aderem a Contrarrevolução. Aquela burguesia que então apoiara a FSLN, muda de objetivo e passa a ser oposição, procurando impedir a continuidade do processo revolucionário.

Outro aspecto presente no pensamento de Gramsci é a questão das *classes subalternas* ou *grupos subalternos*, que não são uma versão simplificada de “proletariado”, mas por suposto, tratam-se do contrário de “classes dominantes”.

Gramsci se atenta às grandes contradições presentes dentro dos próprios grupos subalternos. Existe toda uma complexidade entre as diferentes frações de classe, fruto da grande fragmentação dos grupos subalternos, levando à uma concepção de mundo bastante heterogênea, diferente da visão homogênea promovida pela hegemonia dominante. De acordo com Del Roio (2007, p.64),

A vida fragmentada das classes subalternas era vista por Gramsci como uma característica da própria situação social em que se encontram esses agrupamentos, submetidos à exploração e à opressão. Mas essa condição deve ser superada historicamente, pois à medida que essas classes deixam de ser subalternas e passam a disputar a hegemonia, ganham organicidade e a perspectiva da totalidade.

Trazendo tais formulações para a análise do processo revolucionário popular na Nicarágua, podemos afirmar a presença dos grupos subalternos enquanto constituintes do sujeito revolucionário, mesmo que articulados com uma burguesia progressista. Foi o apoio e a organização popular que fez da Revolução Sandinista vitoriosa. Sobre a composição dos grupos subalternos,

Decerto que as classes subalternas não são apenas a classe operária e o campesinato, mesmo quando o argumento gira em torno da crítica ao capitalismo, ainda que dependa muito do grau e da fase de desenvolvimento em que se encontra determinada nação ou povo. Artesãos também são sobrevivências da ordem feudal ou outras, assim como são estratos de comerciantes ou de intelectuais tradicionais. Todos esses grupos sociais são

subalternos e tendem sofrer a hegemonia burguesa, “a iniciativa da classe dominante”. (DEL ROIO, 2007, p.73).

Desta maneira, podemos evidenciar a presença dos grupos sociais e frações de grupos sociais<sup>17</sup> na Nicarágua, devido aos múltiplos interesses em disputa, como por exemplo a dos camponeses em relação à Reforma Agrária, deixada para trás em nome de uma unidade nacional, já que as propriedades dos setores da burguesia “progressista” foram mantidas. Para além dos camponeses, destaca-se à participação organizada de uma fração de grupos subalternos essencial ao processo revolucionário: **as mulheres sandinistas**<sup>18</sup>, que após o triunfo da revolução, tiveram suas pautas destratadas, como as reivindicações campesinas. De qualquer forma, tais evidências reforçam a presença popular, a elevação de consciência das massas, resultado da disputa de concepção de mundo promovida pelo processo revolucionário sandinista, por mais heterogênea que a visão de mundo das classes subalternas sejam.

Destarte, imprescindível ao entendimento de hegemonia no pensamento gramsciano, está a noção de “concepção de mundo” ou “visão de mundo”, isto é, a produção moral, intelectual, cultural e ideológica que Gramsci afirma existir em todas as classes, inclusive nas subalternas.

Há, por um lado, uma concepção de mundo mais influente, difundida na hegemonia dominante (burguesa). Por outro lado, mesmo nos grupos subalternos, os elementos da cultura popular, a linguagem, as crenças, enfim, concretizam também uma visão de mundo própria, mesmo que bastante heterogênea, e por isso se faz diferente daquela promovida pela hegemonia dominante. Assim, de acordo com o pensador sardo, todos os homens são “filósofos”, nas palavras dele

É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos” [...], isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. (GRAMSCI, 1999, Q 11, §12, p. 93).

Deste modo, hegemonia só se dá plenamente se há uma concepção de mundo unitária, não em um sentido autoritário de unitarismo, mas sim uma visão de mundo subalterna coesa que levará à superação da dominante, uma visão crítica com “consciência da própria

---

<sup>17</sup> Para melhor compreensão deste termo, consultar MORDENTI, R. “grupo social”, p.351-52. In **Dicionário Gramsciano (1926-1937)** / Orgs. Guido Liguori e Pasquale Voza – 1.ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

<sup>18</sup> Ressalta-se que, a questão das mulheres sandinistas enquanto fração de grupos subalternos, será aprofundada ao longo do Capítulo 2. Grifo nosso.

historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções” (GRAMSCI, 1999, Q 11, §12, p. 95), uma visão de mundo que tenha em seu horizonte a emancipação humana, uma ideologia<sup>19</sup>.

No caso da Nicarágua, ao pensarmos a Revolução Sandinista enquanto tentativa de consolidação de uma hegemonia alternativa, pressupõe-se que havia uma concepção de mundo das classes subalternas, que tornou possível a vitória deste processo. Acerca da questão ideológica da FSLN, existem muitos questionamentos, principalmente sobre a relação com as teorias revolucionárias provindas do marxismo. A polêmica se dá principalmente pela não adoção por parte da Junta de Governo de medidas políticas e econômicas similares às do “socialismo real”, isto é, dos países socialistas como as da própria União Soviética. Decerto, pensar o próprio *Sandinismo* enquanto uma ideologia, pode ser uma possibilidade para compreender a visão de mundo emergida desta revolução.

Bayardo Arce, um dos comandantes da FSLN, quando questionado sobre o que é o sandinismo e qual sua relação com o marxismo, responde que,

el sandinismo es nuestra propia ideología. Es la aplicación de todo el bagaje político universal a nuestra realidad concreta. En ese sentido tiene un vínculo con el marxismo y nosotros, entre otras teorías, estudiamos el marxismo. (ARCE, In. CEBEREIRO; INVERNIZZI; PISANI, 1986, P.11).

Interessante como o comandante Arce ressalta as particularidades nicaraguenses ao definir do que se trata a ideologia sandinista. Quando questionado se a reivindicação do materialismo histórico e dialético era própria da FSLN, ou se já se encontrava em Sandino, há uma grande exaltação mostrando como o pensamento de Augusto Cesar Sandino influenciou no levante nicaraguense. Nas palavras dele,

Tenemos un pensamiento revolucionario nicaragüense de contenido muy claro, Sandino consideraba que la tierra debía ser del Estado, que la forma de organización social debía ser la cooperativa. Tenía un pensamiento social sumado a un pensamiento político, anti-imperialista, internacionalista, que hemos recogido. Decía, entre otras cosas: “Que no se extrañen un día de tantos que nuestro ejército campee en los horizontes de cualquier país de América Latina”. [...] Estudiamos teoría y le dimos teoría a su pensamiento, pero la esencia está en Sandino. (ARCE, In. CEBEREIRO; INVERNIZZI; PISANI, 1986, P.14).

---

<sup>19</sup> Vale ressaltar que, em Gramsci, “ideologia” não possui um sentido negativo, de falsa consciência. O pensador sardo entende por ideologia “o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”. (GRAMSCI, 1999, Q 11, §13, p. 98-99), ou seja, uma concepção de mundo unitária, que agregue os grupos subalternos na disputa hegemônica.

Mais adiante, o outro entrevistado, Humberto Ortega Saavedra, primeiro comandante-chefe do Exército Popular Sandinista, reforça como o sandinismo se trata de algo muito específico da realidade da Nicarágua. Quando questionado sobre a Revolução Sandinista enquanto independente e “*latinoamericanista*”, com flexibilidade e disposição para negociações, Humberto apresenta os elementos constitutivos do sandinismo:

Nuestra ideología, la que nos motiva a nosotros, tiene tres componentes fundamentales: un elemento histórico, un elemento doctrinario y un elemento político. El sandinismo resume esa ideología porque es la síntesis de la lucha de Sandino y la del Frente Sandinista desarrollada por Carlos Fonseca. En este sentido, desde el punto de vista doctrinario nos guía fundamentalmente la doctrina científica del marxismo. Pero desde el punto de vista histórico nos alimentamos de nuestras propias tradiciones. [...] El componente político de nuestra ideología es el programa de liberación nacional que tenemos que asumir en estos momentos. [...] Por esto yo considero que nuestra ideología esta resumida en el sandinismo, tomando el sandinismo como un elemento histórico, guiado por una doctrina científica revolucionaria. (ORTEGA, In. CEBEREIRO; INVERNIZZI; PISANI, 1986, p.20-21).

Desta maneira, afirmamos o sandinismo enquanto ideologia revolucionária, que configurou uma concepção de mundo e que se difundiu entre toda a população de modo exponencial, pois tinha como principal objetivo a libertação nacional do povo nicaraguense, e se sobressai na disputa hegemônica, onde a FSLN não só dominou de forma armada o aparato estatal, mas através do consenso, subordinou politicamente a burguesia e dirigiu todo o país para a reconstrução de uma *nova* Nicarágua.

### **1.3. A Nicarágua no contexto internacional: o nexó entre as dimensões interna e externa, *transformismo* e a saída neoliberal**

Ao analisar fenômenos políticos de âmbito nacional como processos revolucionários, parte-se muitas vezes da premissa de que é necessário voltar os olhos às questões internas do país. Porém, partir de uma perspectiva mais ampla de análise que leve em consideração não só questões internas, mas articulando-as com as questões de âmbito internacional, por consequência, os resultados serão certamente esclarecedores e munidos de pleno sentido. De acordo com Mathias (2016, p.98),

Em termos de política internacional, a tendência por explicar fenômenos aparentemente dissociados, contraditórios, distancia-se de abordagens que separam as questões nacionais dos temas da Agenda internacional, por entender que a unidade da sociedade nacional não é rompida por sua dimensão interna ou externa. Assim sendo, a compreensão do Estado em sua totalidade



implica a consideração dos pontos de articulação entre as dimensões interna e externa.

Pensar, portanto, a Revolução Sandinista da Nicarágua, nos remete ao contexto político e social do período histórico em voga e a relação entre as unidades políticas que compunham o sistema internacional. Por mais que a luta sandinista tivesse como principal objetivo a libertação nacional, o que pode ser confundido como uma questão “interna” do país, a pergunta que deve ser feita é: libertar a nação de quem? Do quê? Logo, para refletirmos sobre a revolução popular que levou à libertação nacional, se faz necessário compreender a correlação de forças não só internas, mas externas à Nicarágua; onde tal nação se localiza no tabuleiro do grande jogo internacional; e entender como as relações interestatais influenciam e são influenciadas pelas disputas de poder, pelas disputas hegemônicas no interior das nações e entre elas.

A conjuntura política internacional, na qual ocorreu toda a movimentação que culminou no processo revolucionário sandinista, foi o da Guerra Fria (1945 – 1991). Assim, o Sistema Internacional<sup>20</sup> apresentava características específicas do período, com uma configuração da relação de forças de tipo bipolar. Conforme Aron (2002, p.157) descreve, no caso de uma configuração bipolar, “duas unidades políticas principais ultrapassam todas as outras em importância, de tal forma que o equilíbrio geral do sistema só é possível com duas coalizões: todos os demais Estados, pequenos ou grandes, ficam obrigados a aderir a um dos dois campos”, e, durante a Guerra Fria, o mundo estava dividido em dois grandes blocos políticos e econômicos, tendo de um lado os EUA como principal ator do bloco capitalista, e a URSS no bloco socialista.

Diante de tal conjuntura, o Estado nicaraguense, sob o comando de Tachito Somoza, era fielmente alinhado aos EUA, compondo o bloco capitalista. Há relatos de que Somoza era “o mimado dos Estados Unidos” e que o militar “tinha carta branca do imperialismo e procedia sem problemas”<sup>21</sup>, assim, sua influência na região centro-americana enquanto um agente do imperialismo estadunidense era extrema. Com a queda do regime somozista e a ascensão do governo revolucionário sandinista, a conjuntura se modifica e a Nicarágua, antes tutelada pelos EUA, passa a estabelecer relações políticas, econômicas e militares com Cuba e URSS.

A alteração no cenário político pós-1979 não pressupõe que os EUA abrissem mão do país centro-americano. Pelo contrário, por mais que não houvesse intervenção militar direta

---

<sup>20</sup> Entende-se por Sistema Internacional “o conjunto de unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral”. (ARON, 2002, p.153).

<sup>21</sup> Entrevista concedida pelo sociólogo e historiador guatemalteco Edelberto Torres Rivas à Raimundo C. Caruso, compiladas no livro “Libre Nicarágua Livre” (entrevistas, reportagens), Edição do autor, 1980, SC, p. 19-35.

durante o processo revolucionário sandinista, até porque o Senado restringiu tal ação, o governo estadunidense, sobretudo o de Ronald Regan (1981 – 1989), financiou os *contras*<sup>22</sup>, mercenários contratados para barrar a revolução<sup>23</sup>. Isso ocorreu devido os interesses estadunidenses de longa data. Desde sua independência, os EUA brigavam por hegemonia na região latino-americana, em especial na Central, considerada seu “quintal”. De acordo com Palicer (2017, p. 10),

Logo seriam eles [EUA] a dirigir e dominar os demais Estados da região. Em 1776 os Estados Unidos conquistam sua independência, vinte anos depois duplicaram seu território com a compra da Louisiana dos franceses. Em 1819 conquistaram a Flórida e em 1846 Oregon e Texas deixavam de ser territórios mexicanos para serem anexados aos Estados Unidos, claro sinais desde sua gênese, do vigor expansionista do novo Estado (BANDEIRA, 2009). Todavia, o maior sinal ainda estava por vir. Em 1898 a recente e pujante república dos Estados Unidos enfrenta o decrépito império espanhol na Guerra Hispano-Americana, que modificará drasticamente a geopolítica do continente e das ilhas. A velocidade com que os EUA vencem e a voracidade com que se lançam aos espólios da guerra (as colônias espanholas) é digna de espanto por todo o continente.

Após a Guerra Hispano-Americana, a hegemonia estadunidense se consolida na região, e se manteve por anos, mesmo durante as duas grandes guerras mundiais. O que não significa uma ausência de movimentos e processos de resistências, pois o que se viu foi uma hegemonia que se deu pela coerção em cima das classes subalternas, através de uso dos *mariners* e o financiamento de mercenários de um lado, e por outro lado, o aspecto da direção se dava nos grandes ajustes e acordos entre elites (burguesas e militares, como é o caso da relação da família Somoza com o governo estadunidense). A importância do istmo para os interesses dos EUA se dá principalmente pela posição geográfica privilegiada – não à toa a expressão “quintal” é utilizada – onde a potência norte-americana queria garantir seu posto hegemônico, inclusive perante às outras potências que por ali disputavam hegemonia (britânicos e franceses), e, vital para o planejamento geopolítico e geoestratégico dos Estados Unidos, era a construção do canal que ligasse os oceanos Pacífico e Atlântico, que acaba sendo concretizado no Panamá

---

<sup>22</sup> Acerca do financiamento provindo do governo dos Estados Unidos da América aos *contras*, em fevereiro de 2017 saiu pela mídia de notícias “Carta Maior” uma interessante reportagem sobre a relação entre o narcotraficante colombiano Pablo Escobar e a Agência Central de Inteligência, a CIA. Por mais que o Senado estadunidense tivesse restringido o governo de financiar a venda de armas ao Irã e aos *contras* na Nicarágua, tais operações ocorreram sob o comando de George Bush, fato que acabou vindo à tona em 1985, sendo conhecido como o escândalo “Irã-Contras”. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Pablo-Escobar-era-agente-da-CIA-/6/37701>. Acesso em 10/06/2017.

<sup>23</sup> Sobre esse assunto, indicamos o documentário “Freeway: Crack in the System” (2014), de Marc Levin. O filme relata a trajetória de um jornalista, o Gary Webb, que revelou ao mundo a conexão entre os EUA, consumo, tráfico de drogas, a CIA e os *Contras* da Nicarágua.

(PALICER; MATHIAS, 2016, p. 7-8), mas a Nicarágua também foi almejada para a realização do canal.

Assim, em termos de disputa de poder, considerando que os fatores mais estáveis de que depende o poder de uma nação são a geografia e os recursos naturais (MORGENTHAU, 2003, p. 216 e 220), e tendo ciência dos interesses estadunidenses em manter a sua já abalada hegemonia, em especial na região central do continente americano<sup>24</sup>, a Nicarágua representava muito mais que uma nação subordinada, mas um nexos de dominação, controle e poder dos EUA na América Central. Ademais,

O mundo sendo como é, cada unidade política procura influenciar a política da aliança no sentido dos seus interesses próprios, reservando suas forças, o mais possível, para os empreendimentos que lhe dizem respeito diretamente. [...]. As dificuldades de uma diplomacia ou estratégia de coalizão, embora atenuadas dentro dos blocos permanentes, cimentados por uma ideologia comum ou uma ameaça externa, são, no fundo, as mesmas: as diversas maneiras de manobrar, de combater e de vencer não trazem iguais vantagens a todos os aliados. Mesmo que estes estivessem de acordo sobre a estimativa dos riscos e das oportunidades - o que nunca acontece, dada a incerteza das estimativas -, teriam motivos racionais para controvérsia, uma vez que os métodos possíveis, diplomáticos ou estratégicos, trazem para os aliados, mesmo sinceros, uma repartição desigual dos sacrifícios imediatos e das vantagens eventuais. (ARON, 2002, p. 204-205).

Desta forma, na trama da configuração de relações de forças em um sistema internacional, as alianças estão a serviço das grandes potências ou principais atores das coalizões firmadas, deixando evidente o caráter da relação que os EUA pretendiam com a Nicarágua. E no caso do referido contexto internacional, Aron (2002, p.235) acrescenta que,

Em qualquer sistema bipolar, os atores principais, incapazes de dominar conjuntamente, inclinam-se à competição; o progresso de um deles é um perigo, aos olhos do outro. Hoje, os “grandes” não podem dominar em conjunto devido à incompatibilidade das suas instituições e do princípio de legitimidade que cada um respeita. O mundo inteiro serve de palco para a sua disputa, e todas as fronteiras e países contestados como motivo para uma confrontação que eles não podem resolver com a espada nem com negociação.

Partindo dessas referências, fica perceptível a dinâmica interno – externo em relação ao processo da Revolução Nicaraguense. O período entre os anos 1960-70 foi de extrema repressão, por um lado, e de subversão de outro. Se externamente os EUA, por meio do Somoza e da Guarda Nacional, reprimia a população organizada, internamente os guerrilheiros e guerrilheiras sandinistas subvertiam a ordem das coisas, resistindo e avançando a ponto de eclodir uma guerra que resulta na vitória da FSLN. Nas palavras de Aron (2002, p.245),

---

<sup>24</sup> Referência à Revolução Cubana de 1959 e outros processos de resistência como na Guatemala e El Salvador.

Tanto a subversão como a repressão levam à técnica da “reeducação” porque ambas pretendem dissolver uma comunidade, forjando uma outra para ocupar seu lugar. No caso da guerra civil, as comunidades a destruir e a construir são ideológicas; no caso de uma guerra de libertação, são nacionais. As possibilidades de uma e de outra são determinadas previamente não pela qualidade dos meios mas pela natureza dos homens.

Ademais, reafirma-se a compreensão da Revolução Sandinista como um processo triunfador que colocou em xeque a hegemonia estadunidense e iniciou o processo de construção de uma hegemonia alternativa, uma *nova* Nicarágua.

Porém, o contexto dos últimos anos do processo revolucionário sandinista era de acirramento da crise: a contrarrevolução bancada pelos EUA avança, a recessão econômica se alastra, e a FSLN vai perdendo apoio das massas. Além do mais, a saída de Violeta Chamorro e Alfonso Robelo da Junta de Governo gerou consequências pela adesão à contrarrevolução. O rompimento entre a burguesia e a FSLN fez com que surgisse a União Nacional Opositora – a UNO, que adota uma estratégia eleitoral financiada pelos EUA. Segundo Sá (2014, p.232-3),

O processo de asfixia econômica imposta principalmente pela guerra contrarrevolucionária, pelo embargo econômico e pela sabotagem da burguesia conduziu o Governo Sandinista a uma situação de penúria econômica. Do ponto de vista da disputa ideológica, a FSLN havia perdido credibilidade perante a população. Em outras palavras, a crise econômica e também política à qual estava submetido o governo revolucionário era politicamente cada vez mais desfavorável à FSLN e favorável às forças de oposição, especialmente à Contrarrevolução, que durante a campanha eleitoral trabalhou exaustivamente a perspectiva da disputa ideológica, buscando demonstrar que a guerra e a crise econômica eram resultados da política sandinista. Evidentemente, isso não foi coincidência, tendo sido resultado dos embates da correlação de forças entre as duas instâncias políticas mais importantes – a própria FSLN e a principal coligação contrarrevolucionária, a UNO (União Nacional Opositora), financiada pelo governo norte-americano.

Aqui ressalta-se a dinâmica entre as dimensões interna e externa da conjuntura referida. Com a decadência gradual do bloco socialista, o apoio econômico e militar da URSS passa a ser cada vez menor e, em especial depois da queda do Muro de Berlim (1989), a Nicarágua Sandinista fica isolada e encurralada pela contrarrevolução. Nas palavras de Sá,

Seria reducionismo atribuir a derrota da Revolução Sandinista aos equívocos da FSLN e não considerar fatores exógenos. A Revolução triunfou em um momento em que o contexto internacional estava adverso às revoluções típicas do ‘Terceiro Mundo’, primeiro porque a crise e o desmoronamento da URSS, que era o principal aporte dessas revoluções, estava em curso. Segundo, as ações do imperialismo norte-americano travaram qualquer possibilidade de avanço social no projeto revolucionário e em certa medida condicionaram até mesmo o seu triunfo. A aliança com a burguesia desde a insurreição revolucionária efetiva, sobretudo a partir 1977, que formatou o processo e a consagração de um governo pós-Somoza, foi uma condição norte-americana para uma não eventual intervenção direta. (2014, p.245).

A FSLN entra em colapso sofrendo várias divisões, rupturas, e acaba por adotar a estratégia eleitoral com uma exaltação personalista a Daniel Ortega. Reitera-se que o ex-guerrilheiro perdeu as eleições de 1989, passando para a liberal Violeta Chamorro o cargo de presidente no ano de 1990, o que marcou o fim da revolução.

É certo que se trata de reducionismo afirmar que a derrota do processo revolucionário sandinista se deve somente aos erros cometidos pela FSLN. Contudo, pontua-se que tais equívocos são resultado de uma mudança essencial na própria Frente Sandinista, que contribuiu para a derrota. Desta forma, o conceito gramsciano de *transformismo* e suas variantes torna possível a análise dessas alterações na essência da FSLN, que decerto confluíram com o fim da revolução.

Ao longo de sua obra, Antonio Gramsci aferiu o *Risorgimento* na Itália, isto é, o movimento de unificação dos Estados que viriam a formar o país italiano. Em sua análise, o pensador sardo se atenta à dinâmica das disputas entre os principais partidos e forças envolvidas no movimento, e como se deu a revolução que consolida a hegemonia burguesa. Nesse processo, Gramsci afirma que, o que se passou na Itália tratava-se de uma *revolução passiva*<sup>25</sup>, que é o conteúdo do *transformismo*. Toda revolução passiva é fruto da prática do transformismo. Entretanto, ressalta-se que nem toda mudança história transformista resulta nela, pois, de acordo com Sanches (2016, p. 68), “o conceito de *transformismo* é entendido, no interior do debate da corrente gramsciana, como algo possível de se averiguar desconexo de um movimento maior e mais abrangente: a revolução passiva”. Pode-se dizer que o transformismo é um conceito chave para interpretar as nuances aparentemente incompreensíveis que ocorrem em ideias e práticas políticas de líderes e/ou organizações inteiras.

O processo de transformismo ocorrido na Itália, portanto, acabou por produzir uma classe dirigente ampla, capaz de ceifar, através da cooptação, forças opositoras, construindo assim uma hegemonia na qual a própria direção política torna-se um elemento de domínio. Nas palavras de Gramsci,

pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período freqüentemente muito

---

<sup>25</sup> Consultar Carlos Nelson Coutinho (2012, p. 118).

longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”. (2002, p. 63, Q 19, § 24).

Destarte, por transformismo entende-se que “é a forma de um processo de mudança histórica cujo conteúdo é a revolução passiva, ou o método das ‘modificações moleculares’” (MACIEL, 2006, p.288). Quanto as variantes molecular (ou restrita) e ampliada de transformismo, Gramsci aponta, no processo do *Risorgimento* italiano,

Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado. (2002, p. 286, Q 8, §36).

Sistematizado por Maciel, o processo de transformismo em sua variante “molecular”,

se manifesta quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação sobre os líderes (intelectuais orgânicos) das forças oponentes, decapitando-as “sob formas e com meios que se podem chamar de ‘liberais’, isto é, através da iniciativa individual, ‘molecular’, ‘privada’ (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa)” (GRAMSCI, 2002, p.63). (2006, p.289).

E o outro formato de transformismo, o “ampliado”, é aquele que

se configura como um método muito mais duradouro e eficaz, pois permite a preservação das forças oponentes na arena da disputa política, anulando, porém, progressivamente seu caráter contra-hegemônico<sup>26</sup>, sem, necessariamente, “decapitá-las”. Nesse caso, as operações de ordem econômico-social, ideológica e política podem ser desenvolvidas para viabilizar a revolução passiva, ligadas, fundamentalmente, a um processo de redefinição do “modo de ser e agir” das forças oponentes, diretamente relacionado à alteração de sua práxis social e, conseqüentemente, de sua práxis política. (MACIEL, 2006, p.289).

---

<sup>26</sup> Reforçamos, em nosso entendimento, que o termo “contra-hegemônico” não corresponde aos processos de transformações sociais como a Revolução Sandinista, por se tratarem de movimentos que objetivam a construção de uma nova hegemonia, isto é, uma nova sociabilidade, uma outra concepção de mundo; e não somente representam um movimento de oposição à hegemonia dominante, por isso não se trata de “contra-hegemonia” mas de desenvolvimento de uma alternativa hegemônica. De acordo com Passos, “Não há o conceito de ‘contra-hegemonia’ na obra do comunista sardo. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência. Como categoria dotada de complexidade histórica, há formas completas e incompletas de hegemonia. Este é o sentido de não aparecer a noção de ‘contra-hegemonia’ em momento algum na totalidade da obra gramsciana”. (2015, p. 41).

Compreendendo o fim da Revolução Sandinista como um processo de mudança histórica, é possível identificar os traços do transformismo no caráter adquirido pela FSLN, tanto no sentido molecular, como no sentido amplo da prática transformista, em especial no fim dos anos 1980. A começar pela cooptação dos líderes revolucionários, onde a heterogeneidade da Junta de Governo representava um perigo para o programa original da Frente Sandinista, e pelo próprio presidente Daniel Saavedra Ortega, principal representante revolucionário por ter sido comandante guerrilheiro, na qual seus discursos demonstravam a mudança de rumos, além de tentativas de manipulação da base, como descreve Sá (2014, p.224):

A segurança do apoio popular [...] levou o presidente Daniel Ortega a dizer, logo após as primeiras medidas de austeridade que somente na Nicarágua se poderia implementar tais medidas econômicas sem uma rebelião popular, pois o povo compreendia a política governamental. Ele estava equivocado, pois a partir das medidas de 1988 a base social que constituía a força política da Frente Sandinista foi definitivamente perdida.

Em confluência com o transformismo de tipo molecular, há aquilo que, de acordo com Zimmermann, alguns nicaraguenses e pensadores chamaram de corrupção pessoal, visto “que o padrão de vida de muitos líderes da FSLN era muito mais alto, no final dos anos 1980, do que havia sido possível no início da década” (2006, p.148).

No que se trata das características do transformismo em sua variante ampliada na derrocada da revolução, as evidências são ainda maiores. Nesta perspectiva, cabe destaque à dinâmica entre as dimensões interna e externa, podendo afirmar que o transformismo ampliado presente na Frente Sandinista se efetuou em dois sentidos. Um primeiro foi a relação da FSLN com as massas subalternas: enquanto governo, o trato com a população nicaraguense estava cada vez mais distante e funcionando de cima para baixo, promovendo alterações de ordem econômico-social, política e ideológica, que se reafirmam quando a Frente Sandinista adere a estratégia eleitoral. Para Sá (2014, p.251),

Do ponto de vista da relação do partido com as massas populares, a FSLN optou pelo dirigismo partidário vanguardista e procurou cooptar os movimentos sociais e as organizações populares, exercendo sobre elas um **processo de transformismo**<sup>27</sup>. Daquele momento em diante, a FSLN se consolidou mediante uma crescente burocratização e não como um partido de expressão das massas populares. Em outras palavras, ocorreu cada vez mais uma identificação entre o Partido e o Estado, em que o primeiro tinha a função de legitimar as ações do último. Neste sentido, a verticalização partidária visava modelar as massas populares e doutriná-las, fazendo com que o partido não funcionasse como um espaço de expressão do anseio popular, mas como um aparato de construção ideológica subsumida às ações do governo.

---

<sup>27</sup> Grifo nosso.

Se a FSLN exerceu o transformismo sobre as massas populares nicaraguenses, o outro sentido da mudança histórica que levou à derrocada da revolução, se deu a partir da cooptação exercida desde os EUA, isto é, pelo imperialismo. Ainda de acordo com Sá,

O que o governo norte-americano e a Contrarrevolução conseguiram foi impor à Frente Sandinista um processo de cooptação efetuando um pleito de transformação na líder da revolução nicaraguense. A FSLN é submetida a um processo de transformismo. Não apenas no sentido molecular, mas num sentido mais amplo. Neste caso o oponente não é retirado do jogo político, mas é submetido aos ditames do grupo dominante. (2014, p.186).

Isto mostra que a intenção dos EUA não era destruir a FSLN e seguir com um processo de dominação com base na repressão contrarrevolucionária, mas objetivava a cooptação da luta sandinista, isto é, a anulação da radicalidade das forças oponentes (MACIEL, p.293), utilizando de estratégias como o embargo econômico, os forçados acordos de paz e o financiamento dos *contras*, além da já referida decomposição do bloco socialista que afastou ainda mais a possibilidade de resistência. Sá (2014, p.186) conclui que,

Desta forma, o imperialismo norte-americano e a burguesia nicaraguense ligada à Contrarrevolução passaram a anular o caráter contra-hegemônico que representava a revolução liderada pela FSLN. As ações de ordem social, econômica, política e ideológica foram desenvolvidas para modificar ou redefinir o modo de ser e agir da Frente Sandinista, alterando assim sua práxis social e por conseguinte sua práxis política.

Uma questão determinante no processo transformista sofrido pela FSLN, foi a resposta à crise econômica que assolou a Nicarágua e toda a América Latina na década de 1980, devido principalmente às crises de dívida externa<sup>28</sup>. Ao fim dos anos 1980 e início da década de 1990, ocorre o *Consenso de Washington*<sup>29</sup>, uma resposta dos EUA, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) para a América Latina, visto que é atribuída uma outra importância geopolítica para a região a partir do fim da Guerra Fria. Para o caminho de saída da dívida externa, ou de capitalização – que é o caso da Nicarágua –, o FMI acabou por

---

<sup>28</sup> Sobre a crise do capitalismo década de 1980 e o endividamento externo, “os países latino-americanos sofreram pressões por parte dos bancos credores internacionais como forma de fazer cumprir as metas estabelecidas para pagamento da dívida e acesso ao crédito. Nesse sentido, vale enfatizar e trabalhar a dimensão estrutural do desequilíbrio sócio-econômico criado na América Latina, a partir de decisões que levaram a cabo a liberalização das economias. A razão da retórica foi a crise da dívida externa, que serviu como justificativa para que governos dos países da região implantassem planos de estabilização econômica e promovessem reformas liberalizantes na primeira metade da década de 90. Destarte, esse encaminhamento não contribuiu para a melhoria do desenvolvimento sócio-econômico das nações, ao contrário, fez aumentar as assimetrias entre os países da região”. (MATHIAS, 2012, p. 125).

<sup>29</sup> Sobre o Consenso de Washington: “conhecido resultado do encontro onde foi produzido o documento que reúne o conjunto de reformas tidas como necessárias para a continuidade das relações entre os Estados Unidos e Instituições Financeiras presentes no Encontro, com os países da América Latina. À época, o documento causou impacto na região porque significou não só adesão à doutrina neoliberal, como também pragmatismo, na medida em que recomendava a implementação imediata de reformas voltadas para e pelo mercado”. (idem).



estabelecer condicionalidades de acordo com o Consenso de Washington. É desta maneira, para a liberação de crédito, que se condiciona a implementação de reformas<sup>30</sup> voltadas para o mercado nos países latino-americanos, o que acaba configurando a consolidação de um modelo de desenvolvimento liberalizante periférico.

O resultado, de acordo com Zimmermann:

A FSLN respondeu à crise econômica do período pós-guerra com uma série de medidas de austeridade similares às implementadas pelos regimes neoliberais de toda a América Latina. Nos primeiros seis meses de 1988, o governo cortou todos os subsídios às necessidades básicas, deixou de remunerar os lavradores pelos gêneros alimentícios básicos que produziam, desvalorizou drasticamente o córdoba, aboliu o salário mínimo nacional, suspendeu controle de preços, reduziu o controle monetário, extinguiu as restrições à importação de artigos de luxo e praticamente abriu mão de seu controle sobre importações e exportações. Os preços dos alimentos e do transporte público foram às alturas e a desnutrição, que fora largamente eliminada, começou a reaparecer. O sistema de saúde foi parcialmente reprivatizado, levando ao aumento nos índices de mortalidade infantil e materna. A hiperinflação, que chegou a 33.000% em 1988, teve um impacto devastador sobre o bem-estar e o moral dos trabalhadores. [...]. O desemprego subiu para 33%, e o salário médio do trabalhador (dos que tinham arranjado um emprego) comprava 7% das necessidades mínimas de uma família (2006, p. 144).

São estes, portanto, os elementos que concretizaram a derrota da Revolução Nicaraguense, onde a FSLN tanto sofreu quanto exerceu uma função transformista ao longo do processo e, conforme a tendência imposta pelo imperialismo estadunidense não só na região centro-americana, mas em toda a América Latina, ocorreu por consequência a preparação do terreno para a implementação das políticas neoliberais. Sobre esse assunto, Maciel (2006, p.294) atenta para

a importância da modelagem da arena da disputa política como procedimento decisivo em determinadas experiências de transformismo e revolução passiva. Isto se deve ao fato de as maiores debilidades das frações burguesas, na implantação da sua hegemonia ou dominação, exigirem uma intervenção mais acentuada do Estado sobre a sociedade civil e sobre a própria arena da disputa política. [...], a hegemonia não “nasce na fábrica”, na sociedade civil, mas na

---

<sup>30</sup> De acordo com Mathias (2012, p. 125-126), as reformas abrangeram áreas específicas, como: redução dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, investimento estrangeiro, privatizações, desregulamentação do mercado interno e de propriedade intelectual, entre outras. Não é incorreto pensar que os países da América Latina necessitavam de disciplina fiscal e de políticas austeras para conter o processo inflacionário, sobretudo, para retomar o caminho na direção do desenvolvimento sócio econômico, porém, a implementação das medidas indicadas pelo *Consenso de Washington* constituiu o que se convencionou chamar de condicionalidades: condições impostas pelas instituições financeiras, em troca de assistência, [que] solaparam a soberania dos países da América Latina e de outras regiões, conforme reconheceu Joseph Stiglitz, ex-diretor do Banco Mundial e prêmio Nobel de Economia em 2001 (MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 61)”.

sociedade política, por isto depende fortemente da intervenção do Estado como aparelho de hegemonia e instrumento coercitivo.

Assim, fica notório o interesse dos EUA em não só cooptar e ceifar a radicalidade da luta sandinista, mas também financiar as forças de oposição à direita mantendo, de um jeito ou de outro, o Estado a serviço dos interesses imperialistas, isto é, um governo que abdicasse da continuidade do processo revolucionário e que se comprometesse em seguir a tendenciosa implementação da democracia burguesa e do neoliberalismo no país, o que pressupõe para além das alterações de ordem econômica, uma mudança política e ideológica, constituindo o reestabelecimento da hegemonia dominante sob o formato neoliberal.

## CAPÍTULO II

### Mulheres, Revolução e o desafio da “*double lucha*”

“*Máxima*  
a Sofía Montenegro

*En verdad en verdad les digo:  
No hay nada más poderoso en el mundo  
que una mujer.*

*Por eso nos persiguen”.*  
(Gioconda Belli)<sup>31</sup>

À margem de toda a História Ocidental estão as mulheres. Ainda, isso não significa que estavam ausentes pois, mesmo marginalizadas, elas sempre estiveram presentes, contribuindo de várias formas para as lutas travadas. Partindo da história moderna, do fim do século XIX para cá, podemos iniciar com a importante e completamente invisibilizada luta das mulheres liberais no contexto da Revolução Francesa. Olympe de Gouges<sup>32</sup> não nos permite esquecer o quanto a revolução burguesa de 1789 foi extremamente machista e sexista, mantendo as mulheres em uma posição de desumanização – pertinente ao passado medieval europeu – onde o lema “*Liberté, Egalité e Fraternité*”, de fato, só coube à irmandade masculina.

A inglesa Mary Wollstonecraft, escritora do livro “Reivindicação dos Direitos da Mulher”, de 1792, que veio a se tornar um grande clássico feminista por apontar explicações sociais, e não naturais, da inferiorização das características femininas. Ainda na Inglaterra, na virada para o século XX, eclode o movimento sufragista, tendo as *suffragettes* como ícone de uma luta massiva de reivindicação pelo voto feminino. Processo parecido ocorre nos Estados Unidos da América, com mulheres organizadas em torno da luta pelo voto, além da enorme contribuição na luta antiescravagista. Não nos esqueçamos do legado das russas, responsáveis pelo grande abalo que foi a marcha das mulheres do 08 de março de 1917, que deu início àquilo que viria ser a mais grandiosa experiência socialista, a Revolução de Outubro. Enfim, inúmeros

---

<sup>31</sup> Gioconda Belli foi militante ativa da Revolução Sandinista, e ficou presa por anos durante a década de 1970. Conhecida internacionalmente pela sua poesia, seus escritos tratam de questões profundas e íntimas das mulheres com grande sensibilidade.

<sup>32</sup> Olympe de Gouges foi uma escritora francesa, defensora dos ideais revolucionários de sua época, que redigiu o texto “Os Direitos da Mulher e da Cidadã”, com o propósito de inserir a mulher na vida política e civil e reivindicar a igualdade de direitos. Olympe “foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793. A sentença que a condenou acusava-a de ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo” (ALVES, B. M; PITANGUY, J. **O que é feminismo?**, 2003, p. 33-34).

são os exemplos da participação e protagonismo feminino em processos políticos de resistência, de reivindicações por melhores salários, condições dignas de trabalho e fim do assédio, isto é, lutas pelo reconhecimento das mulheres enquanto seres humanos, enquanto sujeitos ativos capazes de escrever sua própria história.

Assim, abrimos tal reflexão a partir da atuação do movimento de mulheres na Europa e nos Estados Unidos, como caminho de aproximação para pensar a luta das mulheres em *Nuestra América*, particularmente no que concerne ao período pós-colonial.

## 2.1. A luta das mulheres *latinoamericanas*

Na América Latina, por mais que os livros de história – em sua grande maioria escrita por homens – tentem ocultar, as mulheres possuem uma trajetória de luta sem igual. Relatos de viajantes, cartas às cortes europeias e obras literárias e acadêmicas, mostram como a socialização e as relações de gênero<sup>33</sup> dos povos originários latino-americanos eram diferentes dos padrões europeus. Certamente, tais povos não eram homogêneos e havia muitas especificidades de região para região. O império Inca, por exemplo, contava com uma estrutura hierárquica severa, que colocava mulheres em desigualdade com esposas “acima” e concubinas “abaixo”. De qualquer forma, muitos são os exemplos de sociedades originárias latino-americanas que eram matrilineares e matriarcais, onde as mulheres participavam ativamente da economia, das guerras, isto é, tratavam de questões públicas coletivas, muito diferente da noção dicotômica moderna europeia onde o feminino refere-se ao “privado”, e o masculino ao “público”. De acordo com Montoya (2008),

Y pese a la organización patriarcal de la cultura maya, donde la mujer estaba prohibida de ejercer cargos religiosos, militares o administrativos, las mujeres, en Yucatán, ‘vendían el producto de su trabajo en los mercados y se ocupaban lo mismo de los hijos que de la economía doméstica, puesto que sobre ellas recaía la responsabilidad del pago de impuestos; que organizaban bailes para ellas solas, prohibidos a los hombres; que se embriagaban en los banquetes entre ellas y que llegaban a pegar al marido infiel’ (Séjourné, L., 1976, p. 131). Los conquistadores dan cuenta de que en el “Nuevo Mundo” – que sólo era nuevo para los europeos – existían comunidades matriarcales y matrilineales como en el Cuzco y las costas del Pacífico, enfrente de Panamá, donde el heredero de un señor era su mujer legítima y luego el hijo de la hermana. En

---

<sup>33</sup> É importante ressaltar aqui que, em relação aos termos “gênero” e “relações de gênero”, como marco teórico e metodológico utilizamos o desenvolvimento do conceito de gênero de Saffioti (2004, p.44, 45 e 135), considerando-o uma categoria histórica, de forma geral enquanto “construção social do masculino e do feminino” que não se reduz ao sexo, mas que representa uma dimensão cultural por meio da qual o sexo se expressa e vincula-se às relações de poder.

algumas etnias, las “kapullanas” accedían al poder por la línea de descendencia materna. Es decir, heredaban los cargos que dejaban sus madres, así como lo hacían los hombres por vía paterna. Otro rasgo común que caracterizó a las civilizaciones precolombinas era la mujer guerrera. [...] Si en algunas etnias amazónicas era común que las mujeres participaran en los combates junto a sus maridos, en el incario, las mujeres consideradas varoniles, tenían licencia para mantener relaciones conyugales y participar en los combates, como es el caso de Chañan Kori Koka, quien, de acuerdo a la tradición oral, peleó denodadamente cuando los chancas atacaron el Cuzco.

O resgate da história da mulher pré-colombiana deixa evidente o retrocesso que a colonização hispano-portuguesa da América significou para as relações de gênero dos povos originários, afinal, foi a partir da conquista europeia que se instaurou o patriarcado<sup>34</sup> no continente americano como modelo hegemônico de organização das relações de gênero, reforçado com o avanço das forças produtivas, isto é, da instauração também de um modelo econômico, de divisão sexual do trabalho, o capitalismo. Foi, então, a partir da colonização, da destruição do patrimônio natural, cultural e social dos e das indígenas latino-americanas e, principalmente, com o catecismo católico no processo de subordinação destes povos, homens e mulheres se viram diante de um novo tipo de sociabilidade que passou a ser internalizado, repercutindo nas futuras gerações até os dias de hoje.

Por sua vez, a trajetória de luta da mulher latino-americana não cessa com a colonização. Passam-se os anos e as mulheres estão inseridas nas lutas sociais mais gerais, mas também levantando suas próprias bandeiras, suas pautas específicas. No século XIX, pautas como acesso à educação, do básico ao ensino superior foram concretizadas; o início do século XX, na qual a onda feminista que consolidou o sufrágio feminino em várias partes do mundo chega à América Latina<sup>35</sup>; e, nos meados deste mesmo século, diante dos movimentos contra as ditaduras militares que se espalharam por toda *Nuestra América*, as mulheres estavam presentes, organizadas, ativas e com muita sede de mudança.

Aqui também não nos faltam exemplos. A começar pelas mulheres brasileiras, como Patrícia Galvão (1910 – 1962), a Pagu, artista e militante comunista, foi a primeira mulher a ser presa política por enfrentar o autoritarismo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Neste mesmo contexto, temos a cearense erradicada na Bahia, Ana Montenegro (1915 – 2006), filiada ao Partido Comunista Brasileiro desde 1944, lutou no processo de redemocratização após o Estado

---

<sup>34</sup> Temos por patriarcado um “sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem” e que possui uma dupla dimensão: a dominação e a exploração (SAFFIOTI, 1987, p. 16 e 51).

<sup>35</sup> Uruguai foi o primeiro país latino-americano a permitir que mulheres pudessem votar, em 1927, seguido por Equador (1929), Porto Rico (1929), Brasil (1932), e assim por diante. Até o início dos anos 1960, praticamente todos os países latino-americanos contavam com o sufrágio feminino. Na Nicarágua, tal conquista se deu no ano de 1955, ainda sob o regime somozista.

Novo e foi uma das fundadoras da Federação de Mulheres no Brasil. Participou da Frente Nacionalista Feminina até o golpe de 1964, quando foi exilada e passou a viver no México e posteriormente na Europa, sendo membro da Comissão da América Latina pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FEDIM). Montenegro foi a primeira mulher brasileira a ser exilada. Em sua militância, preocupava-se sobretudo com a situação da mulher trabalhadora, nas suas palavras,

temos que considerar que existem milhões de outras mulheres que além de necessitarem de rosas, necessitam prioritariamente de terra, de pão, de trabalho, de assistência médica, de educação, de cultura para se libertarem. (MONTENEGRO, A., 1981, p. 10)<sup>36</sup>

Ana Montenegro foi, portanto, um importante ícone para a luta das mulheres por enfrentar os desafios tanto de dentro quanto de fora da esquerda revolucionária.

Ainda na resistência contra a Ditadura Civil Militar brasileira (1964 – 1985)<sup>37</sup>, apesar da imensa invisibilidade, a participação feminina no período em voga foi essencial, contribuindo desde formas mais invisibilizadas como aquelas que abrigavam militantes em suas casas, doavam dinheiro, apoiavam seus filhos e companheiros, colaboravam com a infraestrutura do movimento, até a luta armada. De acordo com Joffily (2016, p.13)

Acredita-se que as mulheres representavam entre 20% e 25% dos militantes e do total de presos políticos, e 10% dos cerca de 400 mortos e desaparecidos políticos. Criaram o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini, que se espalhou por todo o Brasil, com ampla participação de donas de casa e de outros segmentos sociais.

Além da participação nos movimentos de resistência, como acrescenta Joffily,

As mulheres tiveram papel importante na luta armada, tanto no campo quanto na cidade. Em número significativo, estiveram à frente de ações da guerrilha urbana, como sequestro de diplomatas e assalto a bancos. Dezenas participaram da experiência guerrilheira do Araguaia, no sul do Pará, onde se destacaram no comando de batalhões e nos embates com o Exército. (idem).

E, dentro do campo de discussão marxista a qual adentramos, podemos citar nossa principal referência, a socióloga Heleieth Saffioti, orientanda do renomado Florestan Fernandes que, enquanto este se preocupou em seus estudos com a inserção do negro na sociedade de classes, Saffioti inaugura uma área de estudos até então obscurecida no Brasil nos anos 1960,

---

<sup>36</sup> MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Recife : Guararapes, 1981.

<sup>37</sup> Sobre este assunto, nos remetemos ao trabalho precioso de Olivia Rangel Joffily, “A Esperança Equilibrada” (2016), onde ela resgata a memória destas mulheres através de emocionados relatos de vida e entrevistas. Consultar referência completa nas Referências Bibliográficas.

que são os estudos feministas atrelado à luta de classes, realizando um belíssimo trabalho sobre a inserção da mulher na sociedade de classes<sup>38</sup>.

Na vizinha Argentina, a ditadura severa que assolou de forma brutal a população fez surgir um dos movimentos de mulheres mais conhecidos mundialmente, a associação *Las Madres de Plaza de Mayo*, mães que tiveram seus filhos arrancados, desaparecidos e mortos pelo regime. Mulheres que até hoje lutam com todo afincamento em busca por memória e justiça.

E, nos processos de resistência da região centro-americana, a presença feminina se deu de forma massiva na Revolução Mexicana (1910 – 1917). “*Las Soldaderas*”, como ficaram conhecidas, estavam inseridas na luta revolucionária, nas fileiras do Exército Zapatista, eram

mulheres anônimas, campesinas, mestiças, indígenas que acabaram ocultadas pelo mito da Adelita [...]. As soldaderas foram mais que isso: auxiliaram as tropas de todas as maneiras imagináveis, fizeram a guerra possível, e, ainda assim, permanecem sob a subordinação do sujeito feminino nas histórias nacionais.<sup>39</sup>

O que nos remete também a recordar das mulheres indígenas zapatistas que, de acordo com Lhullier:

contra a invisibilidade e a exclusão que as mulheres indígenas irão lutar, reivindicando uma nova dinâmica social e aderindo ao Movimento Zapatista – onde, a partir da convivência comunitária, conquistaram seu espaço com base em uma iniciativa comum de luta conjunta e de eliminação da opressão entre gêneros. Isso se traduz no discurso de Maria Ortíz, insurgente: “Companheiras de todo o país, para que isto não siga assim, temos que lutar junto aos companheiros empunhando as armas para fazer que nos entendam. As mulheres também podem lutar com a arma na mão”.<sup>40</sup>

Por certo, as mulheres da Nicarágua não foram diferentes de suas companheiras latino-americanas. Durante os dois momentos da Revolução Sandinista, da queda de Somoza e triunfo da FSLN, e por todo o processo de reconstrução revolucionária do país, a mulher nicaraguense esteve presente, empunhando armas, armando emboscadas, liderando povoados inteiros. Porém, pouco se recorda dessa participação paradigmática da mulher na Revolução Nicaraguense. Mónica Baltodano, ex-comandante guerrilheira da FSLN, escreveu:

Cuando recordamos la larga lucha del pueblo sandinista contra la dictadura somocista, con frecuencia se invisibiliza o se pone en planos irrelevantes a miles de sus protagonistas. Se repiten siempre los mismos nombres,

---

<sup>38</sup> Heleieth defende sua tese de livre docência, orientada por Florestan Fernandes, sob o título “A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade” em 1967. Em 1969, é publicada a 1ª edição em livro.

<sup>39</sup> TOSI, Marcela. “Las Soldaderas: Mulheres na Revolução Mexicana de 1910”. (2015). Disponível em: <https://jornalripuc.wordpress.com/2015/08/26/las-soldaderas-mulheres-na-revolucao-mexicana-de-1910/>. Acesso em 10/08/2017.

<sup>40</sup> LHULLIER, Clara. “Mujeres de Maíz: a luta das mulheres indígenas na Revolução Zapatista”. (2015). Disponível em: <https://jornalripuc.wordpress.com/2015/08/26/mujeres-de-maiz-a-luta-das-mulheres-indigenas-na-revolucao-zapatista/>. Acesso em 10/08/2017.

particularmente de hombres, como sus principales actores. (BALTODANO, 2011, p. 12).

Muitos dos heróis das revoluções são, na verdade, heroínas. Portanto, estudar a participação das mulheres nos processos de resistência latino-americanos se faz necessário e imprescindível para que o protagonismo destas não permaneça ofuscado, para que, através do resgate do passado, se faça reconhecer os precisos avanços que ainda faltam nos âmbitos político, judiciário, sociocultural do presente e, o mais importante, ressaltar que nada pode parecer impossível de mudar. A construção de uma nova história, com projeções para um novo futuro, é sim possível, desde que providenciemos tais condições para esses avanços. Decerto, lembrar a história da participação política das mulheres é uma das formas de atenuar tal invisibilidade, e construir uma visão de mundo capaz de promover, de fato, transformações na sociedade.

Relacionada à invisibilidade da luta das mulheres, está o peso da dupla opressão que estas enfrentam para sustentar suas reivindicações em uma sociedade capitalista e patriarcal. Nas palavras de Leticia Herrera,

la mujer nicaragüense desarrolló una doble lucha. Lucha contra un sistema económico social establecido y lucha contra la mentalidad porque los hombres del frente no dejan de traer reminiscencias de la formación y la cultura machista.<sup>41</sup>

Não foi nada fácil para tais mulheres se colocarem como sujeitos no desenvolver da revolução e de sua própria caminhada. A persistente invisibilidade da qual as mulheres são vítimas históricas é a demonstração de que, mesmo inseridas em lutas revolucionárias – e processos vitoriosos como foi o caso da Nicarágua – as mulheres precisam responder a um duplo desafio: um em manter o curso da revolução, resistindo às ofensivas da contrarrevolução; outro em resistir e insistir em suas pautas específicas, em relação aos seus próprios pares, seus companheiros de luta, suas lideranças e as instituições sociais.

Neste sentido, justificamos o título deste capítulo ressaltando o árduo e duplo desafio da mulher nicaraguense em integrar e permanecer nas fileiras do processo revolucionário sandinista, sustentando uma luta específica imersa em uma mais ampla.

---

<sup>41</sup> Leticia Herrera, Comandante Miriam durante a Revolução Sandinista, em entrevista concedida ao Programa Feminista “La Corriente”, em 19/07/2014. Disponível em: <http://lacorrientenicaragua.org/que-nos-dejo-la-revolucion-a-las-mujeres/>. Acesso em 06/08/2017.



## 2.2. Classes subalternas e suas frações: o lugar das mulheres nas disputas hegemônicas

Para analisar os meandros da construção de uma nova hegemonia e suas disputas hegemônicas pertinentes em cada situação e momento histórico, o conceito de *classes subalternas* ou *grupos subalternos*<sup>42</sup>, presente no rol do pensamento gramsciano, traz uma grande contribuição: a compreensão das relações entre grupos sociais, dominantes e subalternos e de suas frações, relacionando-os e percebendo o conflito de interesses entre estes, além de nos proporcionar condições para pensarmos em como pode se dar a constituição da unidade na luta dos subalternos diante da hegemonia dominante.

Ao afirmar que as classes subalternas possuem uma “história desagregada”, podemos compreender que Gramsci exalta as especificidades dos grupos subalternos. Por exemplo, a realidade social e histórica de um trabalhador campesino é muito adversa de um operário fabril, por mais que ambos estejam expostos à exploração e à opressão das classes dominantes. Fatores sociais, culturais e das próprias relações produtivas, elaboram nos indivíduos experiências de vida diversificadas, o que leva também a constituição de uma visão de mundo bastante heterogênea que se dá através das religiões, crenças, linguagens, costumes, enfim, uma diversa cultura popular. Assim, com a classe proletária sendo tão fragmentada, as camadas populares possuem uma riqueza peculiar em suas concepções de mundo, que em muito difere da visão hegemônica, dominante, elementos inclusive que resistem à hegemonia burguesa.

O desafio das classes subalternas seria, portanto, a constituição de uma concepção de mundo unitária<sup>43</sup>, própria dos subalternos, capaz de elevar as consciências, promovendo uma disputa pelo poder objetivando a construção de uma nova hegemonia. Mas como se dá tal unificação? Ao discorrer sobre a história de tais grupos, Gramsci afirma que,

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica desses grupos, existe a tendência à unificação, ainda em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. (2002, Q 25, §2, p. 135).

Assim, pela perspectiva gramsciana, podemos pensar a Revolução Sandinista, promovida principalmente com a difusão do *sandinismo* enquanto uma ideologia coesa e

---

<sup>42</sup> Especula-se que, de início, o autor italiano utilizava o termo “classes”, mas por precauções quanto a vigilância do cárcere, passou a utilizar o termo “grupos”. De qualquer forma, “classes subalternas” e “grupos subalternos” são sinônimos, justificando a utilização de ambos os termos ao longo deste trabalho.

<sup>43</sup> Para esclarecimento, sobre “concepção de mundo unitária”, nos remetemos aos termos já mencionados no Capítulo I, p. 23: “hegemonia só se dá plenamente se há uma concepção de mundo unitária, não em um sentido autoritário de unitarismo, mas sim uma visão de mundo subalterna coesa que levará à superação da dominante”.

revolucionária na Nicarágua, como um desses episódios em que a unificação dos grupos subalternos se deu de forma intensa e vitoriosa.

De acordo com Sanches (2015, p. 30-31),

Quando o revolucionário sardo diz que “as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’” (GRAMSCI, 2011c, p. 139), está deixando claro que é preciso fomentar uma unidade (aliança operário-camponesa em seu tempo histórico) das frações subalternas para que o germe do novo, construído no (e pelo) partido, possa se tornar *universal* na medida em que a classe proletária avance posições na luta cotidiana contra o seu oposto, a burguesia. Esta universalização do novo pode ser entendida como a realização de uma determinada *hegemonia proletária*, ou revolucionária, que sagrará a efetivação deste novo bloco histórico, melhor dizendo, desta nova resolução para a equação: relações de produção *versus* desenvolvimento das forças produtivas.

Por essa perspectiva, a Frente Sandinista se coloca enquanto partido, isto é, como a organização que conseguiu promover a aliança operário-campesina nicaraguense agregando, para além destes, artesãos e artesãs, setores progressistas da burguesia<sup>44</sup>, setores progressistas da Igreja<sup>45</sup>, estudantes, intelectuais, militares anti-somozistas, e, finalmente, as mulheres. Portanto, o levante das classes subalternas promovido pela FSLN enquanto organização destas na luta contra a ditadura somozista contava com várias *frações de grupos subalternos*, isto é, com diversos interesses específicos que giravam em torno de algo maior: a libertação nacional da Nicarágua.

No que tange à situação particular das mulheres, grupo minoritário<sup>46</sup> objeto deste trabalho, afirmamos a participação massiva e orgânica da mulher nicaraguense na Revolução como a presença de uma *fração de grupo subalterno*. Nossa análise parte, portanto, do pressuposto de que tal categoria em Gramsci nos dá o devido suporte teórico e analítico para compreender os meandros da luta das mulheres. Nas palavras de Monal (2003, p. 194)

A categoria gramsciana de “subalterno” poderia desempenhar esta função, que a realidade social do mundo de hoje parece exigir de modo bastante intenso. Gramsci conservou a tese sobre a importância e a centralidade das classes sociais, mas também buscou elaborar um conceito que desse conta de todos esses movimentos, que, enquanto tais, não se enquadram ou não se esgotam nas classes sociais. E, de resto, não seria exagerado concluir que o conceito de

---

<sup>44</sup> Essa burguesia progressista nicaraguense, diante a ditadura somozista, estava mais para grupo subalterno do que integrante das classes dominantes, tendo em vista que o poder político destes era quase nulo, e também porque mesmo após o triunfo revolucionário, esse setor se manteve subordinado politicamente à FSLN. Fato que não dura muito tempo, mas que não cabe ser desconsiderado.

<sup>45</sup> Em especial àqueles vinculados à Teologia da Libertação, já mencionada no Capítulo I, p. 21.

<sup>46</sup> Afirmamos “mulheres” enquanto grupo minoritário compreendendo o termo “minoría” não por características numéricas, mas sim por grupos de indivíduos em situação de subordinação social, econômica, política e/ou cultural em relação a outros grupos dominantes. Assim, por existir a dominação-exploração patriarcal, a mulher se situa enquanto uma minoria.

grupos ou classes sociais subalternos possui hoje – diante do impacto dos heterogêneos movimentos da sociedade civil – uma pertinência e uma validade maiores do que aquelas que tinham no momento em que Gramsci o formulou.

Assim, pela característica fundamental dos grupos subalternos ser a desagregação, entende-se que,

Esses grupos (ou classes) sociais não são apenas múltiplos, mas também divididos e bastante diferentes entre si. Embora alguns deles possam ter atingido um nível de organização, a outros falta coesão, enquanto nos mesmos grupos existem vários níveis de subalternidade e de marginalidade. (BUTTIGIEG, J. A., 2017, p.747).

Como apresentamos anteriormente, as mulheres tiveram suas pautas ignoradas ao longo da construção do processo revolucionário sandinista. Dentro do próprio debate revolucionário, que deveria agregar todas as pautas, elevando as massas a um patamar de possibilidade real de consolidação de uma nova moral, de uma nova concepção de mundo, onde “questões de mulheres” fosse uma questão universal, pertinente aos interesses da Revolução e da necessidade histórica para promoção de uma nova sociedade. Ora, se a mulher inserida nas classes subalternas, na luta sandinista, levantando as bandeiras amplas do processo revolucionário, não conseguiu manter um espaço para a concretização e elevação de suas pautas específicas, certamente ocorre uma enorme marginalidade nos próprios grupos subalternos, isto é, a subalternidade das mulheres enquanto uma fração de classe que teve sua luta marginalizada.

Isso nos elucida a pensar que as mulheres, organizadas em torno das “questões de mulheres”, isto é, de suas pautas específicas, representavam o comprometimento da remanescente moral conservadora nicaraguense, patriarcal, portanto, subversivas demais até mesmo para o contexto revolucionário. O que nos leva a refletir sobre um dos grandes problemas que afligiu e ainda aflige as mulheres na militância revolucionária que luta contra a hegemonia dominante, buscando consolidar hegemonias alternativas, que é a invisibilidade de suas pautas, de sua luta mesmo no campo da esquerda.

A afirmativa de que as mulheres têm de executar uma “*doble lucha*” fica ainda mais evidente. O próprio Gramsci (2002, Q 25, §4, p. 138), em seus escritos sobre os grupos subalternos romanos e na Idade Média, abre um breve parêntese sobre a situação da mulher em Roma:

A questão da importância das mulheres na história romana é semelhante à dos grupos subalternos, mas até certo ponto; só num sentido o “machismo” pode ser comparado a uma dominação de classe e, portanto, tem mais importância para a história dos costumes do que para a política e social.

Causa estranhamento o comentário de Antonio Gramsci sobre as mulheres, sobretudo por ele ser um teórico que se preocupou com a construção de uma nova hegemonia, considerando para além das questões econômicas, a primordial transformação das ideias, da moral, da concepção de mundo, portanto, da modificação dos próprios costumes. Não se trata aqui de defender o indefensável, mas decerto, diante da limitação de seu tempo histórico e de suas condições no cárcere, que fez de seus escritos uma obra fragmentada, o autor italiano pode não ter dado a devida importância às mulheres romanas, e não as vê como uma fração das classes subalternas. Por isso cabe a nós tal análise, diante de nossas condições objetivas, considerando o grande peso que o patriarcado tem na manutenção das instâncias e das relações de poder presentes na sociedade moderna e contemporânea.

Ainda para compreendermos as mulheres enquanto fração de grupos subalternos na luta sandinista, se faz necessário abordar mais um elemento na análise pois, para pensarmos através da perspectiva materialista histórica e dialética da realidade, há de se imbricar as questões de gênero às de classe. Nas palavras de Joffily (2016, p. 47-48),

Um dos desafios dos(as) estudiosos(as) e militantes da causa da emancipação feminina é situar a *exploração-dominação da mulher em relação à base material dessa exploração* e estabelecer os nexos entre produção e reprodução, classe e gênero. Surgem teses que ora negam o marxismo como teoria que lançou as bases para o entendimento da questão de gênero, ora aplicam, mecânica e diretamente, categorias de análise marxista, aplicáveis ao processo produtivo, à reprodução e às relações de gênero. [...] . Reconhecer a imbricação de gênero e classe social não significa, contudo, restringir a questão da mulher à questão de classe e das relações de produção [...], é fundamental trabalhar tanto gênero quanto classe social nesse contexto de trama de relações, às quais se agrega, para Saffioti, raça/etnia.

Desta maneira, elencamos a questão de classe presente na luta revolucionária das mulheres sandinistas. Adiantamos que a organização destas era composta principalmente por mulheres que pertenciam a classes sociais diversas, desde trabalhadoras do campo e das cidades e suas filhas, donas-de-casa, estudantes secundárias, até universitárias, estas últimas em geral provindas de setores sociais mais abastados como a burguesia anti-somozista, enfim, em sua maioria jovens que militavam em movimentos, como o estudantil e o cristão. Pode-se dizer que a composição da organização delas possuía um caráter “policlassista”, o que não significa que, em termos ideológicos, não havia uma consciência de classe, pelo contrário, havia uma evidente vinculação da luta das mulheres à luta da classe trabalhadora e com a libertação da Nicarágua, como foi o caso de Marisol Castillo, filha do empresário José María “Chema” Castillo – assassinado pelos sandinistas, era dono da casa onde ocorreu a operação conhecida como “Rompendo o Silêncio” ou “Dezembro Vitorioso”, de 27 de dezembro de 1974 – e também

militante da FSLN, isto é, uma mulher pertencente à alta burguesia que traiu sua classe adquirindo uma identidade nacional e soberana<sup>47</sup>.

Aliás, sobre este episódio de 27 de dezembro de 1974, a bem sucedida *Operación Diciembre Victorioso*, é importante ressaltar que o Comando *Juan José Quezada*, responsável pela operação, foi composto por um número significativo de mulheres, eram elas Leticia Herrera, a comandante Miriam, Eleonora Rocha López e Olga Avilés. Nas palavras da comandante Miriam,

El operativo del comando *Juan José Quezada* fue una acción que requirió de una tremenda dedicación, de una cuidadosa selección de los componentes del comando y marcó no solamente un cambio en el proceso de forja y desarrollo del Frente Sandinista, sino también un cambio sustancial en la historia de Nicaragua. Significó también una apertura y una reafirmación de la participación de la mujer sandinista, combatiente, en la clandestinidad o en trabajo legal. [...]. Repito, para mí es importante que en esta acción los hombres del Frente Sandinista reconocieran que las mujeres teníamos gran capacidad y, algunas veces, hasta más capacidad que los hombres, como combatientes de tiempo completo. (Leticia Herrera, In. BALTODANO, 2011, t. 1, p. 560-561).

Portanto, as mulheres sandinistas estavam inseridas na luta com objetivos amplos e particulares, e as pautas específicas dessa *fração* em nada eram contrárias às mais abrangentes, à condição estrutural das classes subalternas, da emancipação dos e das trabalhadoras. A subalternização da luta das mulheres trata-se de uma questão social e cultural, que teve seus reflexos na política da FSLN ao rebaixar as pautas feministas do programa, que acabou garantindo a manutenção de uma cultura machista e, por consequência, do patriarcado enquanto modelo hegemônico de organização das relações sociais. Certamente esta é uma das expressões do transformismo exercido pela própria Frente Sandinista, que contribuiu para a derrocada do processo revolucionário e reestabelecimento da hegemonia burguesa, visto que patriarcado, capitalismo e racismo<sup>48</sup> andam de mãos dadas. Vejamos, a problemática do aborto é o principal exemplo de como as pautas feministas foram soterradas pela FSLN. Mesmo o aborto

---

<sup>47</sup> Em entrevista para Margaret Randall, Marisol Castillo fala sobre a morte do pai e a adesão à luta revolucionária: “Olha, eu posso dizer a você que nunca culpei os companheiros pela morte de meu pai. Porque eu sabia que era um homem agressivo e que em qualquer situação política similar poderia ter acontecido a mesma coisa. [...]. Tem que ser assim. Realmente não foi difícil pra mim, não foi mesmo. Pouco a pouco eu ia tendo uma meta, que era o triunfo da Revolução, e minha família passava para um segundo lugar. Antes a Revolução que a família. A Revolução antes que nada”. (In. RANDALL, 1982, p. 238)

<sup>48</sup> Sobre o racismo, reiteramos que, assim como as questões de gênero e de classe, as questões raciais têm um peso importantíssimo na manutenção da hegemonia burguesa dominante. Recorremos novamente à Saffioti, que afirma tanto o racismo, patriarcado e capitalismo enquanto sistemas que agem de maneira simbiótica, tornando-se um único sistema de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987, p. 60). Porém, pelo recorte do objeto e por motivos metodológicos, nos limitamos às questões de classe e gênero, mas sem deixar de mencionar a necessária consideração do racismo enquanto um operador da manutenção deste sistema de dominação-exploração.

clandestino sendo a principal causa de morte entre mulheres das classes subalternas em idade fértil, o tema era polêmico e o aborto permaneceu proibido, para evitar problemas entre o Diretório Nacional da FSLN e setores mais conservadores da sociedade, como a Igreja Católica e com os membros do Partido Conservador, mantendo assim a Junta de Governo.

De tal modo, nos remetemos novamente à questão da heterogeneidade na concepção de mundo das classes subalternas. De acordo com Gruppi (1978, p. 91),

uma cultura é subalterna precisamente enquanto carece de consciência de classe, enquanto é cultura de classes ainda não conscientes de si. Com efeito, Gramsci sublinha como tal cultura é heterogênea, como nela convivem a influência da classe dominante, detritos de cultura de civilizações precedentes, ao mesmo tempo que sugestões provenientes da condição da classe oprimida.

Ora, se o que falta à cultura subalterna é o elemento “consciência de classe” e estando as mulheres organizadas ideologicamente alinhadas à condição dos grupos subalternos, por que a luta feminista acabou sendo destrutada pela FSLN? O que significa ao homem revolucionário manter a subordinação da mulher? O que houve com a visão de mundo revolucionária difundida pelo sandinismo? Nas palavras de Gramsci (1999, Q 11, §12, p. 94),

Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas.

Destarte, reiteramos o predomínio da cultura machista e a manutenção do patriarcado como os detritos de cultura não superados no período revolucionário, que impossibilitou o espaço necessário para que os avanços conquistados pelas mulheres fossem mantidos e ampliados, e aproximou a FSLN e a Junta de Governo aos setores mais conservadores da sociedade nicaraguense. Além do já mencionado transformismo que não foi só exercido como também sofrido pela Frente Sandinista. Ao passo que a direção revolucionária ia sendo cooptada, que se acirrava a contrarrevolução, mais distantes de suas reivindicações as frações de grupos subalternos se encontravam. O mesmo se deu com a luta campesina, que logo no início dos anos 1980 já não obteve a continuidade da Reforma Agrária<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> A configuração de forças políticas que viabilizaram a revolução e que se manteve enquanto governo revolucionário na Junta, incluía setores da burguesia progressista. Lembrando que, apesar da submissão política, essa burguesia se manteve proprietária, controlando partes da economia. Sendo as terras distribuídas no processo inicial de Reforma Agrária pertencentes à família Somoza e à burguesia somozista, que fugiram do país, restou à Junta de Governo terras que foram parcialmente estatizadas, e outras que permaneceram enquanto posses de seus donos burgueses. Assim como a pauta das mulheres, insistir na distribuição das terras poderia levar ao fim da unidade entre as forças políticas conquistada e, por isso, a proposta “*Revolución Agraria*” do Programa Histórico da FSLN acabou não sendo realizada.

Se elencamos a influência das classes dominantes e os detritos de cultura em relação aos homens, vale lembrar que tais fenômenos atingem também as mulheres. Seria irresponsável de nossa parte afirmar que todas as mulheres envolvidas com a Revolução Sandinista eram feministas e com consciência de classe, sem exceções. Pelo contrário, é justamente por tratar-se de uma fração de grupos subalternos tão fragmentados, que há variados interesses. Antecipamos, como exemplo, a liberal Violeta Chamorro. Uma mulher que se envolveu politicamente com o processo revolucionário sandinista, mas que após os primeiros conflitos de interesse na Junta de Governo, rompe com a revolução, sem hesitar. Portanto, havia divergências e conflitos de interesses na organização de mulheres, que serão manifestos mais adiante.

Trata-se de pensar que, para além das condições materiais, objetivas, uma revolução tem que ser também subjetiva, isto é, provocar uma nova concepção de mundo e novas relações sociais partindo de mudanças na subjetividade dos envolvidos. Nas palavras da nicaraguense Lea Guido,

La revolución subjetiva que tienen que hacer los hombres y las mujeres: Por muy revolucionario que sea un hombre, si no hace esa revolución interna, seguiremos estableciendo ese mismo tipo de relación, no solamente con las mujeres, sino con la opresión. Entonces continuará a conducta de marginarnos, menospreciarnos, de vernos como el sexo de segunda categoría; pero también de relaciones de violencia con los otros, aun dentro de los mismos hombres. Ese rescate de lo subjetivo, esa revolución de los símbolos también de opresión, el aspecto subjetivo en las relaciones interpersonales, es también un aporte esencial, yo diría, en la lucha política; pero también desde el punto de vista de los valores y de las ciencias sociales, que el movimiento feminista aporta en la lucha social y política, no solamente en Nicaragua y América Latina, sino a nivel mundial. (Lea Guido, In. BALTODANO, 2011, t. 3, p. 92).

Havia no processo revolucionário popular sandinista uma preocupação com questões consideradas pessoais, acerca da relação homem-mulher, como podemos ver em cartaz sandinista ao lado (Figura 9). Porém, a história nos mostra outro desfecho com o predomínio da cultura machista e do patriarcado enquanto forma de organização familiar na Nicarágua.

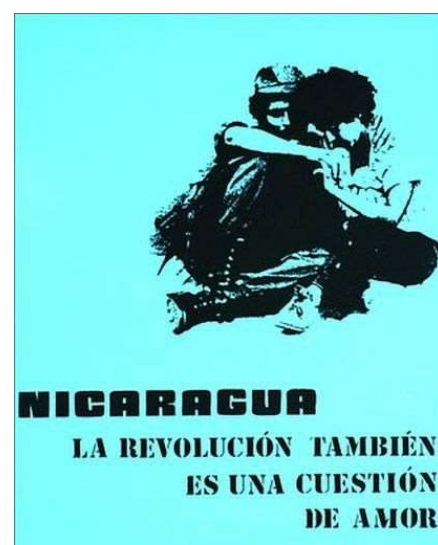


Figura 9. Pôster Sandinista. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/543598617492331260/>. Acesso em 24/03/2018.

É deste modo que evidenciamos as disputas hegemônicas não apenas entre grupos antagônicos, “trabalhadores/as *versus* burguesia”, mas também inseridas no âmbito dos próprios grupos subalternos, visto a complexidade das diferenças entre suas frações, mesmo em um contexto como o da Revolução Sandinista, que vislumbrava uma hegemonia alternativa. O lugar da mulher nestas disputas, assim como de outras organizações de grupos minoritários, se deu enquanto *frações* de classes subalternas que enfrentaram o desafio de construir uma nova Nicarágua em duas frentes, a do campo externo através da resistência às ofensivas contrarrevolucionárias, com o fim de manter a revolução em curso, e a do campo interno, isto é, resistir com seus objetivos específicos em relação à configuração das forças políticas dirigentes no processo revolucionário.

### 2.3. “Estamos todas despertas”<sup>50</sup>: a participação da mulher na Revolução Sandinista

*“Mujer Sandinista, trabajadora incansable.  
En el campo, en la ciudad, está presente en cada  
movimiento,  
un engrane en la gran maquinaria que reconstruye tu  
país  
Demostrando en cada momento  
que eres capaz de hacer y ser lo que tu quieras*

*Ay que dolor y alegría, el parto de este nuevo día!  
Somos hermanas formando un puente de solidaridad  
entre la gente.*

*Compañera Sandinista, eres la flor de hierro.  
Vas tejiendo fuerza diariamente, con tu amor y la  
conciencia nueva,  
liberándote con cada suspiro sin temor a romper con  
tradiciones.  
Con furia luchas para defender esta revolución  
que pariste con sangre y sudor.”*

*(Mujer Sandinista – Sabiá)<sup>51</sup>*

---

<sup>50</sup> O título deste tópico faz referência a uma frase, que virou título do livro de Margaret Randall, dita pela prisioneira Margine Gutiérrez à guerrilheira Doris Tijerino, também presa, no ano de 1978, quando a última soube através de um rádio clandestino, a queda de seu companheiro: “resolvi perguntar a uma companheira que nós admirávamos muito – Rosa Argentina Ortiz, uma guerrilheira – se estava desperta. [...] Ela me respondeu: ‘Sim, irmã, estou desperta’. Com isso percebi que ela já sabia da notícia. Então, outra companheira, Margine Gutiérrez, me respondeu de uma cela mais adiante: ‘Estamos todas despertas’. [...] Essa simples frase: ESTAMOS TODAS DESPERTAS foi, no plano individual, o apoio mais forte que já recebi...” (Doris Tijerino. In. RANDALL, 1982, p. 35). A frase dita em tal contexto demonstrou a força das mulheres em seguir lutando, mesmo diante de tamanho sofrimento.

<sup>51</sup> “Sabiá” foi um grupo estadunidense de música “folk” dos anos 1980, composto em sua maioria por mulheres. Com canções em espanhol, suas letras geralmente apoiavam resistências populares ao imperialismo na América Latina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cbr-DSf5Bb4>. Acesso em 10/08/2017.



Para melhor compreender o processo revolucionário sandinista é fundamental reconhecer o papel das mulheres na construção de uma nova hegemonia no país. Reforçamos que a participação organizada da mulher nicaraguense foi massiva e essencial ao sucesso da FSLN na derrubada do regime ditatorial somozista. Trata-se de um ponto chave da pesquisa, como nos elucida a fala de Lea Guido em entrevista à Monica Baltodano,

Yo creo que el papel de las mujeres ha sido clave en varios sentidos. Antes, a nosotras las mujeres, la historia no nos daba nuestro espacio. Sí aparecía la mujer, pero no como un actor social clave, como la mitad de la sociedad que somos. Además, las mujeres hemos rescatado la subjetividad en las luchas, es decir, la importancia de que se hagan cambios sociales; pero esos cambios son limitados, si no hay un cambio interno. (Lea Guido, In. BALTODANO, 2011, t. 3, p. 91).

Mas antes de adentrar na questão das mulheres na Revolução Sandinista, cabe fazer um resgate histórico acerca da mulher nicaraguense. Relatos de conquistadores espanhóis descreviam a indígena nicaraguense como um ser formoso e socialmente ativo; na época pré-colombiana, as indígenas da Nicarágua exibiam uma postura pouco comum aos colonizadores, pois enquanto os homens eram responsáveis pela agricultura, pela pesca e pelo lar, as indígenas se dedicavam ao comércio e dominavam o mercado, admitindo somente a presença de homens estrangeiros, ou seja, as mulheres eram tradicionalmente responsáveis pelos assuntos econômicos de suas tribos, o que justifica a postura autônoma e incomum aos olhos europeus, já que, nas palavras de Randall,

da base econômica se deriva a superestrutura, inclusive os costumes. A nicaraguense de antes da conquista espanhola tinha um incomum domínio sobre si mesma. (RANDALL, 1982, p. 17).

Assim, as sociedades indígenas da Nicarágua são possíveis exemplos de estruturas sociais matrilineares, com ativa participação feminina na economia, onde a mulher tinha uma série de poderes bastante amplos (idem, p. 19).

Com a colonização espanhola da Nicarágua e a consequente destruição das sociedades indígenas originárias – de toda América Latina – que se inicia o processo de submissão desses povos, de introjeção dos costumes, das ideologias, das desigualdades, da economia e da política no continente, através da repressão das armas, da escravidão dos povos originários e com o catecismo da Igreja Católica<sup>52</sup>. No que concerne à situação da mulher, sua subordinação se deu

---

<sup>52</sup> Sobre a Igreja Católica, e em especial os Jesuítas, Gramsci (1999, Q 11, p. 102) aponta o seguinte: “a Companhia de Jesus é a última grande ordem religiosa, de origem reacionária e autoritária, com caráter repressivo e ‘diplomático’, que assinalou, com seu nascimento, o endurecimento do organismo católico. As novas ordens surgidas posteriormente têm um pequeníssimo significado ‘religioso’ e um grande significado ‘disciplinar’ sobre a massa dos fiéis: são ramificações e tentáculos da Companhia de Jesus (ou se tornaram isso), instrumentos de ‘resistência’ para conservar as posições políticas adquiridas, não forças renovadoras de desenvolvimento. O

a partir do modelo hegemônico patriarcal de organização das relações de gênero importado da Europa, que coloca a mulher em uma posição de inferiorização, confinada às tarefas tidas como femininas, isto é, relacionadas à família, ao lar, ao âmbito da vida privada, além do controle sob o corpo da mulher, que no caso da indígena, foi violado de diversas formas. Para Randall (1982, p. 20),

Indubitavelmente, durante o período colonial a mulher se vê obrigada a lutar, sozinha, com duas categorias de homens: os de sua terra e os de fora. A esse fato, provavelmente, remontam-se as raízes da força que a mulher centro-americana vai demonstrar ao longo de sua história.

Mais adiante, em especial no fim do século XIX, as mulheres se destacam ao organizar aquilo que deu início a uma militância feminista na Nicarágua, reflexo da primeira onda do feminismo que se espalhou por vários países, que reivindicavam direitos básicos, acesso à educação e o sufrágio feminino. Nas palavras de Palazón Saéz (2007, p. 119),

El movimiento feminista en Nicaragua comienza pues con la militancia y el activismo de mujeres en distintas organizaciones sufragistas en las últimas décadas del siglo XIX y se extenderá hasta casi la década de los cuarenta. En este movimiento, la figura de Josefa Toledo de Aguerri es sin duda paradigmática, pues encabezó la lucha de esta primera ola de feministas a partir de la demanda de una serie de derechos básicos como lo eran educación, sufragio femenino y trabajo. La propia Josefa Toledo reconocía su feminismo como “conservador” y “práctico” (Santamaría, 2005:52) en muchos de sus escritos, de lo que se deduce que, en última instancia, ni ella ni el resto de mujeres que militaban en las distintas organizaciones pretendían una transformación radical de las relaciones de género en la sociedad nicaragüense. Sin embargo, sí supuso un primer empuje al movimiento y una primera articulación del feminismo en Nicaragua, en el sentido de que se reconocían como activistas feministas.

Percebe-se que o movimento feminista de fins do século XIX possui um caráter conservador, atrelado à elevação da mulher enquanto cidadã, sem problematizar de fato as relações de gênero. Portanto, um movimento que não tinha como objetivo promover transformações de nível estrutural, e sim nos níveis “formais”, dentro da ordem vigente. Conforme Palazón Saéz ressalta (2007, p. 119),

Victoria González (1998: 61) data en la década de los cincuenta el punto de inflexión en que el feminismo en Nicaragua experimenta una marcha hacia atrás, un quiebre generacional y una reorientación de sus demandas que lo harán situarse bajo el amparo del gobierno somocista. Para la autora, la primera generación de feministas será sustituida por una nueva generación de

---

catolicismo se transformou em ‘jesuitismo’. O modernismo não criou ‘ordens religiosas’, mas sim um partido político: a democracia cristã”. Esse trecho nos elucida pensar acerca da ação catequizadora dos jesuítas no processo de colonização hispano-portuguesa, que se deu com base no autoritarismo e na intensa disciplina das massas, ou seja, do controle de mentes e corpos das populações originárias latino-americanas, promovendo um tipo hegemônico de expressão religiosa, que afetou todos os campos da vida social de seus catequizados.

mujeres activistas que las eliminarán del espacio público y que acabarán por convertirse en el Ala Femenina del Partido Liberal Nacionalista (PLN). Este grupo de mujeres de clase media servirán para extender la base de apoyo del gobierno somocista y se convertirán en “un poderoso movimiento de mujeres derechistas anticomunistas, que sin ser feminista valoraba los derechos políticos de la mujer” (González, 1998: 56).

Foi assim, a partir da inflexão do movimento feminista nicaraguense em se tornar apoio de base ao somozismo, que as mulheres conquistaram o sufrágio feminino, o direito ao voto, somente no ano de 1955 – apenas seis anos antes da fundação da Frente Sandinista.

Inclusive, há uma polêmica relacionada ao início do movimento feminista nicaraguense que vale ser destacada. Ainda de acordo com Palazón Saéz (2007, 118),

Con frecuencia, la crítica ha considerado el origen del feminismo en Nicaragua vinculado al triunfo de la revolución popular sandinista de 1979 (Santamaría, 2005: 38). El reconocimiento obviamente tiene que ver con su carácter popular y los importantes logros que durante los primeros años de revolución se consiguieron en materia social, los cuales tuvieron una clara repercusión sobre las mujeres nicaragüenses. Sin embargo, son varios los estudios que han señalado la importancia de la organización de las mujeres antes de la llegada de los sandinistas al poder (Kampwirth y González, 2001; González, 1996, 1998 y 2002; Santamaría, 2005).

Ou seja, justamente por envolver a mulher provinda das classes subalternas, das camadas populares da sociedade nicaraguense, que muitas leituras interpretam a origem do movimento feminista atrelada à Revolução Sandinista. O que, de fato, não se sustenta, visto que no período da guerra contra a invasão estadunidense liderada por Augusto César Sandino, mulheres já se encontravam inseridas em tal contexto.

Enquanto as mulheres das classes dominantes, durante as primeiras décadas do século XX, estavam envolvidas em um movimento feminista que buscava mudanças formais, que lutava por reconhecimento enquanto cidadãs, a mulher das classes subalternas aparece vinculada ao movimento de Sandino pela libertação nacional, isto é, inseridas no Exército de Homens Livres, desempenhando diversas funções e certamente já atuando como combatentes. Margaret Randall pontua que

não há indícios de que a mulher tenha sido organizada precisamente para combater. Mas existem fotos que nos dão testemunhos de mulher com arma na mão – Angelita Ruiz – bem como mulheres retratadas ao lado de Sandino e seu Estado-Maior. (RANDALL, 1982, p. 21)

O General Augusto César Sandino ressaltava a importância da inserção da mulher na luta pela libertação nacional, sempre tratando com muito respeito as mulheres em suas cartas e informes. Especula-se que ele teve mais de uma companheira, e sobre as duas que se tem

registros, sabe-se que ambas participaram do Exército de Homens Livres. Blanca Arauz (Figura 10), que desempenhava tarefas na área da comunicação por ser telegrafista; e a salvadoreña Teresa Villatoro (Figura 11), que atuou como combatente na guerra contra a intervenção estadunidense, chefiando uma coluna de soldados (RANDALL, 1982, p. 21). Ademais, de acordo com a guerrilheira sandinista Monica Baltodano,

En las principales luchas del pueblo nicaragüense del siglo XX, la mujer hizo presencia de manera protagónica, con ejemplos que permitieron dejar constancia de que las mujeres tenemos todas las cualidades para asumir cualquier función social, y que es la cultura patriarcal la que nos ha negado históricamente la oportunidad de ocupar todos los espacios de acción como ciudadanas. En el Ejército de Sandino fue notorio del papel de las mujeres. Tanto, que el propio Sandino se encargó de afirmarlo: ‘De todas las clases sociales salieron grandes partidarias de causa que sirvieron de muy diferentes maneras: espionaje, correo, proselitismo y aún directamente en el Ejército [...]. Al igual que los soldados se jugaron la vida y muchas también murieron en estos servicios. Los actos de heroísmo de las mujeres que colaboraron con el Ejército, no sólo son muchísimos, sino que además la mayoría requieren largas historias para explicar los sacrificios que sufrieron y los peligros que enfrentaron por amor a la Patria...’. Sandino menciona a Blanca Aráuz [...]. También menciona a Juana Cruz, dueña de una cantina en Jinotega [...]. También son conocidos el caso de las hermanas Villatoro, en especial Teresa, gran organizadora, y la esposa del General Pedro Altamirano, María de Altamirano, a quien Sandino en sus cartas llama ‘Generala’’. (BALODANO, 2011, t. 3, p. 74-75).

Fato reiterado também por Doris Tijerino, como aparece em uma anedota contada por ela em entrevista à Monica Baltodano:

Hay una anécdota muy bonita, romántica si querés, que te habla de la calidad humana del General Sandino. En uno de los combates, a Teresa Villatoro un proyectil le arrancó astillas del hueso de su frente, y el General Sandino mandó a hacer un pendiente con esas astillas<sup>53</sup>. Había un reconocimiento de la participación de la mujer, y de la necesidad de su incorporación a la lucha. (Doris Tijerino, In. BALODANO, 2011, t. 1, p. 242).

---

<sup>53</sup> “Em um dos combates, um projétil arrancou lascas do osso da testa de Teresa Villatoro, e o General Sandino mandou fazer um brinco com essas lascas”, tradução livre.

**Figura 10. Blanca Arauz e Augusto César Sandino**



Augusto Sandino y Blanca Aráuz en el Río Coco, 1932. Foto: CHM-EN.

Foto: CHM-EM, 1932. Acervo de Mónica Baltodano. Disponível em: <https://memoriasdelaluchasandinista.org> . Acesso em 10/08/2017.

**Figura 11. Teresa Villatoro e seu filho.**

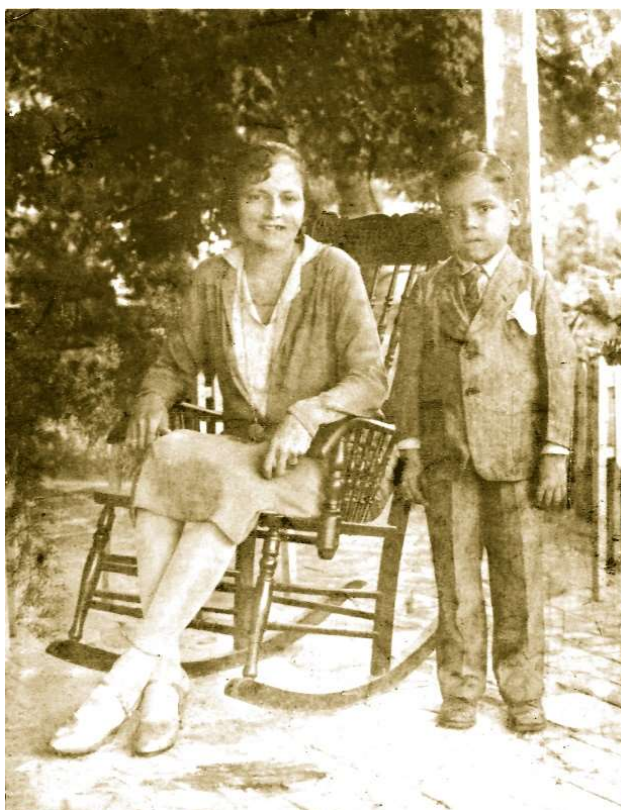


Foto de autoria desconhecida. Acesso em 10/08/2017. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/46819039@N02/5173765188/in/album-72157623302096750/> .

Em meados deste mesmo século inicia-se a construção, aliás, se dá continuidade de forma mais ampla à luta pela libertação nacional, interrompida com o covarde assassinato de Sandino pela Guarda Nacional. Lembrando que a FSLN é organizada e fundada nos anos 1960 e entende o *sandinismo* como ideologia revolucionária, que levanta pautas de luta que vão muito além daquele imaginado por Sandino, visto que a luta sandinista é mais ampla do que naquele contexto histórico, por mais que o comandante de Homens Livres seja a grande base para a elaboração do que veio a ser o *sandinismo*.

O processo iniciado pela Revolução Sandinista, em relação à emancipação das mulheres, elenca pontos mais elaborados que da época de Sandino, que aparece sob o item “*VII Emancipación de la mujer*” no Programa Histórico del Frente Sandinista de Liberación Nacional de 1969. Sobre a mulher na época de Sandino e as sandinistas da FSLN, Doris Tijerino ressalta que há uma diferença,

voy a señalar una de las grandes diferencias entre la participación de la mujer en la época del General Sandino, donde la mujer llega por la vinculación familiar y afectiva. El grueso de mujeres – sólo con algunas excepciones – son las hijas, esposas y compañeras de los combatientes varones, y hacen labores de apoyo. En el Frente Sandinista hay una calidad distinta de participación, vas de combatiente, vas de militante, vas por su propia decisión y convicción, no porque sos familiar de alguien, y eso le da otra connotación. Sí, ha habido machismo en el Frene Sandinista, y nosotras lo hemos sufrido y lo seguimos sufriendo. Sin embargo, hay que reconocer que muchos respaldaron la incorporación de la mujer en la lucha. (Doris Tijerino, In. BALTODANO, 2011, t. 1, p. 242).

Assim, ao longo da construção da luta sandinista, a presença da mulher se torna crescente, como afirma Monica Baltodano: “con la fundación del FSLN, la participación de la mujer se fue ampliando significativamente” (2011, t. 3, p. 75).

Sobre a Revolução Sandinista, reiteramos que trata-se de um processo que teve dois momentos: um primeiro que toma corpo a partir de 1961 com a fundação da FSLN, e vai até o chamado “triunfo”, que se caracteriza pela queda do regime ditatorial somozista em 1979; e um segundo onde se inicia o processo de reconstrução revolucionária do país, ou seja, a tentativa de consolidar uma nova sociedade, uma nova Nicarágua livre da intervenção estadunidense, livre da exploração, opressão, uma sociedade laica, igualitária, ou seja, consolidar a hegemonia sandinista.

A questão que chama atenção em relação às mulheres neste contexto é a organização e a inserção destas na luta, com intenção de construir a revolução: havia foco, demandas gerais e específicas e uma vontade de transformação que prevaleceu nos dois momentos da revolução. Na “Apresentação da edição brasileira” do livro de Margaret Randall, Moema Viezzer ressalta

a organização e a participação das mulheres: “Na Nicarágua, o que acontece de maneira diversa na história revolucionária da América Latina é a participação orgânica da mulher, tanto durante a revolução como após o seu triunfo” (In. RANDALL, 1982, p. 06). Depois de longas quatro décadas vivendo sob uma ditadura que, através dos soldados somozistas da Guarda Nacional, violou, massacróu e assassinou várias camponesas, trabalhadoras, jovens, meninas, enfim, mulheres, o processo revolucionário representou uma grandiosa oportunidade de mudança de cenário. Sobre o levante das mulheres, Randall acrescenta:

A altíssima participação revolucionária que demonstra a mulher nicaraguense tem muito a ver com a sua notável participação econômica. Sua ingerência na vida econômica do país – desde a época pré-colombiana até hoje – tem situado a mulher nicaraguense fora dos estreitos limites do lar. Ainda que a tradição (espanhola, católica) lhe designe um papel caseiro, passivo, de dependência e de *decoro*, a realidade que a cerca tem exigido outra resposta. A história a tem levado a uma tomada de posições e decisões que, a partir do econômico, ampliam sua participação social e política. (1982, p. 30).

Porém, sabe-se que a inserção das mulheres na luta revolucionária não ocorreu de forma simples, ou espontânea. Havia todo um contexto para isso. Gloria Carrion, coordenadora geral da Associação de Mulheres Nicaraguense Luísa Amanda Espinoza (AMNLAE), em entrevista concedida a Margaret Randall, frisa que:

É importante deixar claro que essa integração da mulher na Revolução não se dá de forma isolada, somente num setor, mas dentro do panorama geral de um povo inteiro que se incorpora ao combate. Todavia, eu acho que é notório no nosso processo, por assim dizer, o processo de conscientização que a mulher adquire, da importância que ela tem também como sujeito desta sociedade e como sujeito determinante – portanto – se queremos, do resultado final a que chegamos. E vemos como ela, a partir dessa consciência, começa a se trabalhar, a tomar uma posição na luta e uma posição de apoio à Revolução. (Gloria Carrion, In. RANDALL, 1982, p.42).

Esse processo de conscientização da mulher também não é espontâneo, se deu através de condições objetivas para tal, a partir do deslocamento das tarefas das militantes – antes colocadas para executar serviços tidos como “femininos” – para áreas mais incomuns de participação feminina, como o treinamento militar e, logo, combatentes de guerrilha. A princípio, elas possuíam funções bem específicas na Frente, como a manutenção e a limpeza de aparelhos, alimentação e cuidado dos enfermos e datilografar comunicados e manifestos. Mas, por estarem inseridas neste ambiente, necessariamente elas pegam em armas e recebem treinamento militar.

O manejo das armas e o conhecimento de táticas e estratégias militares causou na mulher sandinista um profundo impacto, uma importante reflexão que fez com que se alterasse o modo de pensar sobre elas mesmas, e sobre como seus companheiros as tratavam (ZIMMERMANN,

2002, p. 55). Em outras palavras, o contexto da guerra revolucionária fez com que as mulheres se situassem enquanto sujeitos ativos e capazes de se comprometerem inclusive com tarefas tidas como “masculinas”, por exemplo, tornar-se Comandante.

A partir daí, no período de intensa luta armada, de fins da década de 1960 até o início dos anos 1980, as mulheres estavam ombro a ombro nas fileiras guerrilheiras sandinistas, empunhando armas das mais pesadas e inclusive comandando tropas inteiras (Figura 12). Marega (1981, p. 59) reproduz a seguinte fala da comandante guerrilheira Mônica Baltodano:

Sobre o fato de mulheres chefiarem homens, a comandante Mônica acrescenta: – Na guerra, várias mulheres faziam parte do comando militar. Não houve problema em dirigir homens, porque a nossa autoridade não era ganha no momento da indicação e sim na trajetória feita na guerrilha. Já tínhamos trabalhado, por muitos anos, dirigindo operações militares menores, ombro a ombro com os homens.

**Figura 12. Desfile do Exército Popular Sandinista, 1980.**



Desfile del Ejército Popular Sandinista en julio de 1980. ARCHIVO MÓNICA BALTODANO

Disponível em: <https://memoriasdelaluchasandinista.org> . Acesso em 10/08/2017.

É desta maneira que as mulheres começam a tomar postos dentro da FSLN, executando tarefas que antes não as eram designadas, como armar emboscadas, comandar ofensivas sandinistas. Destaca-se importantes nomes como o de Doris Tijerino (Figura 13), que estava entre as 10 primeiras mulheres integrantes da FSLN. Filha de uma família da classe média cafeeira, Tijerino estudou em Moscou, bancada pelo Partido Comunista da Nicarágua, mas que



acaba integrando a Frente Sandinista ainda nos anos 1960, aos 23 anos de idade. Ela foi presa inúmeras vezes e sofreu todas as violências possíveis praticadas pela guarda somozista (Figura 14). Após o triunfo da revolução, tornou-se chefe da Polícia Nacional. Outros nomes de destaque é o de Dora María Téllez, a “comandante dois”, e Nora Astorga, como acrescenta Zimmermann (2006, p.55),

Muitos dos heróis da guerra revolucionária contra Somoza foram, na realidade, heroínas, incluindo Dora María Téllez, a “comandante dois”, do ataque ao Palácio Nacional, e comandante da Frente Ocidental do exército guerrilheiro; e Nora Astorga, que seduziu um odioso torturador da Guarda Nacional, conduzindo-o a uma armadilha fatal.

**Figura 13. Doris Tijerino**



Doris Tijerino

**Figura 14.<sup>54</sup>**



Acervo de Mónica Baltodano. Disponível em: <https://memoriasdelaluchasandinista.org>. Acesso em 10/08/2017.

Foi na época da clandestinidade – entre 1977 e 1979 – que as mulheres passaram a ser mais numerosas na FSLN, quando as guerrilhas urbanas e no campo estavam constantes até a eclosão da guerra civil. Curioso perceber como tal fenômeno não é particularidade da participação feminina no processo da Revolução Sandinista. A inserção das mulheres que

---

<sup>54</sup> **Figura 14. Doris Tijerino Haslam después de ser mancillada por soldados de la Guardia Nacional somocista, 1969.** Em tradução livre, “Doris Tijerino Haslam depois de ser violada por soldados da Guarda Nacional somozista”. Fonte: <https://librepenicmoncjoze.blogspot.com.br/2010/05/dona-vilma-y-cia-no-se-equivoquen.html>. Acesso em 30/03/2018. Tal imagem é um duro retrato da violência, inclusive sexual, a qual as sandinistas estavam expostas em sua luta revolucionária.

resistiram à Ditadura Civil Militar brasileira, por exemplo, também teve seu ápice nos momentos de maior repressão, de estado de sítio. De acordo com Joffilly (2016, p. 48-49),

As ações dos homens e das mulheres são condicionadas por inúmeros fatores, inclusive pelas características dos conflitos bélicos. Portanto, a guerra se transforma em um laboratório de análise privilegiado [...]. A guerra coloca a sociedades em uma situação que se pode chamar “limite”, no sentido de extrema, polarizada, na extremidade ou no limite da vida e da morte, no estado de risco extremo [...]. Por isso, é muito coerente que as diferenças entre as pessoas, os coletivos, os grupos se acentuem ou mesmo se polarizem, já que a guerra é um exemplo de polarização total.

A autora ainda acrescenta que (idem, p. 50),

Em outras palavras, em situações de crise social, mesmo sem guerra declarada, as contradições de gênero parecem acentuar-se. Isso significa que regimes autoritários e/ou ditatoriais contribuem para agravar a situação de dominação-exploração das mulheres pelos homens, ambos como categorias sociais, e também intensificam a violência contra mulheres e reforçam preconceitos machistas tão retrógrados e conservadores.

Podemos compreender, desta maneira, que os momentos de guerra promovem situações atípicas a ponto de deixar mais evidente as contradições, os antagonismos, ou seja, provoca uma “polarização total”. A violência, a repressão e o extermínio de grupos opositores por parte do Estado causa um clima de medo, insegurança, desconfiança e de impunidade aos agressores. A participação das mulheres se intensifica justamente por estas se situarem enquanto agentes capazes de alterar os rumos da história, já que no contexto da guerra prevalece o “matar ou morrer”. Chega a ser inimaginável as possíveis atrocidades cometidas pelos soldados da Guarda Nacional de Somoza contra as mulheres, nos cárceres, nas ruas, nas montanhas, nas emboscadas contrarrevolucionárias.

Foi neste mesmo contexto, de extrema repressão da Guarda Nacional à FSLN durante o estado de sítio anunciado por Somoza, onde os sandinistas estavam sendo massacrados, que as mulheres fundam uma importante organização de protesto ligada à luta sandinista, a Associação de Mulheres ante a Problemática Nacional, a AMPRONAC. Entre as principais líderes da associação estavam Nora Astorga<sup>55</sup> (Figura 15), Lea Guido e Gloria Carrion. Sobre a “Problemática Nacional”, Lea Guido, ministra do Bem-Estar Social do governo revolucionário, em entrevista à Margaret Randall, explica que:

---

<sup>55</sup> “Norita Astorga fue fundadora de la Asociación de Mujeres ante la Problemática Nacional, y también fue conocida por un golpe espectacular en 1978, como fue el secuestro y ajusticiamiento del general Reynaldo ‘El Perro’ Pérez Vega, un 8 de marzo, coincidentemente, el día Internacional de la Mujer. Pero su principal ejemplo fue la renuncia a una vida cómoda en pos de asumir sin vacilaciones las tareas que se le demandaron. Murió de cáncer el 14 de febrero del año 1988”. (BALODANO, Mónica. 2011, t. 3, p. 28).

É preciso lembrar que 1977 foi um ano de grande repressão, em todos os níveis. De repressão sanguinária. Entre outras coisas, tratamos de reunir mulheres de diferentes setores para enfrentar o problema: as péssimas condições e a tortura que sofriam nossos companheiros nos cárceres, a ausência total de direitos humanos no país. (Lea Guido. In. RANDALL, 1982, p.39).

**Figura 15. Nora Astorga, 1978.**



Fotografia de Pedro Meyer, tomada em 1978. Acesso em 10/08/2017. Disponível em: <http://blogdelviejotopo.blogspot.com.br/2015/07/mujeres-fusiles-y-resistencias-5-la.html> .

Desta forma, a luta da AMPRONAC em muito assemelhou-se à luta das Madres de Plaza de Mayo, da Argentina, mas ia além. Nas palavras de Palazón Saéz,

la articulación de un movimiento de mujeres que desde su estatuto de madres se dirigían al régimen para reclamar por sus hijos muertos o desaparecidos y que acabó definido como AMPRONAC (Asociación de Mujeres ante la Problemática Nacional): “creada inicialmente con el objetivo de encauzar la lucha de las madres en defensa de los derechos humanos de sus hijos, la organización logró expandir y diversificar sus funciones, las cuales incluían el trabajo social en la comunidad, educación y salud pública, tareas de defensa, vigilancia de la revolución, propaganda, entre otras” (Santamaría, 2005: 78). De este modo y como ha señalado Isbester (2001: 30-31), el movimiento de mujeres en Nicaragua a partir de los años setenta se articuló de forma muy similar a la de Madres de Plaza de Mayo en Argentina: ambas luchaban por la defensa de los derechos humanos y se organizaron en tanto mujeres demandantes desde sus roles tradicionales como madres, **pero en el caso de Nicaragua, pronto funcionarían nuevas formas de incorporación a la resistencia con la llegada de mujeres a la guerrilla**<sup>56</sup>, algunas de las cuales acabaron detentando el título de Comandante y desde fechas muy tempranas,

<sup>56</sup> Grifo nosso.

el FSLN capitalizaría la organización de las mujeres como forma de defensa civil en las ciudades en los últimos años de insurrección. (PALAZÓN SAÉZ, 2007, p. 122)

Assim, através desta associação, as mulheres sandinistas promoviam manifestações, passeatas e greves, denunciando as inúmeras violações dos direitos humanos praticados pela Guarda Nacional contra seus filhos e companheiros, e também os abusos sofridos pelas prisioneiras nos cárceres somozistas e principalmente pelas mulheres do campo. A situação das mulheres camponesas era terrível, elas aparentavam ser mais velhas do que eram devido ao árduo trabalho no campo, também eram vítimas constantes de soldados, que abusavam sexualmente e moralmente destas, sobretudo se a família era suspeita de colaborar com os guerrilheiros e guerrilheiras sandinistas.

Logo, a partir de 1977, a AMPRONAC representava a organização das mulheres na Revolução Sandinista em si. Ligada de forma umbilical à FSLN, a associação de mulheres operou como uma organização de massas da Frente Sandinista, e suas pautas específicas passam a ser as próprias tarefas da revolução. Nas palavras de Gloria Carrion,

A nossa Associação é e será o que tem que ser. Mas é que as tarefas específicas da mulher nesta etapa são precisamente as tarefas da Revolução, são suas prioridades e, se não, para que queremos uma organização da mulher se não for para resolver os problemas que mais afetam as mulheres? [...] a Associação tem como objetivos principais conseguir uma participação plena de nossas mulheres em todos os campos. Que se incorporem plenamente à sociedade. Isto significa estar no campo político, na atividade econômica, na atividade produtiva, na atividade cultural, na atividade social. Que ela possa ir superando os obstáculos que dificultam sua plena participação, os obstáculos históricos. (In. RANDALL, 1982, p. 62).

Mesclam-se as pautas gerais e as pautas específicas. Outra questão levantada por Carrion é a relação da mulher com o trabalho doméstico, tão rebaixado, e por isso deve ser socialmente valorizado, assumido e reconhecido, o que faz necessário com que os homens tomem consciência disso também. Desta forma, além de promover as discussões sobre tais temáticas, a AMPRONAC exerceu um papel fundamental na defesa e vigilância da revolução e enquanto organização de massa exemplar. Para Lea Guido (In. RANDALL, 1982, p. 53),

Se algum mérito tem a associação, é o de ter dado uma grande contribuição quanto às equipes de organização de massa. As companheiras de bairro vão se distinguir por compreender isso: a dinâmica da organização de massas. Muitos companheiros estudantes não tinham essa experiência que tinham as mulheres e a AMPRONAC vai se distinguir, pois, pelo seu funcionamento, pelo seu poder de mobilizar as massas e por uma infinidade de tarefas. [...] Depois da vitória, você pode ver que muitas companheiras que lutaram nas filas da AMPRONAC ficaram com grandes responsabilidades políticas organizativas.

Após a queda da ditadura de Somoza, isto é, no segundo momento do processo revolucionário, apesar das enormes dificuldades as mulheres saem também vitoriosas com a FSLN diante da derrubada do antigo regime e a AMPRONAC, criada em meio à clandestinidade, torna-se a *Asociación de Mujeres Nicaragüenses Luísa Amanda Espinoza*, a AMNLAE (Figura 16), e continua sendo primordial à organização das mulheres. Luísa Amanda Espinoza foi a primeira sandinista a cair em combate contra a Guarda Nacional. De origem muito humilde e criada somente pela mãe, Luísa Amanda (Figura 17) ingressou à FSLN ainda no final dos 1960. Ela foi morta no dia 03 de abril de 1970.

**Figura 16. Cartaz da AMNLAE.**



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/369224869435792207/>  
Acesso em 24/03/2018 .

**Figura 17. Luísa Amanda Espinoza.**



Luísa Amanda Espinoza, mujer obrera cae el 3 de Abril de 1970 en León.

Acervo de Mónica Baltodano. Disponível em: <https://memoriasdelaluchasandinista.org> . Acesso em 10/08/2017.

Neste segundo momento da revolução, as mulheres vão tomando espaços até então não alcançados. Grabe e Dutt<sup>57</sup>, pesquisadoras estadunidenses da área da psicologia, sobre a evolução do movimento social de mulheres na Nicarágua, ressaltam que:

*Women's participation in the Revolution in Nicaragua was lauded as more substantive than nearly any other revolution during the time. In fact, women*

<sup>57</sup> GRABE, S. DUTT, A. *Counter Narratives, the Psychology of Liberation, and the Evolution of a Women's Social Movement in Nicaragua*. **Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology**, 2015, Vol. 21, No. 1, 89-105. p. 90.

*made up approximately 30% of the Frente Sandinista de Liberación Nacional's (FSLN) combat forces and were appointed to senior positions in the newly established ministries after the FSLN gained power in 1979 (Kampwirth, 1996; Molyneux, 1985).*

Ou seja, além de representarem cerca de 30% da militância revolucionária sandinista no período de guerrilhas e da guerra civil, após o triunfo as mulheres passam a ocupar postos de poder, como comandantes de exércitos, ministras e liderança de povoados, algo que até então não havia acontecido, por isso uma participação tão substantiva, histórica e paradigmática em termos de movimento de mulheres na América Latina.

O poeta argentino Julio Cortázar esteve na Nicarágua momentos antes e após o fim da ditadura somozista. Ao relatar as viagens que o sandinista Sergio Ramírez fazia para “receber juramento de posse dos integrantes regionais da Junta”, Cortázar constata que,

*em Siuna, assumiram essa função três mulheres em um povoado de mineiros, o que me pareceu um bom sinal em um país onde da mesma forma que em toda a América Latina o machismo pretender ter sempre a última palavra. (CORTÁZAR, 1987, p. 28).*

Tal relato reitera a presença das mulheres na construção da revolução sandinista no momento após a queda de Somoza, liderando povoados e articuladas com o governo revolucionário.

Assim foram se dando os avanços imediatos em relação às mulheres após o triunfo revolucionário de 1979. A primeira medida foi a garantia de direitos iguais para as mulheres: “a implementação desse direito democrático num país atrasado e subdesenvolvido como a Nicarágua exigia uma revolução nas relações econômicas e na consciência tanto das mulheres como dos homens” (ZIMMERMANN, 2002, p. 124). Em 1981, através da ação efetiva da AMNLAE, elas conseguiram aprovar uma lei que proibia a exploração sexual das mulheres na mídia. De acordo com Wilson,

*With its power firmly entrenched within the state structure, AMNLAE spearheaded a new campaign to reform the legal status of women. Through invocation and a fair amount of political persuasion, the organization convinced the government in 1981 to outlaw the sexual exploitation of women in the media. Whether on television or in print advertising, Article 30 of the new Media Law banned the depiction of women as sex objects so as to promote a greater sense of equality between the sexes.*

Outras medidas importantes dizem respeito ao Código da Família. Em 1982 aprovou-se uma lei conhecida por “Lei da Amamentação”, que dava preferência à mãe em caso de custódia contestada, além de estabelecer uma igual responsabilidade de criação e cuidado dos filhos também ao pai. Ainda nas palavras de Wilson (2010, p. 9-10),

*The far-reaching changes brought about by the Family Code caused a great deal of contention among those on the right who still upheld the notion of male ascendancy. This controversy, however, was soon eclipsed by that of the next round of legislation that outlined family responsibilities even more succinctly than the last. The Provision Law of 1982 stated that parents were obligated to provide children with the basic necessities of life as well as maintain the emotional and economic well-being of the family unit. The law was designed to improve women's lives not only in regard to financial security, but also in terms of free time, in that men were now ordered to share with domestic duties. Such legislation sought to "promote greater family cohesion" by holding men accountable for the families they helped to create. In this way, the government hoped to counteract those effects of male desertion, migrancy, and serial polygamy that threatened to keep women and their children in an unending state of social poverty.*

Em síntese, os avanços obtidos pelas mulheres logo após o triunfo revolucionário foram:

- 1) reconhecimento e igualdade formal perante a lei;
- 2) ascensão à cargos de poder, políticos e militares, como cadeiras nos ministérios, liderança de povoados, treinamento de exércitos, ou seja, houve uma larga modificação na participação política da mulher nicaraguense;
- 3) alterações no Código Familiar que procuravam garantir às mulheres e homens uma divisão igualitária da responsabilidade sobre seus filhos e filhas e sobre os serviços domésticos;
- 4) a proibição da exploração sexual da mulher na mídia, reiterando o direito ao corpo da mulher e com o intuito de promover um senso de equidade entre os sexos.

Alguns dados importantes reforçam a participação política das mulheres: elas eram cerca de 30% do exército guerrilheiro sandinista; 60% das pessoas atuantes na campanha de alfabetização eram mulheres; e 80% da força de brigadistas da saúde; além de várias que se oferecerem para os batalhões de reserva da milícia, mesmo que tivessem que brigar com seus companheiros, família e patrões, as mulheres estavam presentes. Não era um problema desafiar anos de tradição machista que as obrigam a exercer tarefas específicas, femininas, submissas. Em nome da revolução e com a projeção dos possíveis avanços, elas estavam dispostas a lutar. Tanto que não foi fácil para elas obterem conquistas. Aliás, aqui ressaltamos que, apesar de alguns avanços, muito não foi alcançado, pois:

O grupo das mulheres sandinistas entendia que sua missão consistia tanto em organizar as mulheres para a realização de campanhas priorizadas pelo Diretório Nacional da FSLN como em promover os interesses sociais e econômicos das mulheres, especialmente as da classe trabalhadoras e camponesas. Sua ação foi mais eficiente quanto ao primeiro do que ao segundo

objetivo. As propostas levantadas pela organização das mulheres geralmente desafiavam os preconceitos culturais mais profundos e as práticas discriminatórias, e algumas foram rejeitadas pela liderança da FSLN, pelo bem da “unidade nacional”. O Diretório Nacional temia medidas radicais que se mostrassem antagônicas à Igreja Católica e aos membros do Partido Conservador. (ZIMMERMANN, 2006, p.125).

Por mais que as mulheres tenham exercido um papel importante na revolução, suas pautas desafiam moral e culturalmente a sociedade de modo que sequer a Frente Sandinista quis arriscar, mesmo sob a égide de um processo revolucionário. Sob desculpas de que realizar tais pautas poderia causar problemas com a Igreja Católica, com o Partido Conservador, e dentro do próprio governo revolucionário, o Diretório Nacional da FSLN barrava as propostas de leis desafiadoras da moral vigente, além de ser comum encontrar oposição entre as próprias classes subalternas. A manutenção do aborto enquanto atividade ilegal é o principal exemplo destas limitações.

Aliás, foi a partir da problemática do aborto que se evidenciou a limitação moral e machista das classes subalternas e suas frações na luta revolucionária sandinista. No ano de 1985, através de artigos publicados no jornal *Barricada* (folhetim vinculado à FSLN), as mulheres promoveram discussões que levaram a temática do aborto a âmbito nacional. Mas os resultados não foram satisfatórios. Como já mencionamos, mesmo o aborto clandestino sendo a principal causa das mortes entre mulheres em idade fértil, o tema era polêmico e o aborto permaneceu proibido. Nas palavras de Zimmermann,

As mulheres ricas pagavam para fazer abortos seguros em clínicas de Manágua, ou voavam a Miami, mas as mulheres pobres sofriam e morriam por causa de abortos auto-induzidos ou provocados. As posições relativas à questão não se definiam com clareza conforme a classe, o gênero e a religião, ou entre os grupos que apoiavam ou não a revolução. [...] alguns líderes da FSLN, tanto homens quanto mulheres, declaravam que o aborto era uma exigência “burguesa” e “estrangeira” e convocam as mulheres a ter mais bebês para a revolução. A hierarquia da Igreja denunciava o aborto como assassino, [...]. As mulheres das classes trabalhadoras se dividiam a respeito da questão, incluindo as que eram ativistas da organização sandinista e defensoras da revolução. (2002, p. 126).

Fica evidente que entre as próprias mulheres havia divergências em relação a importância da luta sandinista para suas causas. Por exemplo, de acordo com a antropóloga da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM), Anna Maria Fernández Poncela<sup>58</sup>:

---

<sup>58</sup> A referida autora desenvolveu pesquisa de campo e oficinas (grupos focais) com mulheres de setores populares da cidade de León, no ano de 1992. A julgar pela data do trabalho, vale lembrar que os anos 1990 representou um momento de fragilidade da luta revolucionária como um todo, de retrocesso. Partindo dessas referências, há de se compreender que havia uma outra visão, de frustração mesmo com a FSLN e com a derrocada da Revolução Sandinista. Outro exemplo que nos ajuda a elucidar esse momento pós-revolucionário, é o livro da Margaret Randall intitulado “*Sandino's Daughters: Testimonies of Nicaraguan Women in Struggle*”, na qual a autora faz



En la Nicaragua sandinista de los ochenta se mantuvieron las diferentes formas de inserción laboral, y de concepción y acceso a la política según género, además de la división sexual del trabajo, la organización de la reproducción y de las relaciones de poder intergenéricas. **Además, la participación masiva de las mujeres en esta década es un mito, cuantitativa y cualitativamente**<sup>59</sup>. Y el distanciamiento entre la subordinación femenina en la práctica, frente a los teóricos planteamientos progresistas del partido y/o gobierno, una realidad. (FERNANDÉZ PONCELA, A. M., 1992, p. 37).

Desta maneira, reiteramos que o grupo das mulheres não era um todo homogêneo, existiam diferenças de classe, raciais/étnicas e inclusive de sexualidade.

Sobre a questão de sexualidade, durante todo o processo revolucionário sandinista houve um silenciamento profundo das mulheres lésbicas. Tal silenciamento e invisibilidade atingiam companheiras em todos os campos da revolução, até mesmo comandantes, como ocorreu com Dora María Téllez (Figura 18), a Comandante Dois. Leticia Herrera, a Comandante Miriam, em entrevista ao *Programa La Corriente*, afirmou que “no hubo tal hombre nuevo durante y después de la revolución [...] pidieron a las lesbianas que se callarán para no dar una mala imagen de la revolución, que debíamos esperar por todos nuestros derechos hasta que el socialismo estuviera completamente construido”<sup>60</sup>. Também em entrevista ao *La Corriente*, a sandinista Magaly Quintana fala de um grupo de mulheres lésbicas de Matagalpa que foram duramente reprimidas por serem consideradas extremamente perigosas:

Para el FSLN, la noticia del reconocimiento público de lesbianas y homosexuales significó un atentado “*desde que se va construyendo el frente, hay una posición de represión en las filas de esa organización*”, señala Magaly, y agrega que durante años previos al triunfo de la revolución, “*mandaron a la gente (lesbianas y homosexuales) al psiquiátrico o psicólogos, tenían médicos para atender estos casos*”. Las lesbianas de Matagalpa constituyen un caso particular de discriminación. Magaly relata que cuando triunfa la revolución ella se moviliza a Matagalpa, una zona eminentemente de guerra y era del comité de dirección. De un momento a otro, se agruparon alrededor de 30 lesbianas. Y es cuando comienza la misión

---

uma revisão acerca do feminismo na Nicarágua partindo do fato de que a FSLN se mostrou incapaz de garantir o levante, tanto popular quanto o feminista. O livro foi escrito em 1991, muito diferente do “Estamos todas despiertas”, de 1982, onde Randall demonstra-se deslumbrada com a participação das mulheres, e coloca-se como entusiasta da luta sandinista.

<sup>59</sup> Grifo nosso.

<sup>60</sup> Leticia Herrera, comandante “Miriam”, em entrevista concedida ao Programa Feminista “La Corriente”, em 19/07/2014. Disponível em: <http://lacorrientenicaragua.org/que-nos-dejo-la-revolucion-a-las-mujeres/> . Acesso em 06/08/2017.

por parte del Frente de “desarticular a todas las lesbianas porque eran un peligro espantoso”.<sup>61</sup>

**Figura 18. Leticia Herrera à esquerda e Dora María Téllez à direita, 1979.**



Nicaragua, revolución sandinista. Leticia Herrera, Dora María, Fanor Urroz (Mariano) y El Gato. Junio 1979, insurrección de León, en Sutiava. Disponível em: <https://nicaraguainternacionalista2016.wordpress.com/2017/05/20/antonia-en-el-sauce-nicaragua-1979-2016-14/nicaragua-revolucion-sandinista-leticia-herrera-dora-maria-fanor-urroz-mariano-y-el-gato-junio-1979-insurreccion-de-leon-en-sutiava/>

O silenciamento e invisibilidade das mulheres lésbicas são exemplos que denunciam o conservadorismo presente na FSLN, assim como reforçam a heterogeneidade entre as mulheres, e, conseqüentemente, das classes subalternas que compõe a Frente. Outro exemplo desta heterogeneidade é a liberal Violeta Chamorro, que nos mostra como nem toda mulher inserida no contexto da revolução era, de fato, revolucionária. Porém, há de fazermos jus que, afirmar que a participação massiva da mulher nos anos 1980 no processo revolucionário popular sandinista é um mito configura, no mínimo, uma leitura a-histórica do processo.

Denota-se, ao nos atentarmos às datas, que a maioria das conquistas feministas se deram entre 1979 e 1983. Desta última data em diante, as pautas das mulheres passaram a ser totalmente excluídas, na qual a permanência da cultura machista, que reafirma as relações de gênero enquanto desiguais onde o poder está com o homem, é indiscutível.

<sup>61</sup> Magaly Quintana, que foi membro do governo estudantil revolucionário, em entrevista ao Programa Feminista “La Corriente”, em 26/07/2014. Disponível em: <http://lacorrientenicaragua.org/homosexuales-y-lesbianas-en-la-revolucion/>. Acesso em 06/08/2017.

Essa situação de invisibilidade da luta das mulheres se sustentou através de vários fatores que operaram de forma simultânea, a começar pela dinâmica das dimensões interna e externa no processo revolucionário sandinista: a ofensiva contrarrevolucionária financiada pelos EUA não cessou, o que significou à população um estado de guerra constante e um imenso desgaste físico e emocional. O cenário internacional era o de reconfiguração das forças políticas, do reestabelecimento da hegemonia estadunidense na região latino-americana, o impacto do declínio do bloco socialista que leva ao isolamento da Nicarágua Sandinista, o avanço neoliberal, além do distanciamento das lideranças da Frente Sandinista da luta revolucionária, isto é, o transformismo da FSLN<sup>62</sup>, conseqüentemente, o definhamento do processo.

O avanço do neoliberalismo configura um importante fator, digno de destaque. Há de se considerar que, nesse contexto, a própria pauta das lutas feministas nos anos 1980 – 1990 sofreu alterações. No que diz respeito ao movimento feminista ocidental – europeu e estadunidense – nos anos 1980 – 1990, tais alterações representaram uma mudança de suas pautas, que passaram a reivindicar mais representatividade, maior presença feminina nos congressos, parlamentos, nos governos, isto é, mais mulheres ocupando postos de poder. Além da proliferação das Organizações Não Governamentais, as ONGs, na qual muitos coletivos feministas passaram e se organizar enquanto tal. Assim, o movimento feminista se faz mais fragmentado, com diversas reivindicações que se afastam cada vez mais das questões de classe, promovendo lutas especialmente no campo formal e do assistencialismo, movido a campanhas de donativos, acordos com empresas, bancos, e organizações internacionais como a ONU.

As mudanças deste cenário certamente afetaram as organizações feministas na América Latina. Nas palavras de Schild,

Como e por que as feministas se envolveram no projeto do neoliberalismo? De acordo com Fraser, a ascensão do neoliberalismo mudou drasticamente o terreno em que o feminismo operava; o efeito foi “ressignificar” os ideais feministas, um termo tomado de Judith Butler. Na era neoliberal, aspirações que haviam tido uma clara carga emancipadora assumiram um significado mais ambíguo, adotaram uma nova validade. Isso coincide muito com a experiência latino-americana. Em especial, o conceito-chave feminista de autonomia material e psicológica das mulheres, realizado mediante práticas pedagógicas de empoderamento, desempenha agora na América Latina uma função crucial no projeto cultural do neoliberalismo. Ele se integrou aos programas sociais para pobres dirigidos pelas burocracias estatais e suas ONGs subcontratadas. (2017, p. 106 – 107).

---

<sup>62</sup> Tratamos deste assunto no Capítulo I, subtópico 1.3.

Desta maneira o feminismo latino-americano sofre alterações de cunho essencial, isto é, transformistas, não por seguir a tendência das feministas europeias e estadunidenses, mas sim diante das novas formas de reivindicação que a democracia burguesa em tempos de neoliberalismo inaugura, cooptando a radicalidade do movimento de mulheres, transformando-o em um movimento institucionalizado. Ainda de acordo com Schild,

Essa institucionalização da busca de autonomia – ou “empoderamento” – feminista criou, sem dúvida, um novo espaço para as mulheres, embora também as tenha prendido a novas relações de opressão e, frequentemente, de exploração. A autonomia proporcionada pelo modelo neoliberal de família com dois salários e trabalho “flexível” tem seus custos: a emancipação serve para alimentar o motor da acumulação capitalista, como lembra Fraser, enquanto o trabalho de cuidados continua recaindo em grande medida sobre as mulheres (idem, p. 107).

Podemos dizer que essa cooptação da radicalidade da luta, expressão do que podemos identificar enquanto transformismo no movimento de mulheres, se dá principalmente pelo perigo que a luta feminista latino-americana significa, devido as suas origens. Conforme Schild expõe,

Uma importante camada de feministas procedia dos movimentos revolucionários que haviam surgido na década de 1960 como resposta à desigualdade econômica e às intervenções imperialistas dos Estados Unidos, tendo na Revolução Cubana, sem dúvida, uma inspiração fundamental. Esses grupos atraíram uma nova geração de mulheres muito preparadas e que não se contentavam em ser colaboradoras dos revolucionários homens. Embora as mulheres continuassem sendo uma minoria como integrantes formais dos partidos comunistas e outras organizações militantes, participaram ativamente nas mais diversas atividades. Essas jovens militantes da esquerda revolucionária se transformaram nas “fervorosas feministas da década de 1970”, que muitas vezes assumiam uma “dupla militância”, ativa tanto em partidos de esquerda como em grupos de mulheres. (idem, p. 102)

Na particularidade da Nicarágua, que mesmo após o triunfo a contrarrevolução permaneceu assolando a população, a liberal Violeta Chamorro – que teve sua candidatura financiada diretamente pelo governo dos Estados Unidos – apelou para o emocional das mães nicaraguenses, que já não suportavam mais aquela situação. Chamorro soube se aproveitar da vulnerabilidade das mulheres mães em relação a seus filhos e filhas que permaneciam na guerra, assim, a candidata da direita contrarrevolucionária saiu vitoriosa inclusive entre as mulheres das classes subalternas, tendo apoio especial das mães. Reflexo da ideologia neoliberal, onde as pautas amplas passam a ser secundárias, e as pautas imediatas, como o fim da guerra na Nicarágua para que os e as jovens nicaraguenses possam regressar para suas casas, se fazia mais importante que as da Revolução.

O caso das mães nicaraguenses é uma outra expressão do aspecto transformista presente tanto na Frente Sandinista como no movimento de mulheres. Há de se ressaltar aqui que a maternidade foi bastante exaltada pela FSLN (Figura 19). Isso porque era necessário a geração de mais crianças que viriam a ser trabalhadores e trabalhadoras para a manutenção da Nicarágua revolucionária. Porém, com o acirramento da contrarrevolução em meados da década de 1980, aquilo que antes era uma propaganda pró-revolução tornou-se uma inflexão. Vejamos, de acordo com Palazón Saéz (2007, p. 125-126),

En efecto, este discurso contradictorio por parte del FSLN, que por un lado enardecía la maternidad como principal aporte revolucionario de la mujer, después se convirtió en principal reclamo de las madres que veían cómo sus hijos eran sacrificados por la revolución en una guerra que se libraba muy lejos de sus hogares. Los años de represión y tortura de la dictadura somocista, los duros combates con la Contra desde 1984 y la incapacidad del FSLN para asegurar una propuesta de paz, hicieron que finalmente las madres, las grandes sostenedoras de las principales políticas del FSLN en el poder, dieran su voto en 1990 a la candidatura conservadora de Violeta Barrios de Chamorro que, desde una propuesta muy lejana a la del FSLN, se presentaba también en su campaña electoral como madre (Bayard, 2001: 156).

**Figura 19. Miliciana de Waswalito, Matagalpa, 1982.**



Fotografia de Orlando Valenzuela, 1982. Acesso em 10/08/2017. Disponível em: <http://blogdelviejotopo.blogspot.com.br/2015/07/mujeres-fusiles-y-resistencias-5-la.html>.

Foi por esta brecha que Violeta Chamorro se colocou como uma mãe que, assim como todas as outras na Nicarágua, estavam cansadas da guerra. Conforme relata Wilson (2010, p.13),

*During the 1990 campaign, Violeta Chamorro, the UNO opposition candidate, evoked family images of herself as a strong mother of a divided family, half conservative and half Sandinista, who could unite her nation as she did her family. Although progressive feminists were aggravated by her image as a “homebody”, they soon realized that feminism with less of an emphasis on political content could be the key to creating broad coalitions and a feminist agenda on a variety issues. For example, in the male dominated society, women and children would have to report claims of violence and sexual abuse to an all-male police department, often receiving little support. But under Chamorro, women and children could now make such claims to Women’s and Children’s Police Stations run entirely by female officers, where they were more likely to be taken seriously, leading to a vast increase in reported rapes (497 in 1991 to 1,037 reported in 1995). While many government programs were altered in part due to lack of funds, the health and education programs remained intact. Whereas many groups within the UNO had hoped to reverse many of the Sandinista programs, Chamorro, instead, took a more measured approach, accepting the 1987 Constitution and allowing land redistribution in the last two years of Sandinista rule.<sup>84</sup> Chamorro also formed an alliance with Daniel Ortega and the FSLN to get a voting majority within the Council of State; and this did much to raise her profile as well as those of women’s issues.*

Deste modo, a vitória à presidência de Violeta Chamorro, que demarca o fim da revolução popular sandinista, foi resultado de uma soma de diversos fatores. Fica evidente a influência da dinâmica entre as dimensões interna e externa no processo transformista de cooptação das lutas revolucionárias, e de como isso impactou o movimento das mulheres sandinistas. Infelizmente, a FSLN permaneceu dominada pela cultura machista. Ao se distanciar de sua base a ponto perder o apoio massivo das mulheres das classes subalternas, qualquer revolução está fadada ao fracasso.

Porém, retomando a participação orgânica das mulheres na Revolução Sandinista, se pensarmos quantitativamente, de fato 30% de um exército não representa nenhuma grandiosidade. Mas se considerarmos que, na história da mulher nicaraguense, ou melhor, na história da mulher latino-americana, ainda não se havia visto uma participação política tão insistente, relevante e orgânica como a das sandinistas, e que a revolução popular colocou as mulheres em locais e patamares até então não alcançados por estas, decerto tal processo configurou uma verdadeira revolução na história destas, por mais que não tenha se consolidado uma nova hegemonia, uma sociedade igualitária.

Portanto, a participação da mulher no bojo da Revolução Sandinista se destacou justamente pela ascensão das mulheres na sociedade nicaraguense em seus âmbitos político, social e cultural, chegando a lugares até então não alcançados, além de deixar um legado que

ainda hoje repercute no movimento feminista da Nicarágua, afinal, após os anos 1990 múltiplos coletivos e organizações feministas começam a surgir, dentre eles os mais importante são a própria AMNLAE, que no início da década de 1990 se torna uma Organização não-governamental (ONG); o *Movimiento Autonomo de Mujeres de Nicaragua*, o MAM, resultado de uma dissidência do AMNLAE, e o Programa Feminista *La corriente*.

A revolução popular sandinista, por fim, não alcançou seu objetivo final, não se consolidou em uma nova hegemonia. Mas o processo nicaraguense de resistência anticapitalista e anti-imperialista é paradigmático. Nas palavras de Isabel Monal,

A participação das forças subalternas nas lutas pela hegemonia, em todos os níveis, é um objetivo essencial no interior das grandes batalhas contra o capitalismo e o imperialismo. Tais lutas não podem se dar sem um sujeito histórico, que se constitui através das lutas de classes e das lutas sociais em geral – e, em particular, no seio destas, da luta das classes subalternas. (MONAL, 2003, p. 198).

Afinal, reiteramos que, para a compreensão da dinâmica das disputas hegemônicas, a experiência da Nicarágua Sandinista foi uma valiosa demonstração das possíveis formas de unificação das classes subalternas, de construção de uma concepção de mundo alternativa passível de tornar-se hegemônica, e, diretamente relacionado à luta das mulheres, fica evidente a necessária elevação das questões feministas, vinculadas às questões de classe e de raça/etnia no campo da esquerda, para a constituição de processos de resistência e da luta revolucionária.

### CAPÍTULO III

#### Feminismo e Classe na América Latina

*“... nós, marxistas revolucionárias, pretendemos expor nossas ideias não como um exercício acadêmico meramente teórico, mas com o objetivo de que as mesmas entusiasmem a nova geração com avidez pelas ideias revolucionárias e que penetrem na classe trabalhadora: a esses milhões de mulheres e homens que sofrem os grilhões da exploração capitalista e outras algemas, as menos visíveis, se vejam livres dos prejuízos que a ideologia dominante infiltra em suas consciências”.*  
(Andrea D’Atri)<sup>63</sup>

Longo foi o caminho traçado pelas mulheres, desde o fim do século XVIII, um caminhar lento e gradual. Excepcionalmente após a Revolução Industrial, a inserção do grande número de operárias nas fábricas expôs a terrível dupla jornada do trabalho feminino que estaríamos fadadas a carregar (e ainda carregamos) durante o processo de desenvolvimento do capitalismo. Fins do século XIX e início do XX são marcados pelos levantes do movimento de mulheres, na Europa apresentando pautas reivindicatórias das operárias e, nos Estados Unidos, sob influência do movimento abolicionista – onde as mulheres foram protagonistas – e a luta das sufragistas pelo direito ao voto, como já adiantamos no início do capítulo anterior.

A questão é que a luta feminista tem uma ligação íntima com os ideais socialistas, pois surge das mulheres operárias a necessidade de reivindicar direitos em um momento em que a exploração e opressão se davam de forma escancarada ao gerar lucros altíssimos em oposição ao salário ridicularizado da mão-de-obra feminina. Mas ainda no seio da luta sufragista, que se estendeu por todo o mundo ocidental, apesar de reivindicado a princípio pelas mulheres socialistas, tal pauta adquire um caráter burguês e pequeno-burguês, se distanciando da luta das mulheres trabalhadoras e tornando-se mais uma busca por igualdade de direitos em relação aos homens da burguesia (direito ao voto, às mesmas possibilidades de ascensão, enfim, participação na esfera política). Às mulheres socialistas e suas efetivas ações restou o esquecimento, como o II Congresso de Mulheres Socialistas em 1910 com protagonismo da alemã Clara Zetkin, que demarcou o dia 08 de março como o Dia Internacional de Luta da Mulher, na qual a hegemonia capitalista fez questão de apagar do imaginário do senso comum,

---

<sup>63</sup> D’Atri, A. **Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsia.** *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.142-156, 2º sem. 2011. P. 157.



reduzindo a data a um dia de flores, mimos e promoções de utensílios domésticos; as conquistas trabalhistas das operárias inglesas não são lembradas; e a participação essencial da mulher na Revolução de 1917 na Rússia parece não possuir relevância sequer a muitos que se dizem “revolucionários” ou militantes de esquerda.

Após a conquista de certos direitos<sup>64</sup>, o feminismo do início do século XX recua e reaparece nos anos 1960, no contexto de uma crise cíclica do capitalismo. É a partir daí que o movimento de mulheres ressurgiu com força e, em suas correntes majoritárias, completamente desprezado de uma pauta classista. O movimento de mulheres torna-se um movimento pelo reconhecimento, pela identidade da mulher como minoria, e da supressão da diferença entre as opressões sentidas pela burguesa, pela pequeno-burguesa e pela mulher proletária, reduzindo “questões de mulheres” às pautas de representatividade institucional – mais mulheres nas instâncias de poder, de tomadas de decisões, seria uma das soluções para atenuar a desigualdade entre os gêneros –, inserção em espaços de educação formal e postos de trabalho tidos como masculinos, assim como equidade salarial<sup>65</sup>. Vale lembrar ainda de vertentes feministas que não se pautam na condição de classe das mulheres, mas sim colocam-as como uma classe em si, isto é, como se “mulheres” configurassem uma classe social dominada, e, portanto, a luta feminista deve ter como objetivo a destruição da supremacia masculina patriarcal. Tais vertentes fazem uma leitura materialista da realidade, mas acabam deturpando-a ao colocar o patriarcado acima do capitalismo.

Nos dias atuais, identificamos uma “popularização” do feminismo que, de certa forma, vem chegando ao senso comum, principalmente pelas redes sociais e pela televisão. Em Gramsci temos senso comum enquanto uma “filosofia dos não-filósofos”, isto é, a concepção de mundo absorvida **acriticamente**<sup>66</sup> pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (1999, Q 11, §13, p. 114). Como consequência dessa absorção acrítica, Gramsci complementa que

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inúmeras formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente,

---

<sup>64</sup> Igualdade perante a lei e sufrágio feminino.

<sup>65</sup> Por mais absurdo que este ponto possa parecer, ele é real e até os dias de hoje o sistema capitalista reitera a desigualdade salarial entre homens e mulheres. No Brasil, o salário dos homens chega a 30% a mais que o das mulheres. Mais informações em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>. Acesso em 29/01/2018.

<sup>66</sup> Grifo nosso.

conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é filosofia. (1999, Q 11, §13, p. 114).

Assim, a visão de mundo do senso comum coincide em muitos aspectos com a concepção presente nas classes subalternas: desagregada, ocasional e incoerente.

Na contemporaneidade, vemos que os meios de comunicação em massa são os potenciais formuladores dessa concepção desagregada e incoerente do senso comum. Partindo para análise da apropriação do feminismo por estes meios, percebemos que se trata, na realidade, da propagação de um feminismo de tipo “midiático”, isto é, um feminismo já assimilado pelo e para o mercado<sup>67</sup>, que, por mais que suscite sentimentos que reforçam a autoestima, o auto aceitar-se ao compreender a mulher enquanto sujeito, isto é, o “empoderamento” feminino, o foco principal destas campanhas são o consumo e as aparências, e não a emancipação das mulheres.

Desta forma, o feminismo midiático incute ao senso comum um pensamento feminista pouco crítico e nada libertador. “Empoderar-se” possui uma conotação individualista, de tomada do poder pelo “eu” e não como uma plataforma de luta coletiva, que visa emancipação das mulheres de toda essa parafernália que o sistema capitalista nos impõe. Sabemos que se trata de uma crítica delicada, que deve ser feita com cuidado, pois é interessante e construtivo que as crianças, as jovens e as mulheres maduras e idosas tenham ciência das questões de gênero pelos meios de comunicação em massa. Ressaltamos que essa popularização do feminismo da grande mídia não é impedimento para alcançar uma outra consciência, pelo contrário: a partir do senso comum é possível elaborar uma nova concepção de mundo. Nas palavras de Gramsci,

Quando, individualmente, um elemento da massa supera criticamente o senso comum, ele aceita, por este mesmo fato, uma filosofia nova: daí, portanto, a necessidade, numa exposição da filosofia da práxis, da polêmica com as filosofias tradicionais. Aliás, por este seu caráter tendencial de filosofia de massa, a filosofia da práxis só pode ser concebida em forma polêmica, de luta perpétua. Todavia, o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, as quais se trata de tornar ideologicamente homogêneas. (1999, Q 11, §13, p. 116).

Todavia, o modo como a grande mídia trabalha com estas questões é de fato restritivo em relação ao conteúdo combativo feminista, visto que não tange as desigualdades sociais, e

---

<sup>67</sup> Artigo publicado pela Diana Assunção e Flavia Valle no livro **Feminismo e Marxismo** (2017), que traz uma importante reflexão acerca da apropriação capitalista do movimento feminista: “Feminismo como nicho de mercado e a cooptação capitalista” (p. 31 – 41). O artigo também encontra-se disponível online em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Feminismo-como-nicho-de-mercado-e-a-cooptacao-capitalista>. Acesso em 04/03/2018.

sim apoia-se no individualismo, no consumo e na competitividade. Ao se apoiar no individualismo, o feminismo midiático esvazia a ideia de poder popular e coletivo das classes subalternas, ou seja, promove a manutenção do ideário do indivíduo neoliberal.

São nesses tempos de apropriação das pautas, dos símbolos e até dos jargões feministas, que retomar discussões sobre a luta das mulheres e a luta de classes – o que pode parecer arcaico na leitura de muitos – torna-se algo essencial para pensarmos as possíveis saídas para superação do machismo presente na estrutura da sociedade de classes. E não referenciamos esta necessidade motivadas somente pelo que o grande capital vem fazendo com os feminismos, mas é também uma crítica certa às organizações políticas de esquerda que persistem em ignorar as questões de gênero e raça/etnia em debates mais amplos. Os partidos políticos da esquerda revolucionária no Brasil (Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido da Causa Operária – PCO, Partido Socialista Trabalhadores Unificados – PSTU, entre outras organizações similares, que atuam principalmente no movimento estudantil), são majoritariamente compostos por homens, brancos e heterossexuais, e as pautas feministas e étnico-raciais são geralmente rebaixadas, em oposição a uma centralidade na classe que não considera que a classe trabalhadora brasileira tem gênero (o contingente populacional é em maioria feminino<sup>68</sup>) e raça (54% de nossa população é preta e parda, sendo feminina a maioria da população negra<sup>69</sup>). Algo que, felizmente, vem mudando e está cada vez mais palpável a alteração deste cenário, tendo em vista a inserção de jovens – mulheres, homens, LGBTs, negros e negras – nessas organizações, que trazem consigo os anseios da juventude e, por consequência, as preocupações com as questões identitárias<sup>70</sup>.

Ainda sobre as organizações de esquerda, temos os partidos políticos de programa democrático-popular – que se afirmam de esquerda, apesar da prática demonstrar outra realidade – na qual a experiência petista em nosso país demonstrou as limitações, como as pautas de descriminalização e regularização do aborto e equidade salarial, que em nada

---

<sup>68</sup> De acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2015, 48,52% da população brasileira é composta por homens e 51,48% por mulheres. Acesso em 18/03/2018. Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/quantidade-de-homens-e-mulheres.html>.

<sup>69</sup> Mais da metade da população brasileira (54%) é de pretos ou pardos (grupos agregados na definição de negros), sendo que a cada dez pessoas, três são mulheres negras (2016). Acesso em 18/03/2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>.

<sup>70</sup> Assim, é possível pensar inclusive na questão geracional destes partidos, como o PCB, partido que teve grande parte da militância perseguida nos anos 1960-70 no país, onde muitos militantes são senhores que aspiravam os ideais (interrompidos) de sua época. Reiteramos que as críticas feitas neste trabalho à esquerda revolucionária vêm com o intuito de elevarmos o debate, e não de desmerecer as organizações partidárias, tão importantes à luta da classe trabalhadora.

avançaram nos consecutivos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Na Nicarágua, a atual FSLN – totalmente diferente daquela dos anos 1970-1980, pois aderiu um programa democrático-popular – liderada pelo ex-guerrilheiro Daniel Ortega e pela primeira-dama Rosário Murillo (Figura 20), não avançou nas pautas feministas, além do país apresentar altos índices de feminicídio e o descaso governamental com as pautas mais básicas em relação as mulheres nicaraguenses ser imenso<sup>71</sup>. O aborto, por exemplo, permanece proibido em quaisquer circunstâncias, desde de 2006.

**Figura 20. Daniel Ortega e Rosário Murillo, em comício.**



Fonte: <https://elcomercio.pe/mundo/latinoamerica/rosario-murillo-poderosa-mujer-daniel-ortega-perfil-244039> . Acesso em 24/03/2018.

Há, ainda, aquelas organizações – em especial as não-governamentais (ONGs) – que focam nas questões de gênero ou raça/etnia a partir da dimensão cultural, objetivando uma igualdade entre os gêneros que mais corrobora com o ideário neoliberal do que promove uma reflexão crítica sobre o machismo e o racismo estrutural. Temos como exemplos dessas organizações a ONU Mulheres<sup>72</sup>, a União Brasileira de Mulheres (UBM)<sup>73</sup> e o Centro Feminista

<sup>71</sup> Como mostra a reportagem de La Prensa: <https://www.laprensa.com.ni/2018/03/15/departamentales/2391378-mujeres-en-matagalpa-la-violencia-machista-es-cada-vez-mas-cruda-y-brutal> . Estima-se que só em 2018 ocorreram 11 casos de feminicídio no país. Acesso em 18/03/2018.

<sup>72</sup> “a organização [ONU Mulheres-BR] lidera o Grupo de Trabalho Gênero, Raça e Etnia, para incorporação da intersetorialidade da perspectiva de gênero, raça e etnia no escopo da equipe-país das Nações Unidas”. Em nenhum momento a condição de classe é citada. Acesso em 18/03/2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/brasil/visao-geral/>

<sup>73</sup> ONG que se afirma “apartidária”, porém é atrelada às organizações “pelegas” PCdoB e CTB.

de Estudos e Assessoria (CFEMEA)<sup>74</sup>. O ativismo dessas ONGs surte resultados positivos que colaboram (e muito) para atenuar a desigualdade entre homens e mulheres. Porém, não se trata de uma militância libertária, pois se furtam do viés classista e, com isso, acabam não promovendo uma consciência emancipatória, até porque é provável que essas instituições acabem não recebendo seus fundos se passarem à uma radicalidade da luta. As ONGs são, por si só, parte integrante da sociedade neoliberal.

Portanto, no bojo das lutas sociais, muitas vezes aparece de forma segregada questões que, na verdade, estão bastante imbricadas: as vezes discute-se questões de classe separadas das de gênero e raça, como as discussões nos partidos políticos majoritariamente masculinos, onde ouve-se expressões como “a classe é mais importante que raça e gênero”, assim como há outras organizações que acabam por priorizar as questões de gênero e raça/etnia sem conexão com as problemáticas de classe, na qual se ouve corriqueiramente que “a esquerda revolucionária só se importa com questões econômicas”. Antecipamos que muito disso vem como reflexo da pós-modernidade, do fim da moderna noção de identidades coletivas, como nacionalidade e classe, e a construção das noções contemporâneas identitárias de luta por reconhecimento, mais atreladas às condições de gênero, sexualidade, raça/etnia, pautas imediatistas, enfim, os tidos como novos movimentos sociais. A questão é que o sistema capitalista em sua estrutura racista e patriarcal permanece explorando economicamente e dominando ideologicamente as massas populares. A desigualdade de classe permanece, e as opressões continuam diferenciadas de acordo com a condição socioeconômica de quem as sofre. A mulher negra e periférica continua sendo o ser humano mais explorado no mundo<sup>75</sup>.

Ademais, – se pensarmos pelo lado das vitoriosas lutas feministas do século XX – a experiência das mulheres soviéticas reforça a necessidade da não dicotomia entre luta de classes e gênero. Textos recém-publicados em português<sup>76</sup>, escritos pelas russas na União Soviética, que tratam de assuntos considerados ainda hoje tabus (como aborto), demonstram uma lucidez destas mulheres, sem precedentes. Sabemos que mesmo nos anos 1920, e posteriormente acirrado com o advento do stalinismo na URSS, vários foram os retrocessos sofridos pela luta

---

<sup>74</sup> “O feminismo, os direitos humanos, a democracia e a igualdade racial são nossos marcos políticos e teóricos.” Retirado do site <http://www.cfemea.org.br/index.php/cfemea/quem-somos> . Acesso em 18/03/2018.

<sup>75</sup> Como mostra a reportagem reproduzida no portal do Instituto Humanitas Unisinos, que conta a história da africana Mary Myaluak Gai, considerada pela ONU a primeira entre as 100 pessoas mais pobres do mundo. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569147-a-pessoa-mais-pobre-do-mundo> . Acesso em 04/03/2018.

<sup>76</sup> **A Revolução das Mulheres: Emancipação feminina na Rússia Soviética**, publicado em 2017 pela editora Boitempo (vide referência completa nas Referências Bibliográficas).

das mulheres. Mas, se houve retrocessos, foi porque muitos avanços aconteceram, aliás, é importante frisar sempre que a Revolução de Outubro de 1917 só se configurou neste grande fato histórico da humanidade, graças às mulheres em marcha sobre o chão frio de Petrogrado.

Para além do exemplo das russas e voltando-nos à nossa América Latina, aqui a luta das mulheres majoritariamente se expressou de forma imbricada às questões de classe: mulheres indígenas por demarcação das terras, o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra no campo (Via Campesina), os movimentos dos e das sem-teto nos centros urbanos, o zapatismo no México, entre outros, são exemplos de lutas vinculadas à terra, alimento e moradia. Assim, nos reaproximamos do nosso objeto de pesquisa deste trabalho: a luta das mulheres sandinistas na Nicarágua. Essa experiência nos elucida a pensar a necessidade das lutas revolucionárias abarcarem as questões de gênero, muitas vezes tidas como demandas inferiorizadas, hierarquizando a tríplice exploração-dominação “capitalismo-patriarcado-racismo”. A luta das mulheres sandinista faz saltar aos olhos a grandiosidade de uma pauta feminista que considere as questões de classe, e que não façam leituras descabidas. Como tratamos no decorrer do capítulo anterior, o movimento de mulheres durante o processo revolucionário popular nicaraguense estava atrelado à condição das classes subalternas presentes no país, por mais que a organização das mulheres apresentasse um caráter policlassista.

Portanto, neste terceiro e último capítulo da nossa pesquisa, nos debruçamos sobre essa necessária e polêmica discussão no rol das lutas sociais acerca da relação entre classe e gênero. Procuramos elencar ao debate feminista latino-americano a essencialidade de vincular a luta das mulheres à luta de classes. Pois, em uma análise materialista histórica e dialética da realidade vigente, partimos do entendimento do capitalismo enquanto um sistema de dominação-exploração que opera de forma simbiótica com o patriarcado e o racismo, enquanto dominação e exploração e, se há um tipo de simbiose entre esses pilares para a manutenção da hegemonia dominante, as lutas de oposição a tal sistema necessariamente precisam ser, de alguma forma, simbióticas. Por consequência, defendemos a posição de que não deve haver uma dicotomia entre feminismo e classe.

De tal modo, partiremos das discussões acadêmicas acerca do conceito de gênero e patriarcado, realizando alguns apontamentos críticos aos diversos feminismos que influenciam a produção e a luta feminista na América Latina, desde vertentes que segregam até as que agregam questões de mulheres às de classe, passando pela implementação do neoliberalismo nos países latino-americanos e suas consequências para o movimento feminista nicaraguense,

e, por fim, chegando à experiência das mulheres na Revolução Sandinista, em paralelo com as soviéticas da Revolução Russa no que concerne a perspectiva classista desses dois movimentos, levantando a urgência do debate, imprescindível para a construção de concepções de mundo capazes de unificar a luta das classes subalternas, objetivando a superação do sistema de dominação-exploração posto.

### **3.1 *Gênero tem classe e a Classe tem gênero!* Perspectiva classista na práxis revolucionária das lutas feministas**

Dentro de nosso marco teórico, muitas são as discussões acerca das relações capital *versus* trabalho, crises cíclicas e estruturais, burguesia, proletariado e lumpesinato, revolução, classe trabalhadora, economia política, entre outros conceitos. O que pouco se sabe, é que dentro do escopo do marxismo, ou da leitura materialista histórica e dialética da realidade, muito já foi desenvolvido por teóricos e teóricas marxistas sobre Gênero e Raça/Etnia. Mesmo assim, o preconceito presente na academia e nas lutas sociais em relação a um suposto descaso dos e das marxistas sobre esses assuntos é corriqueiro, e é, por óbvio, uma grande falácia. O pensamento de Antonio Gramsci, por exemplo, através da importância que o autor atribui à reforma intelectual e moral, demonstra as preocupações tanto com a estrutura econômica quanto com a superestrutura cultural presente nas hegemonias sociais. Conforme escreveu Frosini (2017, p. 681),

“A questão de reforma intelectual e moral, isto é, é a questão religiosa ou de uma concepção de mundo” é parte essencial do “moderno Príncipe”, pois apenas reorganizando a desagregada filosofia do senso comum numa concepção coerente será possível unificar realmente a vontade dispersa das massas (a “reforma intelectual e moral [...] é o terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular no terreno de uma forma completa e total de civilização moderna”). Mas os aspectos cultural e econômico da reforma não podem deixar de ser idênticos: “O programa de reforma econômica é o modo concreto em que se apresenta toda reforma intelectual e moral”, visto que a cultura, como já dito, é a hegemonia como organização das “relações humanas de conhecimento” (Q 10 II, 6, 1245 [C, 1, 315]).

Se Gramsci pensa a cultura enquanto a hegemonia na qual as relações humanas de conhecimento estão organizadas, pressupõe-se que a dimensão cultural é importante, mas não descolada das bases materiais de produção, descoladas da hegemonia política e econômica.

De tal modo, se faz necessário esses apontamentos para enfatizar, inclusive, que as preocupações marxistas acerca do elemento “cultura”, “religião” e até mesmo “gênero”, são pertinentes desde os séculos XIX e XX, e não uma novidade de estudos recentes. Quem nos atenta a essas preocupações seculares dentro do campo do marxismo é a socióloga Heleieth Saffioti, que em sua obra clássica, “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, logo no capítulo I “Mulher e Capitalismo”, no item “A perspectiva socialista”, ressalta que desde o socialismo utópico, Saint-Simon, Fourier e Owen já apontavam a necessidade de libertar a mulher da condição de submissão feminina que, mesmo o patriarcado sendo pré-capitalista, o capitalismo por si só não acabou com essa submissão, pelo contrário, reforçou, e ainda reforça, o lugar da mulher, amarrada ao trabalho doméstico (seja na sua casa, seja por prestação de serviços para terceiros) no intuito de manter todo o contingente de trabalhadoras a mercê dos ditames do mercado, como mão-de-obra mais barata ao grande empresariado, além do trabalho não remunerado no lar. Nas palavras de Saffioti, para Fourier, é preciso

que a sociedade ofereça à mulher educação idêntica à do homem e que liberte definitivamente dos trabalhos domésticos [...]. Pretendendo o estabelecimento de uma era de plena concorrência entre os gênios, não exclui as mulheres de nenhuma função na sociedade. E Fourier denuncia não apenas a submissão das mulheres, mas também a alienação do homem (Fourier, 1846 apud Marx, 1947<sup>a</sup>: 98s). (2013, p. 113-114).

Para o socialismo científico, as conclusões eram outras. “Com o socialismo científico, a solução para o problema da mulher passa a ser buscada na destruição total do regime capitalista e na implantação subsequente da sociedade socialista” (SAFFIOTI, 2013, p. 114). Isso porque Marx e Engels, principais teóricos desta vertente, não viam o problema da mulher na sociedade capitalista como um fato isolado. Marx

vê as instituições burguesas como instituições profundamente farisaicas, pois, o burguês faz as leis para que outros a cumpram. Como transgressão das leis é apanágio seu, o burguês transgride as leis que regem o casamento, a família e a propriedade, e estas instituições permanecem intactas, pois, são o próprio fundamento da sociedade de classes (idem, p. 116-117).

Desta forma, somente com a superação da sociedade de classes que a emancipação da mulher poderia ser conquistada. Saffioti retoma também a concepção de família para Marx, Engels e Lafarge, visto que há no imaginário anticomunista uma apelação exagerada de que os socialistas são contrários à constituição familiar, o que se trata de mais uma falácia. A crítica marxista em cima da convenção monogâmica nuclear de família se faz justo à gênese da opressão de gênero, que nasce com a noção da propriedade privada, portanto, uma família



moldada para a produção e reprodução da hegemonia dominante. Assim, Heleieth segue por Lênin e os desafios das relações de gênero no socialismo real:

A grande tarefa que se impõe ao socialismo, segundo Lênin, no que concerne às mulheres, é eliminar a dupla opressão de que são vítimas na sociedade burguesa, isto é, a opressão imposta a elas pelo capital e a opressão imposta pelos trabalhos domésticos. Estes entraves ao desenvolvimento da personalidade feminina só podem encontrar solução na abolição da propriedade privada e na substituição da economia doméstica individual pela economia doméstica socializada. (SAFFIOTI, 2013, p. 137).

Sabemos que a tarefa histórica da Revolução Russa não foi cumprida. Porém, cabe aqui ressaltar que os avanços obtidos pelas soviéticas chegaram a um patamar nunca alcançado. Mais adiante retornaremos à experiência das mulheres russas.

Destarte, compreendida a preocupação socialista com a condição da mulher, partimos para a discussão teórica acerca do conceito de “gênero”. Sobre essa conceituação através da perspectiva marxista, não podemos deixar de ressaltar a imensa contribuição de Heleieth Saffioti e seus escritos sobre relações e violência de gênero, sobre o tríplice sistema de exploração-dominação estruturado na sociedade de classes pelo capitalismo, pelo racismo e pelo patriarcado. De acordo com Lovatto,

Saffioti indica a origem do que afetaria os dois tipos de discriminação, baseadas nas relações de dominação engendradas na sociedade em pauta: a capitalista. [...] o aspecto das problematizações levantadas pela autora que mais ajuda a compreender o foco de sua discussão: não se trata simplesmente de uma luta – no sentido de confronto – entre homens e mulheres, ou entre brancos e negros. Esta precisão da autora em determinar a origem do problema, livra-nos da armadilha de deixar ileso o principal inimigo e, portanto, nos ajuda a não perder a possibilidade de combatê-lo com eficácia. (2011, p. 114).

É essa compreensão materialista histórica e dialética de Saffioti, que embasa nossa discussão sobre o tema, assunto que já nos anos 1960 a autora estava atenta: na contramão da segunda onda feminista, de um feminismo liberal, a autora brasileira mantinha seus estudos relacionando a condição da mulher à sociedade de classes. Como Lovatto resalta,

Sua perspectiva teórica marxista superava limites e trazia horizontes que outras análises não conseguiam superar quando abordavam a discriminação contra a mulher. E isso num duplo aspecto: tanto nas análises de perspectiva teórica distinta do marxismo, quanto àquelas feitas no campo do próprio marxismo, que apresentava algumas dificuldades em tratar do que hoje convencionou-se chamar de estudos de gênero. (2011, p. 113).

De tal modo, a partir da obra intitulada “Gênero, Patriarcado e Violência” (2004), podemos entender gênero como uma categoria histórica, de forma geral enquanto “construção

social do masculino e do feminino” que não se reduz ao sexo, mas que representa uma dimensão cultural por meio da qual o sexo se expressa e vincula-se às relações de poder. Nas palavras de Heleieth (2004, p. 135),

O gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico. Não seria o gênero exatamente aquela dimensão da cultura por meio da qual o sexo se expressa? Não é precisamente por meio do gênero que o sexo aparece sempre vinculado ao poder? O estupro não é um ato de poder, independente da idade e da beleza da mulher, não estando esta livre de sofrê-lo mesmo aos 98 anos de idade? Não são todos os abusos sexuais atos de poder?

Portanto, para a autora, gênero é uma categoria carregada de história e que nos serve para compreender as relações, os desníveis e os abusos de poder, não somente nas relações entre sexos opostos, mas nas relações mulher-mulher e homem-homem. Por mais que correntes feministas diversas enfatizem aspectos diferentes ao tratar desta categoria, há um consenso básico de que “gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 45) e, na leitura de Saffioti, essa categoria não pressupõe de forma geral a desigualdade entre homens e mulheres, pois isso fica a depender do momento histórico referido. Acerca da real desigualdade entre os gêneros, decerto o advento que marca por milênios (cerca de 7000 anos) esse desnível de poder, foi o *patriarcado*. Gênero e patriarcado não são sinônimos. Enquanto o primeiro serve como uma categoria histórica de análise passível de generalizações e neutralização do seu cunho político, o segundo refere-se a um período histórico específico, sem a pretensão de generalizar ou neutralizar o termo. Patriarcado carrega em si o vetor da dominação-exploração:

O patriarcado, ou ordem patriarcal, de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica [...]. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política. (SAFFIOTI, 2004, p. 139).

Logo, *patriarcado* é o sistema de exploração-dominação que concerne às relações de *gênero*, assim como *capitalismo* explora-domina a partir da classe, e o *racismo* faz-se o sistema de exploração-dominação a partir das condições étnicas/raciais. São essas três condições presentes na sociedade burguesa (gênero, classe social, raça/etnia) que sofrem de forma simbiótica a exploração-dominação produzida e reproduzida por esse tríptico sistema capitalismo-patriarcado-racismo, que mantém o modelo sócio-econômico-político-cultural vigente até os dias atuais.

Partindo da análise dialética *Singular – Particular – Universal*, podemos entender gênero feminino ou masculino enquanto singularidade e também condição do indivíduo, isto é, a particularidade das objetivações humanas apropriadas para a manifestação de sua universalidade (gênero humano). Sendo o feminismo luta, ou seja, um vetor de disputa hegemônica na construção de novas condições mediadoras ao ser social do gênero feminino para a manifestação de sua universalidade, quando este pauta-se somente na busca pela igualdade (característico do feminismo liberal), a emancipação do gênero humano não será alcançada (afinal, estariam os indivíduos do gênero masculino emancipados em sua totalidade?). Agora, se relacionada à condição objetiva de classe, que subalterniza e oprime a potencialidade do ser social, temos a mediação que torna possível a conquista da emancipação humana (feminismo classista), pois “o concreto só é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso” (MARX, 1982, p.14).

Assim, diversas vertentes feministas<sup>77</sup> enfatizam os aspectos do conceito de “gênero” de formas variadas. Saffioti, que faz uma análise crítica desta categoria, nos diz como ela é passível de generalizações e discursos de neutralidade. Mas foi nos escritos da doutora em Serviço Social, Mirla Cisne, que identificamos uma série de elementos em torno da categoria gênero que deixa aparente o esvaziamento do termo em relação à classe e ao seu teor político. Nas palavras de Cisne (2012, p. 77-78),

Cabe ressaltar que, apesar de as intenções *a priori* serem bastante positivas e importantes para as mulheres, o contexto de surgimento do conceito gênero é marcado por riscos para o movimento feminista e, por que não dizer, para os movimentos da classe trabalhadora, ao enfatizar as relações de poder em detrimento da busca das causas da dominação/exploração, devido aos paradigmas ou à crise dos paradigmas que o irão influenciar. [...]. Os riscos acima referidos [...] são delineados especialmente em razão da influência da teoria pós-moderna.

Trata-se de um risco a ênfase nas relações de poder em detrimento da busca pelas causas da exploração-dominação, justamente por focar mais nas próprias relações de gênero, onde o poder encontra-se majoritariamente nas mãos dos homens, e assim a solução aparente é: mais mulheres nos espaços de tomada de decisões, isto é, no poder institucional. Porém, sabemos que, num contexto de desigualdade social, de machismo e racismo estrutural, a ascensão de

---

<sup>77</sup> Por questões não somente de tempo, mas também metodológicas, não coube nesta pesquisa um aprofundamento e desdobramento de cada uma das vertentes feministas citadas nessa seção, deixando um aspecto mais generalizante. Reiteramos que as diversas correntes não são homogêneas, e que se trata, portanto, de apontamentos críticos às vertentes feministas com influência na América Latina, e não necessariamente um estudo sobre cada uma delas, de seus desdobramentos e especificidades.

mais mulheres no poder institucional raramente – ou nunca – reverte-se em conquistas para mulheres da classe trabalhadora. Basta olhar para os exemplos de chefes de Estado e parlamentares mulheres que, quando não cooptadas, já ascendem ao poder posicionando-se do lado oposto da trincheira dos trabalhadores e trabalhadoras, como a icônica Margareth Thatcher, uma mulher forte, incisiva, uma liberal de punho de ferro e, claro, antifeminista. De forma alguma estamos desmerecendo a importância da participação feminina na política institucional, reiteramos ser também um espaço de disputa relevante, o que não significa que não deva ser criticado, principalmente pelo seu caráter limitado e limitador das potencialidades dos movimentos sociais. *A real politique*, neste sentido, é ceifadora das lutas sociais.

Sobre as abordagens denominadas pós-modernas, a crítica de Cisne se dá pelo fato destas não contextualizarem a análise das relações de gênero aos nexos causais da realidade posta. A autora reitera, “não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais” (CISNE, 2012, p. 90). Desta maneira,

As abordagens desconstrutivistas/pós-estruturalistas/pós-modernas mesmo criticando o gênero e sua identidade global, não relacionam essa categoria com as de classe, raça, etnia, geração a partir da contradição fundante das mais diversas expressões das desigualdades sociais: a contradição capital e trabalho. Não se configuram, portanto, em críticas profundas [...]. Assim, criticam a linearidade do gênero, mas a reproduzem ao não analisar os complexos sociais na dimensão da totalidade. Além disso, essas análises acabam retrocedendo nos estudos de gênero ao não abordar aspectos materialistas da história, enfocando os símbolos, as representações, caindo no irracionalismo ao limitar-se no subjetivismo, sem a mínima mediação com as determinações objetivas da sociedade. (idem).

Portanto, tais perspectivas feministas “desconstrutivistas/pós-estruturalistas/pós-modernas” acabam por deturpar a análise do real, fragmentando e não compreendendo as relações de gênero dentro do contexto histórico, cultural e político da sociedade burguesa. Ademais, as críticas ao marxismo provindas destas correntes são incoerentes, a partir do momento que julgam uma dicotomia entre objetividade e subjetividade, entre cultura e economia que, na realidade, não existe. “Marx e Engels (2002) concebem a essência humana indissociável da noção de indivíduo social. Para esses pensadores, a essência humana é o conjunto das relações sociais, e não algo abstrato ou interior a cada indivíduo isolado” (CISNE, 2012, p. 91-92), isto é, pensar as relações de gêneros inseridas no contexto social, é fazer a análise das relações sociais em sua totalidade. Ao não considerar os fatores de classe e raça/etnia, as abordagens pós-modernas não se fazem capazes de apresentar uma alternativa, um vislumbre para a organização política das mulheres em luta pela sua emancipação. Pelo

contrário, acabam caindo nas próprias contradições e, assim, (re)produzindo movimentos sociais cooptáveis, dando base para as políticas institucionais e as ONGs. Na realidade, essa noção de pós-modernidade é, em si, desagregadora, como sinaliza Monal (2003, p. 196):

Para Gramsci, fica claro que dispersão e a falta de coesão são insuficiências políticas e ideológicas que devem ser superadas, caso os subalternos queiram realmente obter a sua autonomia. Por isso, a atual posição pós-moderna – que, com a justificação da pluralidade e da multiplicidade, tenta manter os subalternos desagregados e incapazes – leva à falta de projetos e à renúncia de ações políticas efetivas, que permitam aos subalternos superar sua subalternidade e sua marginalidade política, pelas quais são postos inteiramente fora do sujeito social.

Somente uma teoria social voltada para transformações, identificando não as relações de poder, mas as origens e as causas da exploração-dominação, possibilitando aos e às subalternas probabilidades de unidade de luta com base na ação política, é que poderá se manejar saídas para a sua superação, e não para a reprodução desta. Pensar a ação política é refletir, conseqüentemente, sobre a filosofia e a história, por isso a importância do desenvolvimento de uma teoria feminista que agregue, e não o contrário. Como Gramsci nos elucida a pensar pois,

trata-se de considerar se o “dever ser” é um ato arbitrário ou necessário, é verdade concreta, ou veleidade, desejo, sonho. O político em ação é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio turbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade fatural. Mas, o que é esta realidade fatural? É talvez algo de estático e imóvel, ou não é antes uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se numa determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para levá-la ao triunfo, é sempre mover-se no terreno da realidade fatural, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever ser” é concreção; mais ainda, é a única interpretação realista e historicista da realidade, é história em ação e filosofia em ação, é unicamente política. (1984, p. 43).

Para além das abordagens citadas, há ainda as correntes liberal e radical, comentadas brevemente no começo deste capítulo. Sobre as primeiras, a crítica elaborada por Andrea D’Atri, enfatiza que tal vertente via no desenvolvimento da sociedade capitalista a possibilidade da equidade de gênero:

As feministas liberais prestaram pouca atenção sobre as origens da desigualdade sexual e defenderam que a sociedade “moderna” (quer dizer, capitalista), com seus avanços tecnológicos, suas riquezas e abundância e com o desenvolvimento da democracia como regime político, permitiria a luta pela equidade de gênero, que seria alcançada progressiva e gradualmente. (2011, p. 146).

E, mais equivocado que esta compreensão, de que o próprio desenvolvimento da sociedade burguesa levaria à equidade gênero, é o fato de muitas feministas liberais acreditarem que isso já ocorreu. De fato, muitas mulheres hoje ocupam cargos de liderança, postos que antes eram inimagináveis, como grandes empresárias e políticas profissionais, mas que denota o caráter elitista e não-revolucionário do feminismo liberal. A empresária que se orgulha de ser feminista por ter conseguido um *status quo* que muitas vezes – nem sempre – a livram de algum tipo de dominação-opressão, explora e domina outra(s) mulher(es).

Já a vertente do feminismo radical, na qual a gênese da dominação masculina é a mesma que da teoria marxista (o surgimento da propriedade privada), entra em descompasso com o marxismo ao compreender que, pelo patriarcado ser pré-capitalista, somente a superação do capitalismo não garantiria às mulheres sua libertação, e assim os meios para essa superação são outros. Nas palavras de D’Atri,

Porém, tanto do ponto de vista teórico quanto do político, há diferentes setores dentro do feminismo radical. Há os que se veem como parte e em aliança com outros setores do movimento socialista, até os que absolutizam a recuperação de uma cultura feminina, com valores próprios e, portanto, chegam até a propor políticas separatistas, com o objetivo de criar comunidades onde se recrie outra cultura, oposta à dominante, a que consideram masculina (patriarcal). Há os que sustentam posições teóricas acerca da mulher que beiram o essencialismo e o biologicismo, até os que aderem a posições materialistas economicistas que recaem em novos idealismos. (2011, p. 147).

Assim, a discordância entre algumas vertentes radicais e as marxistas se dá justamente pelo entendimento de que a classe trabalhadora é dominada e explorada, inclusive os homens. Se pensarmos nas relações de poder, é certo que para o homem, mesmo o operário ou camponês, pela condição de representante do gênero masculino – e somente por isso já se pressupõe poder em detrimento da companheira operária, camponesa e/ou dona de casa – abrir mão deste poder intrínseco dado a ele pelo falocentrismo e androcentrismo da sociedade de classes, requer uma imensa conscientização. De qualquer forma, deve-se pensar na constituição do sujeito revolucionário, mas que, por óbvio, o sujeito da emancipação feminina são as próprias mulheres. O apoio dos companheiros trabalhadores é essencial, mas o protagonismo na luta feminista é das mulheres. Sobre isso, D’Atri pontua (2011, p. 152),

Para as marxistas, se a emancipação das mulheres não pode realizar-se sem a destruição do sistema capitalista, então, o sujeito revolucionário será o proletariado (o que inclui mulheres e homens). Porém, nesta luta específica, as mulheres trabalhadoras encabeçarão o combate pela sua própria emancipação e para que os homens de sua própria classe incorporem a luta contra a opressão no programa revolucionário das fileiras proletárias como um dos aspectos integrados à luta de classes mais ampla. Todos os exemplos históricos mostram a relação existente entre o desenvolvimento da consciência

emancipatória e o sucesso de conquistas relativas nos direitos de gênero, com situações mais gerais da luta de classes. Há, também, exemplos contrários: como as situações mais reacionárias, de retrocesso da luta de classes, anteciparam e foram o marco de um retrocesso também agudo nos direitos conquistados pelas mulheres.

A sociedade moderna neoliberal gerou, então, uma série de sujeitos desagregados, classes subalternas com suas histórias, costumes, linguagens diversas, um todo fragmentado. Cisne nos provoca a pensar que,

Considerar essa diversidade dos sujeitos faz-se necessária, porém, sem se perder na ênfase das diferenças, em detrimento da luta política engendrada pela criação dos sujeitos coletivos combativos, em torno de uma luta classista, que deve ser o ponto comum entre todas as lutas sociais que buscam o fim das desigualdades sociais. (2012, p. 98).

O acendimento de Mirla Cisne nos leva a refletir sobre outras abordagens presentes nos diversos feminismos, como a *interseccionalidade* e a *consustancialidade*.

O feminismo interseccional, reivindicado especialmente pelas mulheres negras, apresenta uma contribuição essencial ao debate feminista desde meados do século XX, que foi a crítica ao feminismo de segunda onda que homogeneizava a categoria “mulher”, como se a opressão de gênero se expressasse da mesma maneira sobre todas, independente de outros fatores como classe, raça/etnia, nacionalidade, sexualidade, entre outros. A afirmação de que todas as mulheres sofrem um mesmo tipo de opressão (a falácia do “somos todas mulheres”) configura um contrassenso, tendo em vista que a possibilidade de oprimir o outro se dá através da posição de privilégio do indivíduo, gerando uma cadeia de opressões: a mulher branca reproduz o racismo sobre a mulher negra; um homem negro reproduz machismo sobre a mulher branca, ao passo que se a mulher for burguesa, reproduz “opressão de classe” sobre os negros e as e negras, e assim em diante. Djamila Ribeiro, mulher negra, militante feminista, ativista dos direitos humanos e pesquisadora na área de Filosofia Política, referência na academia e nas lutas sociais brasileiras, nos elucidada que,

Homem negro sofre racismo e pode sim ser discriminado por uma mulher branca nesta questão. Da mesma forma que um homem negro pode ser machista com uma mulher branca. Mulheres não são sempre vítimas e podem sim oprimir quando estão em uma posição de privilégio. Ter isso em mente significa que não existe machismo? Não, significa que todas as mulheres sofrem machismo, mas, dependendo de sua posição social, podem oprimir outros grupos. Essa perspectiva de que todas as mulheres sofrem igualmente é desumana, porque essa universalização da categoria mulheres foi feita tendo como base uma mulher branca, heterossexual e de classe média. O racismo cria uma hierarquia de gêneros e ao dizer que todas sofremos iguais, quando sabemos que não, perpetuamos essa representação que deixa de fora muitas

mulheres e cria uma hierarquia de vidas; escolhe quais vidas devem ser representadas e conseqüentemente salvas. (2015)<sup>78</sup>.

Neste sentido, há uma certa proximidade entre feminismo interseccional e marxista, visto que no entendimento materialista histórico e dialético, as condições materiais objetivas são determinantes para se pensar as desigualdades sociais e, igualmente, não hierarquiza as múltiplas opressões, mas sim compreende “não existir primazia de uma opressão sobre outras já que todas são subordinadas a mesma estrutura” (RIBEIRO, 2015). Porém, Djamilia Ribeiro, em entrevista ao canal “Você é feminista e não sabe” (YouTube), utiliza o termo “opressão de classe”<sup>79</sup>, o que deixa implícita a compreensão do feminismo interseccional: classe enquanto estratificação econômico-social, e não enquanto posição que o indivíduo ocupa no sistema capitalista de (re)produção da realidade social, resultando em uma divergência entre a leitura interseccional e a marxista. Isto é,

Em sentido estrito, as diferenciações sociais só assumem a forma de “classe” na sociedade capitalista, porque só nessa forma de sociedade é que o fato de se pertencer a uma dada classe social é determinado apenas pela propriedade (ou controle) dos meios de produção ou pela exclusão dessa propriedade ou desse controle. (BOTTOMORE, 2001, p. 76)

Além do mais,

A teoria marxista entende as classes, antes de tudo, como sujeitos históricos concretos. Para Marx, a sociedade é marcada por um antagonismo fundamental entre todos aqueles responsáveis pela produção e reprodução da realidade social, e aqueles responsáveis por criar suas diretrizes. A questão fundamental nunca esteve ligada à quantidade de moeda impressa que cada um tem ou qual a função que as pessoas precisam desempenhar para obtê-las, mas sim a produção da vida real.<sup>80</sup>

Desta forma, falar em “opressão de classe” nada mais é do que remeter à posição social. Entretanto, a classe trabalhadora não é somente oprimida pela burguesia, ela é explorada. O entendimento marxista em relação à luta de classes é que se trata de exploração de força de trabalho de uma classe sobre outra e, enquanto houver o modo de produção capitalista, essa exploração estará presente. A questão é que, a classe dominante reforça e acirra sua exploração a partir opressões, por isso não há hierarquia entre estas, visto que a tríade capitalismo-patriarcado-racismo opera dominando e explorando a classe trabalhadora (e aqui inclui-se as

<sup>78</sup> Fonte: <http://lugardemulher.com.br/feminismo-interseccional/>. Acesso em 18/03/2018.

<sup>79</sup> Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P88Ln07WvAI> (fala da filósofa sobre “opressão de classe” encontra-se aos 2m27s). Acesso em 19/03/2018.

<sup>80</sup> Rosita Schaefer, 2016. Artigo disponível em: <https://www.novacultura.info/single-post/2016/02/05/Uma-visão-feminista-e-comunista-como-conciliar-classe-etnia-e-gênero>. Acesso em 19/03/2018.



classes média e pequeno-burguesa) em sua totalidade, incluindo as singularidades de gênero e raça/etnia, além de outros atributos despossuídos de poder na estrutura social. Um exemplo para ilustrar a perversidade do sistema de exploração-dominação vigente, é a utilização de força de trabalho de indivíduos portadores de necessidades especiais, que revestido por um discurso de inclusão, tem seu trabalho extremamente desvalorizado através de uma remuneração ínfima. Como acontece também com a população *trans*, exposta à vulnerabilidade brutal das ruas e, quando inseridas no mercado de trabalho formal, ocupam postos de trabalho desvalorizados e com salários irrisórios.

Portanto, a questão divergente entre a leitura marxista e a interseccional, é que a última dá ênfase às diferenças sociais, e não às desigualdades, desconsiderando o racismo e o patriarcado como estruturantes. De qualquer maneira, é grandiosa a contribuição do feminismo interseccional nas lutas sociais, principalmente à luta das mulheres negras, visto que a preocupação com a condição de classe atrelada às demais opressões faz da teoria interseccional uma potência a uma possível unificação de pautas que contemple a emancipação humana, até porque, séculos de história nos mostram a subalternização dos povos negros, escravizados desde a expansão do capitalismo ainda em sua versão mercantilista, e até hoje estigmatizados, através desta pertinente estrutura social racista que nega os direitos, o acesso, a representatividade dos negros e negras, que promove o genocídio da juventude negra com a conivência ou pelas próprias mãos do Estado, enfim, uma sociedade que explora, oprime e mata milhares de pretos e pretas pelo mundo. A obra de Angela Davis, “Mulheres, Raça e Classe”, lançado no Brasil pela editora Boitempo<sup>81</sup>, traz uma leitura essencial para compreender o estigma da escravidão nas mulheres negras estadunidenses, assim como denuncia o racismo presente no movimento feminista hegemonicamente branco e pequeno burguês das norte-americanas. A luta das mulheres negras é imprescindível e admirável, um verdadeiro exemplo às diversas lutas sociais que buscam condições minimamente justas numa sociedade tão desigual quanto a nossa.

Ademais, o feminismo interseccional, por contemplar em suas análises a condição de classe, apresenta uma postura e um discurso anticapitalista. Entretanto, pelo foco estar nas múltiplas opressões e seus pontos de cisão na esfera cultural, isto é, nas diferenças, se expõe uma vulnerabilidade da teoria interseccional em consonância com o neoliberalismo, principalmente no âmbito acadêmico. Sara Salem (2017)<sup>82</sup>, doutoranda no Instituto de Ciências

---

<sup>81</sup> DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2016.

<sup>82</sup> SALEM, Sara. **O Mal-Estar na Teoria Interseccional: Interseccionalidade nas Teorias Viajantes**, 2017. Disponível em: [http://www.contramare.net/site/pt/intersectionality-and-its-discontents-intersectionality-as-traveling-theory/#\\_ftn1](http://www.contramare.net/site/pt/intersectionality-and-its-discontents-intersectionality-as-traveling-theory/#_ftn1) . Acesso em 19/03/2018.

Sociais na Holanda e de naturalidade egípcia, ressalta a crítica à cooptação neoliberal da interseccionalidade:

esse contexto de neoliberalismo pode ser explicado por um processo de cooptação das características radicais da interseccionalidade e de outros conceitos críticos dentro do feminismo. São cooptações que ocorrem graças a mecanismos específicos inseridos na produção do conhecimento que servem para refrear o academicismo crítico (Fraser, 2006, 2007). É de fato uma questão central em qualquer discussão sobre a interseccionalidade em particular e o feminismo em geral: podemos entender a interseccionalidade como outro exemplo de cooptação e, se sim, como impedir tais cooptações? Se é o caso que toda a intervenção crítica na área do feminismo pode ser ou é cooptada e higienizada, torna-se imperativo que os mecanismos que permitem essa cooptação sejam escrutinados.

Ou seja, no contexto do neoliberalismo e sua dominação político-ideológica em todas as áreas, inclusive na academia – produtora por excelência de visão de mundo da hegemonia dominante – qualquer tipo de radicalidade está suscetível à cooptação.

Agora, a consubstancialidade, diferente da interseccionalidade, não faz a leitura segregando as opressões da exploração estrutural capitalista, pelo contrário, é nessa vertente do feminismo – desenvolvida principalmente pelas feministas francesas nos anos 1970 – que encontramos uma abordagem que entende gênero, raça e classe como elementos imbricados, a ponto de formarem um “nó”, isto é, sem hierarquização ou sobreposição entre essas três contradições, mas por uma operação simbiótica:

*A consubstancialidade* entende que as relações de raça, gênero e classe são as relações de poder e imprescindíveis, portanto, para a análise das relações sociais no mundo capitalista contemporâneo, e para a compreensão da relação entre as estruturas e os sujeitos. Nesse sentido, se afasta da *interseccionalidade*, que não coloca as três relações como estruturantes, olhando para as diferenças sociais dentro de um contexto específico. (MOTTA, 2017, p. 83).

É por pensar gênero, raça e classe como estruturantes que a consubstancialidade se aproxima das teorias marxistas, e também por apresentar que, “uma questão analítica fundamental é que a perspectiva da *consubstancialidade* permite pensar o trabalho seja na esfera da produção, seja na da reprodução, a partir da divisão sexual do trabalho” (idem). Inclusive, Heleieth Saffioti, nossa principal referência nos estudos de gênero neste trabalho, leu os escritos de Daniele Kergoat, referência do feminismo consubstancial francês. Porém, Saffioti não chega a se declarar como uma “feminista consubstancial”. Se cabe ou não esse título à Saffioti, somente uma análise aprofundada de sua obra poderia permitir tal afirmação. Vale

ressaltar, enfim, que tanto interseccionalidade como consubstancialidade são termos e perspectivas de análise em construção, em disputa.

Por fim, não podemos deixar de lembrar do chamado *feminismo insurgente*. Sobre o feminismo insurgente – ou revolucionário – de certo, podemos afirmar ser uma vertente pouco conhecida, principalmente no meio acadêmico. Por feminismo do tipo insurgente, característico de movimentos indígenas e de resistência guerrilheira na América Latina, entende-se como uma concepção ético-política revolucionária da realidade, que sustenta sua luta dentro e fora da organização a qual faz parte<sup>83</sup>. É a luta feminista das mulheres que integram processos de resistência revolucionários, como as zapatistas no México e as farianas das FARC-EP na Colômbia (Figura 21).

**Figura 21. Mujeres Guerrilleras del Bloque Occidental Alfonso Cano.**



Fonte: <http://www.uniminutoradio.com.co/las-farc-tambien-tienen-rostro-de-mujer/> . Acesso em 22/03/2018.

Feminismo insurgente configura-se como o mais combativo e próximo de uma transformação estrutural da realidade que, dentro de suas limitações organizacionais, possuem um potencial efetivo de modificar o entendimento das relações de gênero, isto é, das relações entre homens e mulheres em um contexto de guerrilha e resistência, promovendo *novas* relações

---

<sup>83</sup> “Hoy por hoy, en el nuevo movimiento político de las FARC-EP, las mujeres guerrilleras están posicionando el feminismo insurgente, como una concepción ético-política revolucionaria de la realidad, que sostiene su lucha dentro y fuera del partido”. (GÓMEZ, E. R., 2017). Acesso em 19/03/2018. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2017/08/29/del-feminismo-sufragista-al-insurgente-la-rebeldia-de-las-mujeres-como-clave-para-la-paz-en-colombia/> .

entre seus membros. Em 2017, foi lançado pelas mulheres farianas as *Tesis de mujer y género FARC-EP*, no formato de 5 capítulos e 31 teses, onde as militantes guerrilheiras reiteram o posicionamento antipatriarcal de sua organização política, algo conquistado a partir de muita reflexão e luta acerca da condição da mulher. Nas palavras da fariana Victoria Sandino <sup>84</sup>,

nosotras hablábamos de los derechos de las mujeres, de la igualdad entre mujeres y hombres, pero no habíamos abordado el tema de la teoría feminista propiamente. Es a partir de La Habana que empezamos a hacer un estudio juicioso, concienzudo de todas estas teorías, y también el intercambio con las mujeres cubanas, intercambio con todas las mujeres que transitaron por Cuba a lo largo del proceso de paz, especialmente las mujeres colombianas. Eso nos llevó a declararnos, a muchas de nosotras, feministas ¡y por supuesto que yo estuve entre ellas! Todo este camino nos llevó no solamente a declararnos, sino también a construir nuestra propia reivindicación alrededor del feminismo desde nuestra práctica, identificar que esa práctica que habíamos tenido, pues no era otra cosa más que el **feminismo insurgente**<sup>85</sup>. (2017).

O teor combativo do feminismo insurgente vem justamente deste olhar feminista de si, do entender-se mulher enquanto sujeito ativo e político, como afirma Victoria Sandino (2017), “en esa medida es que nosotras entendemos y reivindicamos el tema de las sujetas políticas, es decir, que somos mujeres activas políticamente, que estamos en el debate permanente, en la toma de decisiones y en las acciones que estuvimos realizando al interior de la organización”. Mas, o entendimento da mulher enquanto sujeito político não se dá de maneira desvinculada de suas condições de classe e etnia. Então, a perspectiva insurgente de feminismo abarca as questões de classe, gênero e raça/etnia de forma magnífica, como fica explícito no 3º capítulo das *Tesis de mujeres y género*, intitulado *Línea de Feminismo de las FARC-EP*:

El feminismo para las FARC-EP, es de carácter emancipatorio pues se reconoce que se constituye a partir de la necesidad de la redistribución de la riqueza y se enmarca dentro de la lucha de clases. Pero además porque se levanta contra todo tipo de opresión, no solamente contra la opresión de las mujeres; también busca grandes transformaciones a favor de las inmensas mayorías excluidas históricamente. Nadie se libera solo ni sola, ningún grupo, etnia, organización, se libera de manera individual, es necesario el trabajo conjunto de todos y todas quienes pertenecemos a la clase proletaria para la liberación colectiva, dado que en el sistema capitalista es la clase obrera la que principalmente sufre la subordinación del patriarcado. Es emancipador, porque permite la autonomía en la toma de decisiones de las mujeres, en sus relaciones con el entorno político y social y permite fortalecer la práctica revolucionaria en su cotidianidad, desarrollando la premisa “lo personal es político”.

---

<sup>84</sup> Victoria Sandino, em entrevista à Angela Paz pela Revista Virtual La 13 – Publicación de la Red Nacional de Mujeres Excombatientes de la Insurgencia, 2017. Disponível em: <http://www.revistala13.com/publicacion-n11/el-feminismo-insurgente.html> . Acesso em 19/03/2018.

<sup>85</sup> Grifo nosso.

Pois, mesmo com as intensas e necessárias discussões teóricas, diante das condições objetivas dadas em situação de guerrilha e resistência latino-americanas, este feminismo ocorre na prática, no cotidiano, afinal, para além da necessidade de se construir novas relações humanas, as mulheres neste contexto empunham armas – a experiência nicaraguense nos mostra a diferença que isso faz na compreensão de si e em relação aos demais companheiros de luta<sup>86</sup>.

As mulheres zapatistas (Figura 22) são também exemplo de feminismo insurgente, deliberando uma luta não só contra o patriarcado imposto desde os colonizadores europeus, mas por pão e terra, reivindicando o respeito à cultura e a autodeterminação dos povos indígenas. De acordo com Lhullier (2015),

Não mais dispostas a calar e resistir, convocam inúmeras comunidades e organizações indígenas e formulam a Lei Revolucionária das Mulheres do EZLN, que engloba dez principais reivindicações, dentre as quais se define que “as mulheres, sem importar sua etnia, credo ou filiação política, possuem o direito de participar da luta revolucionária no local e no grau que sua vontade e sua capacidade determinarem”. Ainda, podem “ocupar cargos de direção na organização e possuir cargos militares nas forças armadas” e “possuem o direito de participar em assuntos da comunidade e de possuir cargos se são elegidas livre e democraticamente”. Para a comunidade indígena, tais leis significavam uma verdadeira revolução. Nesse sentido, a tomada de consciência que proporciona a ação e a resistência à tais práticas já internalizadas na sociedade permite a incorporação pelas mulheres de uma nova realidade social no ambiente Zapatista, onde podem ser sujeitas de direito pleno.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> Capítulo II, p. 65.

<sup>87</sup> LHULLIER, Clara. “Mujeres de Maíz: a luta das mulheres indígenas na Revolução Zapatista”. (2015). <https://jornalripuc.wordpress.com/?s=zapatistas> . Acesso em 19/03/2018.

**Figura 22. Mujeres zapatistas, 1º de enero de 1994.**



Fonte: <https://lasiniestra.com/la-rebelion-zapatista-y-el-festejo-de-su-no-cumpleanos/> . Acesso em 22/03/2018.

Para além das farianas e zapatistas, existem outros movimentos de mulheres que podemos considerar insurgentes na América Latina e devem ser lembrados, como os de mulheres indígenas de várias etnias em toda a América Andina; as mulheres trabalhadoras rurais da Via Campesina; e, no Brasil, as mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra – MST e Via Campesina (Figura 23), e seus potentes atos de resistência frente aos ataques do capital<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> Como não recordarmos dos intensos 08 de março promovidos por essas lutadoras, em especial o evento de 2015 onde mais de mil mulheres sem-terra destruíram milhares de mudas transgênicas da empresa Futura Gene. Para mais informações: <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2015/03/mst-invade-fabrica-e-destroi-milhares-de-mudas-geneticamente-modificadas.html> . Acesso em 19/03/2018.

**Figura 23. Mulheres do MST protestam contra a empresa Vale, março de 2017.**



Fonte: <https://viacampesina.org/es/evento/brasil-mujeres-sin-tierra-denuncian-al-minera-vale-por-no-pagar-contribucion-del-inss/> . Acesso em 22/03/2018.

Por fim, e não menos importante, lembramos das mulheres curdas no Oriente Médio. A organização de mulheres no Curdistão (Figura 24) – atrelada ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que se baseia em uma leitura progressista dos escritos sagrados mulçumanos – atuam através da YPJ – resistência armada feminina –, que tomou destaque internacional no enfrentamento contra o Estado Islâmico (ISIS). Mais que resistir às guerras imperialistas e ao ISIS, o PKK visa um modelo de sociedade que não se trata do Estado-Nação, e sim de um Confederalismo Democrático, um “sistema sem um Estado centralizado, onde as mulheres desempenham um protagonismo central para a construção de uma sociedade livre. Neste sistema, a libertação das mulheres é a primeira condição para uma sociedade livre”. Complementa Melike Yasar (2016),

é um sistema anarquista, marxista, socialista, feminista. Todas as correntes de pensamento anti-capitalistas podem conviver neste sistema. Há uma perspectiva socialista, mas, para nós, o socialismo é uma nova forma de vida contrária à forma da modernidade capitalista.<sup>89</sup>

<sup>89</sup> Entrevista à Melike Yasar, 21 de março de 2016, disponível na íntegra no link: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/a-luta-incomum-das-mulheres-curdas/> . Acesso em 19/03/2018.

**Figura 24. Mulheres combatentes curdas, outubro de 2016.**



Fonte: <http://www.revistadiaspora.org/2017/09/14/combatentes-vitimas-e-ativistas-as-mulheres-e-a-batalha-de-mossul/> . Acesso em 22/03/2018.

Exemplo de luta e perseverança em uma situação de guerra e resistência, a luta das mulheres curdas é uma inspiração, um movimento paradigmático que leva a pensar sobre a complexa luta das mulheres pelo mundo, das diversas formas de opressão e suas especificidades, e dos modos de combatê-las. Além da reflexão sobre a superação do sistema imposto, e a importância das lutas por libertação para a construção de outras formas de sociedade e sociabilidade possíveis<sup>90</sup>.

Diante dos argumentos expostos, portanto, há de se considerar essencial o abarcamento das questões pertinentes à classe nas lutas feministas, algo que o marxismo pode (e deve) proporcionar não só ao feminismo, mas às demais lutas sociais. Agora, se por um lado é necessário que as lutas feministas se pautem nas questões de classe para uma leitura da realidade em sua totalidade e para a práxis revolucionária, é imprescindível ressaltar que o marxismo deve também incorporar o feminismo, deixando para trás os resquícios de uma ortodoxia, de

---

<sup>90</sup> Sobre a luta das mulheres no Curdistão, sugerimos o documentário “Mulheres curdas em guerra contra o Estado Islâmico (ISIS)”, do canal *RT en Español*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c-swEaaik8g>. Acesso em 21/03/2018.



um “revisionismo antifeminino”, como os absurdos cometidos e pronunciados pelos socialistas alemães, a exemplo de Bernstein e Bebel. Este último, como um grande hipócrita que foi, escreveu a obra “A mulher e o socialismo”, porém, de acordo com D’Atri, “foi quem atacou com os mais duros epítetos misóginos a Rosa Luxemburgo” (2011, p. 154).

Ora, não há contradição entre feminismo e marxismo. Pelo contrário, são teorias sociais que se baseiam na transformação estrutural da sociedade através da ação política, isto é, da ação coletiva dos sujeitos, e assim, complementam-se. Nas palavras de Cisne,

Nesse sentido, as lutas contra as opressões culturais (de raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, meio ambiente, nacionalidade, etc.) são, fundamentalmente, recortes das desigualdades sociais – de classe, ou seja, não são novas questões sociais, pois não estão acima, tampouco agem independentes da contradição entre as classes. (2012, p. 103).

Não há, portanto, dicotomias entre feminismo e marxismo, visto que a questão de classe permanece, e os problemas tidos “culturais” como as questões de gênero e raça/etnia, perpassam pela condição da classe social. São contradições imbricadas. Uma mulher branca trabalhadora por certo não sofre a opressão de raça que uma mulher negra trabalhadora está exposta. Assim como um homem burguês pode, em nome de sua supremacia masculina, espancar sua companheira, também burguesa. Porém, a mulher burguesa domina e explora homens e mulheres de sua classe antagônica. Enfim, é a grande máxima das opressões vivenciadas de formas diferentes pelos indivíduos sociais: o gênero ou a raça/etnia pode até nos unir, mas a contradição de classe nos divide.

### **3.2 O avanço neoliberal na América Latina e seu impacto no movimento feminista nicaraguense**

*“Neoliberalism turns a sow's ear into a silk purse by elaborating a narrative of female empowerment. Invoking the feminist critique of the family wage to justify exploitation, it harnesses the dream of women's emancipation to the engine of capital accumulation”.*<sup>91</sup>  
(Nancy Fraser)<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> “Neoliberalismo transformou uma orelha de porco em uma bolsa de seda através da elaboração de uma narrativa de empoderamento feminino. Invocando a crítica feminista do salário familiar para justificar a exploração, aproveita o sonho de emancipação das mulheres para o mecanismo de acumulação de capital”. Tradução livre.

<sup>92</sup> FRASER, N. “How feminism became capitalism's handmaiden - and how to reclaim it.” In. The Guardian, publicado em 14 de outubro de 2013. Acesso em 04/03/2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal> .

Para além das questões teóricas levantadas, há de se pensar o contexto, o “pano de fundo” destas discussões. Apenas apontar críticas aos feminismos “pós” em relação a postura teórico e metodológica do marxismo, não basta para compreender o porquê desta tensão, ou desta polémica acerca do distanciamento entre a luta das mulheres e a luta de classes. Na realidade, o avanço das teorias pós-modernas, o recuo da combatividade e a negação da centralidade de classe das lutas sociais, são reflexos de um complexo sistema político-social-econômico, capaz de gerar uma concepção de mundo apoiada no passado liberal, projetada para um avanço ainda mais ofensivo da lógica do mercado, e que se alastrou por todo o globo de forma inexorável: o *neoliberalismo*.

A expansão capitalista sob seu formato neoliberal alcançou patamares que o seu “irmão mais velho”, o liberalismo de tipo clássico, não foi capaz de chegar. De acordo com Sanches,

Há, aqui, os elementos que corroboram para com a distinção entre o neoliberalismo e o liberalismo. A primeira, e importante característica, é o abandono do primeiro aos valores universais e sua posição técnica de receituário econômico. A segunda é ainda mais latente: a recente - década de 1970 - demonstração histórica do sucesso mercado, faz com que o neoliberalismo exija “uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo e da livre-concorrência, não mais por uma questão de opção ideológica, em obediência à uma dada visão de mundo, mas por uma questão de respeito às coisas ‘tal como elas são’” (PAULANI, 2005, p. 126). Aos neoliberais não cabe lugar para o dissenso, é preciso tê-lo como um dogma religioso em que a rendição deve ser completa. (2015, p. 156).

Assim, é com essa tendência de “rendição completa” que percebemos o êxito no formato neoliberal de expansão do capitalismo, a partir dos anos 1970, de se globalizar e levar sua ideologia aos quatro cantos do planeta. Na América Latina, as políticas neoliberais não demoraram a chegar. Lembrando que, para pensarmos a implantação do neoliberalismo nos países latino-americanos, se faz necessário, primeiramente, recordar do contexto histórico do momento, considerando que nos anos 1970, o Muro de Berlim, a URSS, Cuba com mais de uma década de socialismo, e os processos de resistência anti-imperialista na região centro-americana, ainda estava em vigor. É o auge da Guerra Fria.

Com exceção do Chile, que teve a primeira experiência neoliberal ainda nos anos 1970 durante o regime ditatorial de Pinochet, o neoliberalismo passa a ser introduzido na América Latina a partir dos anos 1990, num período bastante delicado para diversos países: o da redemocratização daqueles Estados que permaneceram por décadas sob ditaduras militares violentíssimas. Desta maneira, as políticas neoliberais não chegam como uma proposta de reorganização econômica do capital simplesmente, e sim aparecem como “democracia”, ou

seja, num período de grandes disputas hegemônicas, onde nações como Brasil e Argentina (na região Sul) viviam sob regimes militares e, na região da América Central, graças ao abalo cubano, os Estados Unidos da América, sob o mandato de Ronald Reagan, procurava reestabelecer sua hegemonia na região centro-americana, como na Nicarágua, na Guatemala e El Salvador. A situação provocada pelos EUA nesses países era de guerra. A saída democrática, portanto, parecia ser a solução, mesmo que sob o formato do neoliberalismo.

No que concerne as discussões teóricas no período em voga, o neoliberalismo, ao se instalar nos países periféricos, como os latino-americanos, provocou uma série de mudanças não só econômicas, mas de cunho político e ideológico que afetou várias áreas de atuação dos movimentos sociais, na qual damos ênfase ao movimento feminista, como já mencionado em fins do capítulo anterior.

A priori, devemos ressaltar que o advento do neoliberalismo já nos anos 1970 nos EUA e na Inglaterra, gerou uma série de alterações nas agendas de organizações sociais e políticas. A estadunidense Nancy Fraser, referência da teoria feminista contemporânea, percebeu e teceu uma crítica acerca da aproximação entre o feminismo de segunda onda e o neoliberalismo. Por mais que, para a autora, “o feminismo de segunda onda emergiu da nova esquerda anti-imperialista e da efervescência mundial contra a Guerra do Vietnã no final da década de 1960” e “lutou por uma transformação sistêmica que fosse ao mesmo tempo econômica, cultural e política” (SCHILD, 2017, p.100), ele veio a convergir com as políticas neoliberais através daquilo que Fraser identificou como uma espécie de resignificação de objetivos. Nas palavras de Schild,

a principal razão pela qual o feminismo de segunda onda acabou prosperando na era do capitalismo neoliberal a partir da década de 1980 é que esses objetivos foram “ressignificados”, sugere Fraser. A crítica feminista ao economicismo evoluiu para uma ênfase voltada à cultura e identidade, desligadas do anticapitalismo; o ataque ao conceito androcêntrico de homem provedor foi assumido pela “nova economia”, que recebeu com boa vontade o trabalho remunerado das mulheres, já que permitia ampliar a tendência em direção a uma mão de obra flexibilizada e de baixos salários, e normalizava a família com dois provedores. A crítica do feminismo à burocracia podia se unir ao ataque neoliberal contra o Estado e a promoção das ongs; seu internacionalismo se encaixava bem no maquinário da “governança planetária”, por mais que esta estivesse dedicada à reestruturação neoliberal. Fraser não abordava correntes ou práticas feministas específicas, mas, ao contrário, a “guinada sutil” no significado das ideias feministas: em outra época claramente emancipadoras, sob o neoliberalismo elas haviam se “sobrecarregado de ambiguidade” e tornado suscetíveis a servir às necessidades de legitimação do capitalismo. (*idem*, p. 101)

É nessa ambiguidade adquirida pelo movimento feminista dos países de capitalismo avançado que está o perigo da cooptação, do abandono da combatividade e à adequação ao jogo no tabuleiro neoliberal, promovendo distorções nas pautas e a crescente *onguização* das organizações de luta. Portanto, àqueles feminismos já mencionados (pós-estruturalista, desconstrutivista, pós-moderno e liberal), que deslocam a centralidade da classe para os problemas culturais, que lutam não mais por redistribuição, mas sim por reconhecimento, de maneira consciente ou não, acabaram por contribuir para o alinhamento das questões de gênero à lógica do mercado, ao enxugamento do Estado, reforçando a exploração da mão-de-obra barata feminina, e assim, reforçando a dupla jornada da mulher. E, como pontuou Fraser sobre a origem dessas tendências, não significa que estas são de fato conservadoras, mas possuem um limite conforme o contexto que surgiram e, como mostra Mary Garcia Castro (2000, p. 102), em relação às

tendências pós-estruturalistas e pós-modernistas no feminismo – agenda importante para os marxistas – o que exigiria ultrapassar as rotulações depreciativas sobre tais correntes, e considerar as condições materiais e históricas em que surgiram, situando-as num contexto de fortalecimento do capitalismo tardio e de duros golpes para as esquerdas e para os projetos emancipatórios em geral. Ainda que se reconheça que tais tendências não são conservadoras, nem se definam como pró-capitalistas, elas não se propõem a identificar agências e sujeitos de mudanças. Inclusive, algumas vertentes rejeitam a centralidade proposta no marxismo para a classe proletária e projetos de revoluções sociais, não pretendendo ir além de críticas textualizadas e, muitas vezes, não contextualizadas. Por outro lado, podem dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie do capitalismo atual, via uma postura blasé, de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, explorações de classe, ao insistirem no abstrato, em fragmentações, diferenças, pluralidade, diversidade, sem nomear poderes e privilégios de classe ou de raça.

Deste modo, fica visível o deslocamento, ou ressignificado de objetivos que o neoliberalismo causou nos movimentos feministas e aqui adentramos na questão da América Latina. Pois, para pensarmos o feminismo latino-americano, seria deveras pretencioso que uma teórica estadunidense como a Nancy Fraser tivesse uma leitura certa sobre o que se passa com os movimentos de mulheres nos países periféricos. Pelo contrário, apesar de ser uma feminista que se coloca no campo de esquerda, ao tratar da situação dos movimentos em países colonizados, ela como “colonizadora”, se equivoca ao homogeneizar o feminismo da segunda onda a todas as situações. Schild pontua que,

Uma crítica óbvia que pode ser feita à explicação de Fraser é que o homogêneo “feminismo de segunda onda” a que ela se refere nunca existiu. Os movimentos de mulheres na década de 1970 sempre foram diversos e, muitas

vezes, estiveram de fato profundamente divididos. A experiência latino-americana nos sugere uma imagem muito mais complexa. (2017, p. 101-102).

Além do que, em termos de América Latina, as origens e o perfil dos movimentos sociais (isto é, não só o feminista), possuem uma trajetória bastante diferenciada daqueles dos países de capitalismo avançado. Schild complementa afirmando que

Os movimentos feministas emergidos na região [latino-americana] não eram uma mera imitação das experiências norte-americanas. Com frequência, eles supunham reconfigurações de correntes preexistentes – socialista, anarquista, católica, liberal – com tradições de ativismo, pesquisa e intervenções culturais que remontavam ao século XIX. (*idem*, p. 102).

Portanto, o feminismo da segunda onda, dos anos 1960 em diante, expressou-se de formas diferenciadas nos países do Norte em relação aos do Sul, justamente pelo contexto em que eles se deram. “Em outras palavras, os feminismos latino-americanos estiveram sempre marcados pelas dinâmicas sociais, políticas e econômicas da região em geral. Esses foram os contextos em que ganharam forma as relações, muitas vezes contraditórias, com as ideias feministas do Norte” (*idem*, p. 105), como podemos ver através dos exemplos de feminismo insurgente das mulheres indígenas zapatistas, das farianas das FARC-EP e do movimento de mulheres nas lutas campesinas.

Foi a partir dos anos 1990, com a implementação do neoliberalismo nos países latino-americanos, que o cenário começa a mudar no bojo das discussões das relações de gênero e das práticas políticas feministas e, por consequência, de forma diferenciada entre os países de “Primeiro Mundo” e o “Terceiro Mundo”, a começar pela própria maneira na qual foram implantadas as políticas neoliberais, levando em consideração a dinâmica entre as dimensões interna e externa que configura um período de crise: fim da URSS e a recente queda do Muro de Berlim (1989), o reestabelecimento hegemônico dos EUA na região latino-americana, e a crise da dívida externa. Nas palavras de Mathias (2012, p. 124),

Ressalta-se que após a crise da dívida, a realidade latino-americana adquiriu uma configuração que correspondia ao subdesenvolvimento, endividamento externo e contração da atividade produtiva nacional, com aumento da economia informal. Visto da perspectiva do sistema internacional, esses elementos configuram a questão social como um componente crítico-negativo ao desenvolvimento das nações latino-americanas e um diferenciador das reais condições de inserção internacional. Todavia, importa a nós destacar, mesmo que os governos não tenham uma estratégia clara, resultante de um plano de intervenção na atividade econômica, de alguma maneira os Estados acabam produzindo estratégias para o desenvolvimento, pois elas são expressões das relações de poder entre as forças políticas que operam na sociedade.

Se os Estados acabam por produzir seus meios para desenvolver por serem “expressões das relações de poder entre as forças políticas” atuantes no contexto social, sendo o movimento feminista um dos mecanismos de disputa de poder na sociedade, podemos pressupor que a ação política das mulheres também encontraria seus meios de avançar. Ainda de acordo com Mathias,

Na América Latina, a tônica neoliberal norteou o discurso e conduziu a prática não só de grupos e classes sociais nacionais, mas também de equipes governamentais. Naquele momento, todos que almejavam maior acesso aos mercados e ao capital internacional, acreditaram que a ascensão seria propiciada pela implementação da nova versão do receituário liberal. (2012, p. 124).

É essa movimentação da lógica de mercado nas sociedades latino-americanas que vai determinar as ações políticas dos grupos minoritários no sentido de encontrar “um lugar ao sol” diante do rol de “oportunidades” que o neoliberalismo possibilitava aos indivíduos que viveram por décadas sob regimes militares e em estado de guerra. Diante do contexto internacional já citado, portanto, um cenário de derrota das perspectivas da esquerda socialista e de desmonte total dos movimentos de resistência à ofensiva de reestabelecimento da hegemonia estadunidense na América Latina – inclui-se aqui a guerra contrarrevolucionária financiada pelos EUA na Nicarágua – que o neoliberalismo vendeu a ideia de que “a emancipação das mulheres passou a ser considerada em função de sua participação no mercado”, e, em relação aos já mencionados meios de avançar diante da nova configuração neoliberal,

como menciona Fraser, o feminismo prosperou na era do neoliberalismo; deixou de ser “um movimento contracultural radical” para se tornar “um fenômeno social de massas” que transforma opiniões sociais e remodela as percepções predominantes sobre a família, o trabalho e a dignidade. (SCHILD, 2017, p. 106).

Na Nicarágua, a implantação do neoliberalismo veio junto com o acontecimento que demarcou o fim do processo revolucionário popular sandinista, a vitória de Violeta Chamorro nas eleições de 1989. Chamorro apelou para o emocional das mães que, assim como toda a população nicaraguense, estavam esgotadas com a guerra, e só desejavam o regresso de seus filhos e filhas às suas famílias. Sobre a guerra contrarrevolucionária, nossa entrevistada María Mercedes (2018) reitera que, “apesar dos erros cometidos pelo governo sandinista, aliás, muito comentados, eu atribuo à guerra o fracasso do projeto. O país inteiro estava sufocado pela guerra”, e acerca da situação das mulheres,

Além da dupla jornada de trabalho, a escassez de muitos bens básicos, e principalmente a guerra e as tarefas da defesa da revolução sobrecarregavam as mulheres. Enfrentaram os problemas com muita valentia, era terrível olhar para aquelas mães que perderam seus filhos na guerra, muitas perderam mais de um.

Temos a metamorfose dos movimentos feministas no período neoliberal, e assim ocorreu na região latino-americana e na Nicarágua. O movimento de mulheres sandinistas, fortemente marcado por seu conteúdo de classe e um dos exemplos mais contundentes de esforços para a unificação dos subalternos, reduziu-se em reproduzir os mecanismos de atuação política dentro da lógica neoliberal, ou seja, em organizações não governamentais, diante de tantas derrotas consecutivas desde a primeira metade da década de 1980. A primeira derrota foi a invisibilidade de suas pautas em nome da unidade nacional que levou ao triunfo da Revolução Sandinista, a segunda derrota se deu a partir da vitória de Chamorro<sup>93</sup>, que mesmo sendo mulher em nada representava os anseios das combatentes sandinistas – era considerada, inclusive, antifeminista devido seu viés liberal –, e por fim, a derrocada do processo revolucionário como um todo. Essa “metamorfose” no movimento de mulheres na Nicarágua é o aspecto transformista na luta destas.

Se, por transformismo e suas variantes entendemos ser o processo de mudança histórica através da cooptação de lideranças (molecular) e/ou movimentos inteiros (ampliada), cujo o conteúdo é a revolução passiva, mas que pode ser analisado sem a necessidade desta ocorrer, pensar a cooptação das pautas feministas e o alinhamento da luta das mulheres ao receituário neoliberal é justamente reiterar que a radicalidade da luta foi ceifada, os anseios revolucionários passaram a buscar espaço dentro da lógica neoliberal e, por consequência, acabaram aderindo ao modelo usual de organizações feministas nesta conjuntura: as ONGs.

O processo de *onguização* das organizações de luta chega à Nicarágua com a vitória de Chamorro, e, inclusive, a *Asociación de Mujeres Nicaragüense “Luisa Amanda Espinoza”* (AMNLAE), fundada em 1977 pelas mulheres sandinistas (antiga AMPRONAC), principal aparelho específico das mulheres sandinistas, logo no início dos anos 1990 se tornou uma organização não-governamental, como consta no portal da AMNLAE:

La Asociación de Mujeres “Luisa Amanda Espinoza”, AMNLAE es una Organización No Gubernamental con personería jurídica aprobada por el

---

<sup>93</sup> Ao ganhar as eleições da Nicarágua em 1989, Chamorro acaba por demonstrar a heterogeneidade da categoria “mulher”. Ser mulher e chegar ao poder não significa conquistas para as trabalhadoras. Porém, como já reiterado, deve-se levar em consideração que em momento algum antes e após o triunfo – queda de Somoza – os EUA deixou de intervir de forma militar na Nicarágua. Foi o estado de guerra que sufocou muito das lutas, e levou as mulheres, principalmente mães, à exaustão.

Ministerio de Gobernación en Marzo de 1990, mediante el Decreto No. 144 de la Asamblea Nacional.<sup>94</sup>

Todavía, esse processo de *onguização* ocorreu sob vários debates, não foi algo na qual as feministas na Nicarágua aderiram de pronto. De acordo com as nicaraguenses Lira e Martínéz (2010, p. 66),

El papel de las ONG de mujeres ha sido uno de los temas que ha producido los más fuertes debates entre los diferentes grupos del movimiento. Las posiciones se dividían básicamente en dos planteamientos: aquellas que afirmaban que la tendencia de oenegización de los grupos afectó la naturaleza del movimiento y cambió sus acciones políticas, de tal manera que se necesita recuperar el carácter “movimientista”, a fin de emprender acciones sociales y políticas más beligerantes. El segundo planteamiento sostiene la necesidad de dotar a los diferentes grupos del movimiento de legalidad jurídica bajo la forma de ONGs para tener mayor reconocimiento del Estado, mayores posibilidades de incidencia en las políticas públicas y más acceso a los fondos de cooperación.

Ademais, assim como a AMNLAE, outras organizações que iniciaram enquanto movimentos sociais e posteriormente cambiaram para organizações não governamentais, deixam ainda mais evidentes os aspectos transformistas na luta das mulheres nicaraguenses. Como ocorreu com a *Asociación Movimiento de Mujeres Nidia White* de Puerto Cabezas, a RAAN, fundada em 1980 e que, em 1990 tornou-se reconhecida legalmente como ONG, associada à IAF – *Inter American Foundation*, uma agência de fomento independente do governo dos EUA<sup>95</sup>. Nas palavras de Lira e Martínéz,

En buena medida, el fenómeno de la oenegización del movimiento estuvo influido por la cooperación y la necesidad de contar con fondos suficientes para luchar por los derechos de las mujeres. Este proceso causó distorsiones en el funcionamiento y las acciones del movimiento, pues las organizaciones y grupos dedicaron gran parte de sus esfuerzos a prestar servicios más que a generar acciones sociales y políticas. Tal cosa fue lo que ocurrió, por ejemplo, en la RAAN, cuando el movimiento le dio vida a una ONG que presta servicios a las mujeres, eficientemente, pero ha perdido su naturaleza de movimiento social. Este mismo fenómeno ha sido experimentado por diversos grupos del movimiento. (2010, p. 66).

Em suma, este é o grande dilema enfrentado não só pelas nicaraguenses, mas por toda a América Latina, reflexo do transformismo presente no movimento de mulheres latino-americanas pós anos 1990: por um lado, ter a possibilidade de acesso a fundos para prestação de serviços e assistência às mulheres que, se considerar a situação muitas vezes de miséria e de violência as quais estão expostas, são serviços de muita utilidade diante do descaso das

---

<sup>94</sup> Fonte: <https://amnlac.wordpress.com/sobre-amnlac-2/> . Acesso em 21/03/2018.

<sup>95</sup> Para mais informações, acessar: <https://iaf.gov/our-work/where-we-work/country-portfolios/nicaragua/2015-nidia-white> .



instituições governamentais com essas pautas; e, por outro lado, vivenciar o desmantelamento das lutas sociais acerca às questões de gênero, dissipadas pela influência neoliberal.

### 3.3 As experiências revolucionárias soviética e sandinista: mulheres e luta de classes

*“Durante a guerra, a repressão representou um papel importante na motivação das mulheres para a participação. Antes do triunfo, as mulheres dos setores populares foram as mais ativas. Estamos aprendendo agora que, mesmo quando não há ameaça de repressão, as mulheres operárias e camponesas continuam sendo as mais ativas. E por que isso acontece? Temos observado que a mulher profissional, a mulher pequeno-burguesa, precisamente porque encontra canais de expressão através da sua própria profissão, através de sua atividade individual, necessita de mais atenção, mais persuasão talvez, para compreender a necessidade de sua integração total. Por outro lado, a mulher da base necessita mais da coletividade. Por si mesma a proletária dá uma resposta mais consciente e mais consequente. É assim que comprovamos na prática o aspecto classista da luta da mulher”.*  
(Gloria Carrion)<sup>96</sup>

A mulher russa do pós-1917 e a mulher nicaraguense da década de 1980 possuem um tipo de experiência peculiar e bastante semelhante entre elas: ambas tiveram a oportunidade de vivenciar processos revolucionários populares vitoriosos em suas sociedades e no seu tempo, bem como disfrutaram de avanços imediatos. Todavia, ambas vivenciaram a derrocada de suas conquistas, o difícil término da revolução e a reestruturação da hegemonia burguesa em seus países. Precisamente por essa trajetória em comum que as mulheres soviéticas e sandinistas são referência para nós, por lutarem e permanecerem na luta. As determinações históricas presentes na continuidade das lutas feministas russa e nicaraguense demonstraram a força e perseverança da sede por mudanças e pela tentativa de construção de uma nova sociedade, de uma nova hegemonia, a proletária. Assim, elas continuam sendo um potente referencial, tanto pelas vitórias obtidas quanto pela derrota, que nos elucida a pensar o passado, entendendo o presente e projetando um futuro.

---

<sup>96</sup> Gloria Carrion, In. RANDALL, 1982, p. 63-64.

O movimento feminista russo demarcava presença desde meados do século XIX, acirrando seus debates e adquirindo um viés classista principalmente entre 1905 e a Revolução de Outubro de 1917. Conforme Maria Orlanda Pinassi (2017),

De inmediato, los debates acompañaban a las feministas de Europa Occidental girando en torno de la conquista de la ciudadanía, como el sufragio universal. Pero, a partir de la difusión de las ideas de Marx, Engels, Bebel y Clara Zetkin sobre las mujeres, la cuestión adquiere connotación social y de clase. Los estudios de Engels sobre el tema, *La situación de la clase trabajadora en Inglaterra* y *El origen de la familia, la propiedad privada y del Estado*, así como trechos de la *Ideología alemana* y del *Manifiesto de 1848*, que escribió con Marx, trazan importantes y decisivas concepciones sobre las mujeres, la división social del trabajo y la desnaturalización de la dominación patriarcal a partir de la crítica radical de la propiedad privada.<sup>97</sup>

A experiência das mulheres soviéticas – resgatada recentemente em várias publicações inclusive no português<sup>98</sup> – foi uma das mais bem-sucedidas no que diz respeito a avanço de pautas e de tentativa de transformação da estrutura familiar e doméstica. Como afirmou Heleieth Saffioti (2013, p. 139), “a experiência soviética demonstra que, se a libertação da mulher e sua consequente integração plena na sociedade não se realizou completamente sob o regime socialista, foi neste regime que ela atingiu seu maior grau”. Isso porque em relação à participação na estrutura econômica da URSS, as mulheres ocuparam uma posição quase paritária com a dos homens, assumiram postos de trabalho diversos, em funções muitas vezes tidas como masculinas, e tiveram acesso à instrução superior, além da tentativa de socialização do trabalho doméstico, onde a construção de creches, restaurantes e lavanderias comunitárias contribuíram para aliviar, em certa medida, a condição da mulher de cuidado no âmbito privado.

Foram nos primeiros anos da revolução soviética que os avanços mais significativos das mulheres foram implementados: regularização e direito ao aborto seguro e legal, proteção e suporte às mulheres em condição de prostituição, regularização da homossexualidade, medidas educativas e socioeconômicas na tentativa de socialização do trabalho doméstico não-produtivo entre homens, mulheres e a sociedade como um todo, a partir da construção de creches, lavanderias e restaurantes coletivizados, a inserção das mulheres em postos de trabalho

---

<sup>97</sup> Texto disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-60/mujeres-en-la-revolucion-rusa-conflictos-entre-ley-y-vida> . Acesso em 21/03/2018.

<sup>98</sup> “Mulher, Estado e Revolução” (2014) de Wendy Goldman, e “A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética” (2017) são exemplos de publicações recentes sobre o tema, sendo o primeiro um estudo sistemático acerca da Revolução Russa e do Estado soviético em relação às mulheres entre 1917 e 1930; e o segundo são textos das próprias soviéticas, como Nadiéjda Krúpskaia, ambos publicados pela editora Boitempo. Além destes títulos, há também a publicação inédita pela editora Expressão Popular, da obra de Nadiéjda Krúpskaia, “A Construção da Pedagogia Socialista” (2017).

produtivo, acesso ao ensino superior, proteção a filhos ilegítimos, direito ao divórcio, entre outras conquistas, afinal,

Después de tanta lucha y de tanto debate acumulado, se comprende por qué, ya en la primera hora, las mujeres rusas parecían tener la oportunidad real de salir de una larga historia de ostracismo y opresión. Seguirán conquistando los derechos más avanzados del programa feminista desde el inicio de su historia liberal, incluso en los prolegómenos de la Revolución Francesa, pasando por el sufragismo del siglo XIX hasta el oscurantismo actuante en nuestros tiempos. Ningún país capitalista, por más desarrollado que se encuentre, consiguió la hazaña de, en tan pocos años (1917-1926), aprobar programas tan fundamentales para la mujer trabajadora. (PINASSI, 2017).

Se nos primeiros anos o entusiasmo se deu a partir de grandes conquistas e avanços perante as leis e programas que seriam implementados na URSS para o fim de libertar as mulheres de sua condição anterior, tal vigor revolucionário foi logo cessado, como nos elucidada Pinassi (2017),

Desde el punto de vista del marxismo bolchevique, serían cuatro los elementos a orientar la libertad femenina: 1) unión libre y la formación de una nueva moral sexual revolucionaria; 2) socialización del trabajo doméstico; 3) disolución de la familia tradicional; y 4) la liberación de las mujeres por el trabajo asalariado. Sobre estos puntos, es importante considerar que estaban destinados a un país con 84% de su población viviendo en el campo bajo el peso de la iglesia y de las tradiciones. Y, tan o más importante, es preciso recordar la tesis de la “inevitabilidad del trabajo femenino” tomada aquí, en la forma de trabajo asalariado, como meta esencial hacia la emancipación femenina. Se comprende esto, cuando Marx refiere al proceso de producción y reproducción capitalista, que disuelve la familia y obliga a que la mujer integre el mercado de trabajo. Pero, la cuestión parece muy problemática en el contexto de una revolución que, paradójicamente, presupone la abolición de la propiedad privada a partir de la Economía Política.

Não obstante, esse preceito de inserir a mulher ao mercado de trabalho como essencial para sua emancipação, diante do modelo econômico aderido ainda por Lênin – a Nova Política Econômica (NEP) – que objetivava maior produtividade, procurando resolver a condição de pobreza e miséria na qual a população russa se encontrava, acabou por reproduzir medidas que, ao contrário, reforçaram a situação de miserabilidade, afetando principalmente as mulheres e as crianças, pois,

La NEP, creada por Lenin para revitalizar la economía a través de la reconstrucción del mercado, con incentivo a la pequeña producción industrial, comercial y agraria, si tuvo impacto negativo sobre la clase trabajadora, con la reducción de salarios y de las raciones para sobrevivir, fue todavía peor para las mujeres y sus hijos. Alegando un necesario recorte de los gastos del Estado, se promueve una reducción de los hogares de niños abandonados guarderías y abrigos para madres solteras. Las madres, sin tener donde dejar a sus hijos, perdían sus empleos e, incapaces de mantenerlos los abandonaban cuando no cometían infanticidios. El número de abortos creció

alarmantemente, así como el de divorcios requeridos por hombres que querían librarse del casamiento y de la prole, para contraer un nuevo matrimonio. El retroceso fue inevitable. La realidad amenazadora del desempleo exigía que las mujeres se sometiesen a los trabajos y a los salarios más degradantes en la lógica jerárquica de la producción taylorista de las fábricas. Al mismo tiempo, la situación en general obligaba a que regresasen para el espacio de la reproducción y de la dominación doméstica, acumulando toda suerte de humillación y de explotación. Para los niños de la calle la situación no fue muy diferente ya que la solución del Estado fue destinarlos a la adopción por familias interesadas en la explotación de esta abundante y gratuita fuerza de trabajo. Se abría así, un vacío insuperable entre las grandes ideas de emancipación femenina –sobre todo de aquella que creía en la liberación por el trabajo asalariado– y sus necesidades humanas más primarias. (PINASSI, 2017).

Desta maneira, a libertação das mulheres no contexto pós-revolucionário na Rússia estava fadada ao fracasso. Por fim, ocorreu ainda que, junto ao advento do stalinismo na União Soviética, a burocracia estatal e os interesses dos homens de poder após a morte de Lênin, soterrou todas as conquistas antes contempladas. Andrea D’Atri expõe o seguinte:

Em 1926, sob o regime de Stálin, o matrimônio civil voltou a ser instituído como única forma de união legal. Mais tarde, foi suprimida a seção feminina do Comitê Central do PCUS e seus equivalentes em diversos níveis de organização partidária. Em 1934, não respeitar a família tornou-se conduta “burguesa” ou “esquerdista” aos olhos da burocracia. Em 1944 aumentaram as contribuições do Estado em forma de salário-família, criou-se a ordem da “Glória Maternal” para a mulher que tivesse entre sete e nove filhos e o título de “Mãe Heróica” para a que tivesse mais de dez. Os filhos ilegítimos voltaram a esta condição, que havia sido abolida em 1917, e o divórcio se converteu num trâmite custoso e cheio de dificuldades. (2011, p. 156).

A proibição do aborto, a perseguição aos homossexuais e a valorização da família como célula básica do Estado, tanto que as mulheres com mais filhos eram premiadas, é a demonstração do tremendo recuo sofrido pelo movimento de mulheres na URSS. Apesar de não se tratar da implementação do neoliberalismo, visto que essas medidas são tomadas em fins da década de 1920, esses fatos somente servem para reafirmar a estrutura machista, patriarcal, sexista e misógina que não foi destruída nos primeiros anos de socialismo real. Resquícios de uma cultura passada, mantidos e aplicados neste contexto na forma de um aparato estatal forte que pretendeu controlar a população com base em um conservadorismo que, por certo, teve apoio inclusive de setores populares da Rússia soviética. Os valores enraizados, introjetados nos seres sociais que somos, são extremamente difíceis de serem transformados, é a personalidade bizarramente compósita de “preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas” (GRAMSCI, 1999, p. 94). Esses mesmos valores são, muitas vezes, os mecanismos de dominação nas disputas de poder.

Sem embargo, a revolução russa gerou nas mulheres uma nova constituição de seu ser. Uma vez conquistada algumas vitórias, o retrocesso dificilmente é completo, pois alterou-se o entendimento da mulher sobre si. E assim, permaneceram em luta como podemos observar na valiosa participação da mulher soviética durante a 2ª Guerra Mundial (Figura 25), na qual estas foram soldadas, pilotaram aviões, eram atiradoras de elite, ou seja, contribuíram no combate vitorioso contra a ofensiva nazista em meados do século XX (Figura 26).

**Figura 25. Maria Chalneva orienta o movimento do equipamento militar soviético perto do Reichstag, em Berlim, 01 de maio de 1945.**



Fonte: [http://ciml.250x.com/cwish/portuguese/as\\_mulheres\\_soviéticas\\_a\\_guerra\\_patriótica\\_1946\\_div6\\_portuguese.html](http://ciml.250x.com/cwish/portuguese/as_mulheres_soviéticas_a_guerra_patriótica_1946_div6_portuguese.html) . Acesso em 22/03/2018.

**Figura 26. Mulheres soviéticas passam a ter o direito de prestar serviço militar, 1939.**



Fonte: [https://br.rbth.com/multimedia/inpictures/2013/06/24/mulheres\\_na\\_guerra\\_19875](https://br.rbth.com/multimedia/inpictures/2013/06/24/mulheres_na_guerra_19875). Acesso em 22/03/2018.

Na Nicarágua, a maioria das militantes que aderiram à luta sandinista e formularam sobre a luta das mulheres, assim como na Rússia, aproximaram as questões feministas às de classe a partir do contato com a literatura marxista, como as guerrilheiras Lea Guido e Doris Tijerino. A influência marxista desta última veio a partir de sua mãe que, em suas palavras:

Cuando mi mamá tenía dieciséis años, se vinculó con un comunista chileno que estaba casado con una prima hermana mía. De ahí, entró en contacto con las ideas y la literatura marxista. Mi mamá había guardado un libro para regalárselo a su primera hija mujer [...], el libro se llamaba *La Madre*, de Máximo Gorki. Es interesante anotar que me lo dio cuando cumplí 13 años, porque dice que detectó en mí cierta actitud y mucha pasión política, un antisomocismo visceral (Doris Tijerino, In. BALTODANO, 2001, t.1, p. 238).

Lea Guido, por sua vez, esteve na França em fins de 1968, e vivenciou importantes experiências com a esquerda revolucionária europeia. Por ser estrangeira e não poder se vincular a alguma organização, aproveitou a estadia na Europa para sua formação, como conta em entrevista à Monica Baltodano,

Como extranjera no tenía derecho de organizarme y hasta podía ser expulsada del país. Esa actividad me permitió tener cierta cultura política, leer, conocer gente que hizo aportes muy relevantes, como Ernest Mandel, importante economista en análisis del funcionamiento del capitalismo. (Lea Guido, In. BALTODANO, 2001, t. 3, p. 78).

O contato com a militância revolucionária europeia e a literatura marxista, levou-a diretamente a pensar sobre as mazelas sociais do capitalismo e, como nenhuma outra teoria poderia fazer, através do marxismo Lea Guido (Figura 27) compreendeu a importância de pensar as dimensões interna e externa e a necessidade de união da classe trabalhadora. Em suas palavras,

También fue muy importante ver cómo está interconectada la lucha, cómo no se puede aislar de un contexto internacional. Hoy se habla de “globalización”, pero el movimiento comunista habló de globalización de los oprimidos a nivel mundial desde la Primera Internacional, con el mismo Carlos Marx. Esto fue parte de actitudes políticas que planteaban que la lucha tenía que ser internacional, y que los pobres tenían que unirse para poder hacer frente al auge del capitalismo, que se organizaba a nivel internacional, por los mecanismos del capital. Entonces los obreros y los políticos que apoyaban el movimiento obrero, tenían que hacer de la misma manera. (Lea Guido, In. BALTODANO, 2001, t. 3, p. 78).

**Figura 27. Lea Guido, em entrevista sobre o direito das mulheres de decisão sobre o aborto, março de 2017.**



Fonte: <https://niu.com.ni/lea-guido-las-mujeres-deben-ser-las-unicas-con-derecho-a-decidir/>. Acesso em 24/03/2018.

A lucidez e experiências de Lea Guido, a preocupação com as questões das mulheres e de classe a partir da literatura marxista de Doris Tijerino (Figura 28), decerto surtiram os melhores efeitos na organização de luta destas no processo revolucionário sandinista, e reforçam o caráter classista, de alinhamento com os interesses das classes subalternas para promover a construção de uma nova sociedade. Aliás, enquanto uma das fundadoras da AMPRONAC, Lea Guido e sua postura visionária contribuiu inclusive para a unificação da luta sandinista no momento em que a FSLN encontrava-se dividida. De acordo com a guerrilheira, que veio a ser a Ministra do Bem-estar social no governo revolucionário,

el Frente Sandinista estaba dividido, pero independientemente de la división, las mujeres nos asociamos. Había mujeres de las tres tendencias, pero también había mujeres que no eran del Frente. Había mujeres cristianas, mujeres que eran de la oposición y mujeres que simplemente estaban ahí por sus hijos, por la defensa de los Derechos Humanos. (Lea Guido, In. BALTODANO, 2001, t. 3, p. 80).

**Figura 28. Doris Tijerino e Gladys Báez em atividade parlamentar em Cuba, representando a Nicarágua enquanto deputadas, novembro de 2016.**



Fonte: <http://www.parlacen.int/Prensa/Prensa/tabid/145/EntryId/2198/Diputadas-y-Diputados-de-la-Bancada-de-Nicaragua-firman-Libro-de-Condolencia-en-Embajada-de-Cuba.aspx> . Acesso em 24/03/2018.

A AMPRONAC teve, portanto, um papel fundamental na Revolução Sandinista. Como a violação dos direitos humanos era constante por parte dos agentes somozistas da Guarda Nacional, a associação das mulheres “recebia chamadas telefônicas de distintos lugares” e passou a se organizar nacionalmente, como explicita Lea Guido,

íbamos a los lugares donde más denuncias había. Contactábamos a compañeras para que vinieran a Managua dar testimonio. Pero también ocupábamos todos los espacios. Cuando se dio una manifestación de periodistas al suspenderse el estado de sitio, fuimos con nuestra manta de AMPRONAC. (Lea Guido, In. BALTODANO, 2001, t. 3, p. 87).

Uma das ações da AMPRONAC foi a ocupação da sede da ONU, que durou doze dias, e agregou as mais diferentes mulheres. A ação foi logo após o assassinato do jornalista liberal Pedro Joaquín Chamorro. Lea Guido conta que, “La derecha no estaba muy de acuerdo, e intentó convencernos de no hacer la acción. Doña Zulema Baltodano, tu mamá [mãe de Monica Baltodano], junto com Ethelvina Vigil y mujeres campesinas de las minas y de ciudad Sandino, participaron en la toma de las Naciones Unidas” (Lea Guido, In. BALTODANO, 2001, t.3, p. 88).



A Associação de Mulheres foi, desta forma, primordial para o triunfo revolucionário, justamente por não segregar a luta geral da luta específica feminista. Nas palavras da guerrilheira Monica Baltodano (Figura 29),

Me parece que la organización principal que impulsaba AMPRONAC era la de las mujeres por sus derechos, pero también vinculados a la realidad del conjunto. Si se hubieran quedado sólo con el mensaje de los derechos de la mujer, no hubieran acertado en representar las aspiraciones y las luchas que más afligían a las mujeres, que entonces eran de vida o muerte. (2001, t. 3, p. 90).

**Figura 29. Monica Lopez y Monica Baltodano. Mãe e filha em luta, 1999.**

Mónica López Baltodano Y Monica Baltodano en la tarima de Repliegue 1999.  
**Quien pacta Claudica: ¡que se rinda tu madre!**



Fonte: Arquivo pessoal de Monica Baltodano ( facebook.com).

Importante para a luta sandinista como um todo, no que concerne à mulher nicaraguense, a organização das mulheres desempenhou papel mais relevante ainda em relação à elevação da consciência e da luta feminista, nestes termos. Na fala de Lea Guido a seguir, percebe-se não somente a importância da luta das mulheres no contexto revolucionário, mas também sobre a perpetuação desta luta até os dias atuais,

Porque AMPRONAC fue un momento de reflexión sobre la articulación de la lucha de las mujeres. En un primer momento, el feminismo no se había desarrollado como movimiento fuerte en la región; pero sí había un esfuerzo de reflexión de las luchas de las mujeres con la lucha política, en la lucha contra la dictadura. En un segundo momento, que fue de verdadera reflexión

desde un contexto revolucionario, se trataba de resolver cómo introducir las reivindicaciones específicas de las mujeres y no solamente las específicas de las mujeres, sino de otro tipo de relaciones que se querían entre hombres y mujeres. Esta lucha sigue teniendo validez y hay grupos de mujeres en Nicaragua que continúan trabajando. El otro día hablaba con Sofía Montenegro sobre la importancia de que pudiéramos hacer una síntesis de lo que ha representado en Nicaragua la lucha política en relación a las mujeres. (Lea Guido, In. BALTODANO, 2011, t. 3, p. 97).

Assim, na Nicarágua pós triunfo revolucionário – após a queda da ditadura somozista e início da reconstrução do país – ocorreram uma série de avanços nos três/quatro primeiros anos do processo revolucionário sandinista – de 1979 a 1983 – como a igualdade perante a lei, garantia legal da divisão justa do trabalho doméstico entre homens e mulheres, mulheres em cargos e postos nunca antes alcançados, entre outros, avanços talvez tímidos se comparados à avalanche revolucionária que os primeiros anos da revolução russa promoveram. Porém, da mesma maneira que na URSS, os dirigentes da Frente Sandinista, no momento em que se viram pressionados a discutir questões de mulheres como o aborto, não hesitaram em negar, alegando como prioridade a unidade nacional conquistada, e tais assuntos polêmicos poderiam causar dissidências, além de outras atitudes machistas e sexistas, como aparece na fala de Monica Baltodano sobre ao reconhecimento dos e das militantes sandinistas:

El grado de Comandante Guerrillero se dio con criterios muy machistas, sólo se les otorgó a tres mujeres. Puedo mencionar a varias compañeras que tenían tanto o más méritos que varones a los que se les hizo ese reconocimiento. Igual ocurrió con el título de Comandantes de la Revolución, fue dado a nueve hombres y ninguna mujer. Si no analiza las trayectorias, los aportes históricos, combativos, y las fechas de incorporación, mujeres como Gladys Báez, Doris Tijerino, y otras, seguramente debieron ser Comandantes de la Revolución. Se cometió, en ese sentido, una injusticia, derivada de una concepción machista. (2011, t. 1, p. 213).

Ou seja, “questões de mulher” são tão subversivas à ordem sócio-cultural colocada, que mesmo as mulheres sendo 30% do exército sandinista, suas reivindicações foram ignoradas e sua atuação foi desvalorizada. De qualquer forma, pensar o machismo e lutar contra ele, assim como ocorreu com a mulher soviética, as sandinistas não retornam à sua condição anterior: “La lucha contra el machismo dentro del Frente Sandinista nos trae problemas a las mujeres que participamos en ella, porque después nos volvemos casi insoportables en otros ámbitos, y en otra esferas de la vida”. (Doris Tijerino, In. BALTODANO, 2011, t. 1, p. 243).

Temos aqui, então, os elementos para podermos analisar essas duas experiências históricas:

- 1) Mesmo que interrompidas ou vencidas, tanto a revolução russa quanto a revolução sandinista foram exemplos de união episódica das classes subalternas, em torno de um programa maior de transformação social;
- 2) Tanto no movimento revolucionário russo quanto no nicaraguense, as mulheres tiveram uma participação ativa e massiva, se comparado aos índices de participação anteriores às revoluções, isto é, seja na Rússia ou na Nicarágua, a participação feminina foi essencial para as revoluções triunfarem;
- 3) Os dois movimentos estavam ligados a ideias de transformação social sob a perspectiva das classes subalternas, eram movimentos populares que objetivavam a libertação de toda a classe trabalhadora. Por mais que ambos tenham sido projetos de hegemonias alternativas fracassados, o fator aglutinador e motivador das lutas soviética e sandinista foi a perspectiva classista;
- 4) Ambos movimentos de mulheres foram sufocados no decorrer dos processos de construção da “nova sociedade”. Suas pautas são tão desafiadoras da moral vigente que não houve sequer a real possibilidade de desenvolvimento de uma concepção de mundo livre dos resquícios passados e antepassados, além da situação de guerra na Nicarágua que sufocou a luta das mulheres, e da situação de pobreza e miséria que afligia as russas;
- 5) Portanto, no que concerne aos movimentos de mulheres russas soviéticas e nicaraguenses sandinistas, o que estes possuem em comum é a junção, a união, a não-dicotomia dos elementos **classe** e **gênero** em sua práxis, e ambos processos revolucionários incutiram nas mulheres uma nova consciência, um novo entendimento de si.

Destarte, compreender as Revoluções Russa e Sandinista a partir da participação orgânica das mulheres, se configura em um método riquíssimo de reflexão acerca das possíveis organizações das lutas sociais contemporâneas, visto que estas experiências trazem fatores dos mais variados, que cumpre com diversos objetivos propostos, inclusive neste trabalho, como atenuar a tamanha invisibilidade feminina que há muito não possui sentido algum, a não ser para as camadas dominantes.

Antes de encerrar esse capítulo, é mister registrar as declarações da socióloga Maria Mercedes (Figura 30), visto que se trata de uma mulher nicaraguense que viveu durante nove anos o processo revolucionário popular sandinista, de forma ativa e, portanto, teve a oportunidade de perceber a luta feminista na Nicarágua.

**Figura 30. Maria Mercedes Salgado, 2010.**



Fonte: facebook.com (Perfil pessoal de Maria Mercedes Salgado).

María Mercedes Salgado (MMS), atualmente doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, esteve “durante a revolução, quase 9 anos, em Manágua”, e participou de grupos de estudos sandinista por meses: “Na Nicarágua procurei os membros da Frente Sandinista e comecei minha participação em grupos de estudo durante três meses”.

Quando questionada sobre a o que foi a Revolução Sandinista, MMS foi enfática:

Esquemáticamente, foi o firme propósito de derrubar uma ditadura culpada pelas mazelas do país: a pobreza, o analfabetismo, as doenças, a desigualdade, a proibição de participação política, a repressão. Através de uma aliança multiclassista, a FSLN liderou o movimento de derrubada da dinastia somozista e tentou implementar um projeto baseado em três pilares: economia mista, multipartidarismo e não alinhamento às potências internacionais. Esse projeto fracassou principalmente por causa da guerra do presidente Reagan contra o governo sandinista, que o obrigou a empenhar os poucos recursos do país na defesa, impossibilitando a produção e o crescimento econômico, o constante assédio dos grupos contrarrevolucionários gerou uma perda enorme de vidas humanas. A América Central tornou-se para Reagan uma questão internacional urgente, e ao mesmo tempo que apoiava a contrarrevolução contra o governo sandinista, apoiava os governos ditatoriais de El Salvador e Guatemala na tentativa de impedir que uma revolução nesses países tivesse sucesso. A situação chegou ao ponto de o governo sandinista ter que negociar com a contrarrevolução para pôr fim à guerra. A aliança multiclassista que funcionou durante a luta contra a ditadura, sofreu o desencantamento natural das alianças que se unem em torno a um objetivo específico, e o empresariado

nacional não concordou com a implementação do projeto popular que a FSLN colocou na mesa, levando ao distanciamento e posterior oposição. Do ponto de vista internacional, diante da guerra do Reagan, os países socialistas apoiaram a Revolução Sandinista principalmente colaborando com a economia e a construção do Estado e das instituições, mas a Guerra Fria estava com os dias contados e a queda do muro de Berlim precipitou o desenlace do mundo socialista. Apesar dos erros cometidos pelo governo sandinista, aliás, muito comentados, eu atribuo à guerra o fracasso do projeto. O país inteiro estava sufocado pela guerra.

María Mercedes ressalta, portanto, a situação de guerra enfrentada pela população na Nicarágua, a qual ela identifica como o principal elemento que levou o movimento à derrocada. Fica evidente em sua fala o transformismo presente na FSLN, responsável por diversos erros, mas é à guerra contrarrevolucionária financiada pelos EUA que a nicaraguense atribui o fim da revolução.

Em relação à participação das mulheres, a socióloga reitera a importância destas, por mais que ela não estivesse diretamente envolvida com esse movimento. Sobre a importância da presença feminina na revolução, nossa entrevistada considera que

sim, antes do triunfo da revolução e durante a revolução também. Em 1977, a Tendência Proletária da FSLN se colocou a tarefa de criar uma associação de mulheres em defesa dos direitos humanos. Em setembro desse ano foi lançada por 60 mulheres a Associação de Mujeres ante la Problemática Nacional (AMPRONAC), que elegeu um comitê executivo à frente do qual estava Lea Guido. Primeiro, eram mulheres da classe média e classe média alta, em defesa dos presos políticos da FSLN. Depois foi se ampliando do ponto de vista social e político. Foram incorporadas mulheres de vários estratos sociais, camponesas que sofriam a repressão da GN, assim como sandinistas das três Tendências, dos partidos Conservador e Democrata-Cristão, cristãs, e sem participação política conhecida. A pauta também se ampliou para a defesa de centenas de camponeses desaparecidos na Costa Atlântica da Nicarágua. Depois se organizou em nível nacional, e usaram a denúncia das atrocidades cometidas por Somoza como a tarefa principal, passando depois às ocupações de locais, bater panelas, etc. até fazer parte do Movimento Povo Unido (MPU), uma frente articuladora de operários, estudantes, professores, trabalhadores da saúde, comunidades cristãs, que foi um dos principais apoios da insurreição.

De acordo com Lea Guido, tentavam dar às lutas uma cara feminina, mas, naquele momento o que mais afligia as mulheres era a questão nacional, a repressão aos filhos. A luta das mulheres era contra a ditadura, e sua participação foi chave no MPU e na Frente Patriótica Nacional (FPU). As minhas pesquisas sobre a militância das mulheres na FSLN, no período de luta contra a ditadura, deram como resultado uma participação protagonista de quase 30%, seja nas tarefas políticas, militares ou ambas. Na década de 1960, poucas participaram das guerrilhas ou do movimento estudantil, porém na década de 1970, sua participação aumentou a um ritmo maior ao dos homens.

Mas ela alerta, que

Ao mesmo tempo que há esse avanço na participação das mulheres também há contradições. Mulheres narram que na clandestinidade, eram principalmente elas que realizavam as tarefas domésticas, no entanto, recebiam o mesmo treinamento militar. Com o triunfo da revolução, a FSLN pouco reconheceu formalmente a participação das mulheres, concedendo-lhes pouquíssimos títulos honoríficos. Nenhuma mulher foi incluída na Direção Nacional da FSLN, mesmo tendo méritos para isso, os 9 “comandantes da revolução” eram homens; apenas 3 receberam o título de “comandante guerrilheira”, Mónica Baltodano, Dora María Téllez e Leticia Herrera, enquanto que 34 homens receberam o título de “comandante guerrilheiro”. AMPRONAC virou AMNLAE e nesse segundo momento a reflexão num contexto revolucionário era como introduzir as reivindicações específicas das mulheres e não só das mulheres, mas das relações entre homens e mulheres.

Além disso, seu relato nos permite explorar algo que raramente encontraremos nos livros da história sandinista, – majoritariamente escrita por homens – que são os abusos cometidos pelos próprios companheiros militantes, como ela afirma que “o machismo não só não foi enfrentado em homens e mulheres, nem em alguns membros da alta hierarquia da FSLN, que davam uma de ‘Don Juan’ colecionando mulheres, elas aceitavam em troca de benefícios econômicos, bens escassos naquele período”.

Por fim, quando questionada sobre o atrelamento da luta revolucionária sandinista e das mulheres com as questões de classe, a nicaraguense reiterou nossa hipótese da essencialidade deste debate:

Se “questões de classe” faz referência a esse conjunto de classes e grupos populares, eu diria que sim, mulheres e homens da FSLN lutavam por um projeto popular como diz o nome oficial: Revolução Popular Sandinista. Conseguir fazer uma aliança de classes com setores da burguesia para isolar o regime ditatorial do Somoza foi essencial para o triunfo revolucionário, aliança que logo foi desfeita pelos setores burgueses ao notar que a FSLN tendia a priorizar um projeto popular, cujo principal objetivo era mudar a vida desse sujeito social da revolução.

Desta forma, enfatizamos que a Revolução Sandinista na Nicarágua (1979 – 1990) , por mais que tenha sido um processo fracassado, configurou-se enquanto uma tentativa de consolidação de uma nova hegemonia, com demarcado caráter de classe, que objetivava a superação da sociedade capitalista, ainda sob o formato entreguista do regime Somoza, isto é, a tentativa de concreção de uma nova sociedade, de uma *Nueva Nicaragua*, construída pela e para a população nicaraguense, que resistiu bravamente não apenas de 1979 a 1990, mas desde as épocas do comandante Augusto César Sandino, demonstrando a força da resistência anti-imperialista e anticapitalista dos povos centro-americanos. A história dos vencidos deve ser exaltada, pois é a partir das lições do passado que podemos entender o presente e vislumbrar a possibilidade futura de uma alternativa hegemônica de superação ao sistema dominante vigente. Nas palavras de Leticia Herrera, em entrevista dada à Monica Baltodano,

Considero fundamental el rescate de la historia de nuestro pueblo, porque la lucha contra una de las dictaduras más sangrientas que hubo en América Latina, marcó un cambio en la historia del pueblo nicaragüense. Me parece interesante venir y refrescar un poco la memoria, en estos momentos cuando hay un reasentamiento del neoliberalismo y una muy definida estrategia de fomentar el olvido de la historia, fundamentalmente en las nuevas generaciones. (Leticia Herrera, 2011, t. 1, p. 560).

A participação orgânica das mulheres nicaraguenses na Revolução Popular Sandinista deixou um verdadeiro legado. Assim, para pensarmos a América Latina, uma região da qual somos alienadas de sua cultura, de sua história, é essencial recuperar processos políticos de resistência, como o sandinista, e sua belíssima trajetória de enfrentamento ao imperialismo e de proposição de um tipo de socialismo “*ni calco, ni copia*”<sup>99</sup> das experiências reais europeias: uma transformação social a lá *Nuestra America* deve ser pensada, construída e difundida, considerando a vasta diversidade de nosso tão deslumbrante continente. *¡Nosotras, venceremos!*

---

<sup>99</sup> Referência à frase de José Carlos Mariátegui: “el socialismo peruano no debía ser ni calco, ni copia sino creación heroica”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio desta pesquisa, isto é, o fato que nos inspirou a realizarmos essa reflexão e retomada dos processos políticos de resistência latino-americanos, foi a participação das mulheres na Revolução Sandinista. A hipótese, portanto, era a de verificar através da investigação histórica/bibliográfica se a participação das mulheres sandinistas foi 1) orgânica e 2) essencial ao triunfo no primeiro momento do processo revolucionário nicaraguense. De antemão, acreditamos que a hipótese se cumpre diante dos argumentos apresentados ao longo deste estudo.

Inicialmente, verificamos que para pensarmos a paradigmática Revolução Sandinista é necessário ter ciência de que nada ocorre por acaso, de forma espontânea ou automática. Os acontecimentos históricos possuem uma causalidade que nosso marco teórico – o marxismo, mais especificamente, o pensamento gramsciano e suas categorias de hegemonia, transformismo e classes subalternas – contribui para uma leitura dos fatos em sua totalidade. Desta forma, a digressão histórica acerca da Nicarágua, a evidência da dinâmica entre as dimensões interna e externa, ou seja, o âmbito da Política Internacional, a atuação dos e entre os Estados, as disputas por hegemonia e seus desdobramentos na política interna das nações, se faz determinante para a compreensão não só do começo, como do ápice e até mesmo da derrocada do processo revolucionário em questão.

A atuação dos Estados Unidos e as disputas hegemônicas na região centro-americana, impulsionadas por uma série de processos de resistência contra o imperialismo em um momento de bipolaridade do Sistema Internacional – bloco socialista *versus* bloco capitalista – e com um epicentro revolucionário em pleno mar do Caribe – Cuba Socialista – leva-nos a entender como foi possível almejar as condições objetivas e subjetivas necessárias para dar início a uma revolução de tamanha proporção como foi a nicaraguense, que conseguiu através da luta armada e da luta das ideias, acabar com uma das mais duradouras, violentas e entreguistas ditaduras latino-americana, a “dinastia” da família Somoza, e dar início a um movimento novo, de reconstrução do país, de tentativa de consolidação de uma nova hegemonia. Pensar, portanto, o contexto histórico e as implicações dessa dinâmica entre o interno e o externo, elucida-nos a compreender o triunfo, assim como a derrota da Revolução Sandinista, pois, em fins dos anos 1980, a conjuntura muda abruptamente, temos o desmantelamento do bloco soviético, o isolamento de Cuba, Ronald Regan no comando dos EUA, por consequência, a permanência dos *Contras* na Nicarágua, e a ofensiva imperialista agora difundindo um novo formato que se



pretendia hegemônico de atuação da burguesia, o neoliberalismo. É neste contexto que constatamos os aspectos transformistas na FSLN, transformismo não só sofrido a partir da cooptação dos líderes, mas também exercido pela Frente Sandinista, ao abdicar das pautas revolucionárias, apoiar-se em políticas neoliberais e, por fim, cair nas tramas do pleito eleitoral, perdendo a eleição para a UNO, conduzida por Violeta Chamorro (financiada pelos EUA). Resultado do caráter transformista que adquiriu a FSLN, visto que a população estava cansada da guerra contrarrevolucionária e a direção cada vez mais afastada dos interesses das classes subalternas. Percebe-se: o momento em que as pautas revolucionárias passam a ser secundárias, coincide com a expansão do neoliberalismo, e assim, da difusão de sua visão de mundo individualista, consumista e mercadológica.

Tão importante quanto a compreensão de como a dimensão externa implica em uma dinâmica com as questões internas às nações – o que nos auxilia a compreender a vitória e a derrota da Revolução Sandinista –, é a participação das mulheres, na qual foi possível visualizar como a implementação do neoliberalismo prejudicou suas pautas, reproduzindo um tipo de transformismo que percebemos através da imediata *onguização* dos movimentos sociais de mulheres, isto é, das transformações de organizações de luta, inclusive sandinistas, em Organizações não-Governamentais, adequando-se ao projeto neoliberal de atuação feminista.

De qualquer forma, a participação das mulheres na Revolução Nicaraguense foi primordial, não à toa elas são o objeto central desta pesquisa. Mesmo que o projeto sandinista de uma nova sociedade não tenha se consolidado, a mulher desempenhou um papel fundamental na luta em vários sentidos, e alcançou patamares antes imensuráveis. A presença das mulheres no processo revolucionário sandinista se mostrou enquanto resultado de uma longa caminhada, fazendo necessária uma digressão desde a mulher indígena da Nicarágua, passando pela forçada submissão aos ditames dos colonizadores europeus, pelas mulheres das classes dominantes e sua luta liberal, as das classes subalternas atreladas à luta de Sandino, até chegarmos às vitoriosas sandinistas. Trata-se, então, de uma causalidade histórica, localizada em seu espaço e seu tempo.

A luta das mulheres na Revolução Sandinista nos elucida a importância da participação destas nos processos políticos e como, de fato, as mulheres sempre estiveram presentes nesses momentos, algo que a história ocidental tende a ocultar. O que aconteceu na Nicarágua não pôde ser ocultado, e fez saltar aos olhos a relevância desta organização, levando-nos a refletir sobre como as lutas revolucionárias que visam a superação do sistema capitalista,

necessariamente devem atrelar as condições de desigualdade de gênero e raça/etnia em suas pautas. Da mesma forma que, para organizar a luta feminista em torno da emancipação das mulheres, é essencial considerar a condição de classe. Daí nosso entendimento de que as mulheres configuram uma *fração* de grupos subalternos, com suas pautas específicas que, mesmo atrelada às mais amplas, representaram como se dão as disputas internas entre as frações de classes na construção de uma alternativa hegemônica, demonstrando a heterogeneidade dos subalternos e evidenciando a dificuldade de se conquistar a unidade destes, tão fundamental para a formação de uma concepção de mundo de superação da hegemonia dominante.

Assim, a Revolução Sandinista é uma demonstração de unificação episódica das classes subalternas, produzindo diversas conquistas e avanços como a queda de Somoza e a Junta de Governo de Reconstrução Nacional nos primeiros anos de construção revolucionária do país. Neste bojo de transformações, as mulheres tiveram suas conquistas, ainda que limitadas, mas se mantiveram organizadas, levantando pautas específicas, sem perder o viés revolucionário junto à luta dos subalternos. Situação que não demora a sofrer uma inflexão, causada pela heterogeneidade dos grupos unificados e pelo já citado transformismo da FSLN que aflige todo o processo revolucionário sandinista, inclusive o das mulheres.

Não só reflexo do transformismo, a pauta das mulheres sandinistas sofreu uma invisibilidade e desmerecimento por parte do Diretório Nacional, majoritariamente composto por homens, que deixou evidente como as questões feministas são ignoradas mesmo no âmbito da esquerda, mesmo em um contexto revolucionário, o que nos leva a reiterar a dupla batalha enfrentada pelas sandinistas, o de manter a revolução e lutar por suas pautas específicas. A subalternização das mulheres entre as próprias classes subalternas é a mais pura demonstração do prevailecimento da moral machista e patriarcal dos homens sandinistas, também reproduzida por muitas mulheres.

Destarte, no que concerne à relação entre luta das mulheres e luta de classes, nosso trabalho permitiu abordar de forma crítica algumas teorias feministas que são influências para o feminismo na América Latina. Verificamos como elas tratam a questão de classe, sem deixar de fazer também a devida crítica às esquerdas que consideram as questões de gênero, sexualidade, raça e etnia inferiores à luta de classes, reproduzindo a máxima ortodoxa da centralidade na classe para a superação de todas as mazelas sociais. Ora, nossa pesquisa se mostra útil, desta maneira, para reiterar que não há como hierarquizar elementos imbricados como gênero-raça/etnia e classe, visto que o sistema de dominação-exploração da tríade

capitalismo-patriarcado-racismo opera nessas duas frentes, dominando ideologicamente e explorando economicamente a partir das opressões. Em termos da América Latina, fica ainda mais evidente a relação entre exploração e opressão, visto que nosso continente possui uma trajetória de enfrentamento desde os tempos da colonização europeia, com grande combatividade, o que podemos verificar no feminismo insurgente das zapatistas e farianas, por exemplo.

Do ponto de vista da pesquisa em si, ela cumpre dois papéis, 1) o entendimento da participação orgânica das mulheres, assim como o entendimento dos processos políticos na América Latina e, 2) do ponto de vista teórico, revela a convergência entre feminismo, classe e os conceitos gramscianos de hegemonia, transformismo e classes subalternas. Temos em Gramsci a possibilidade de realizar uma análise dos feitos históricos que nos remete a considerar que não há uma classe trabalhadora única, no sentido homogêneo, e que há sim uma diversidade nas camadas populares que faz necessário uma leitura conjectural que nos leve a identificar elementos aglutinadores das classes subalternas, que possa efetuar a luta política em conexão com a luta de classes. É a demonstração da concretude somada à teoria, como nos elucida a pensar Marx, na Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: “as armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem”<sup>100</sup>.

Consideramos, portanto, que cumprimos com o objetivo desta pesquisa, compreendo a participação orgânica e fundamental das mulheres no processo revolucionário sandinista, e também por termos identificado o elemento aglutinador das classes subalternas: a não segregação das questões de gênero e de classe, além de verificarmos como as tidas “questões de mulheres”, unificadas à pauta de emancipação humana, constituem um grande perigo às estruturas de dominação-exploração da sociedade burguesa capitalista, o que as mulheres sandinistas nos deixou evidente em sua luta e sua atuação.

Por fim, cabe a nós ressaltarmos um fato que aconteceu poucas semanas antes da conclusão deste trabalho, especificamente no dia 14 de março de 2018, na capital do Rio de

---

<sup>100</sup> MARX, Karl. Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/critica/introducao.htm>. Acesso em 31/03/2018.

Janeiro: a execução da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Importante demarcar também que até a data de conclusão desta pesquisa, não havia sido identificado os mandantes de tal ato.

Marielle Franco, eleita vereadora em 2016 na cidade do Rio de Janeiro, era filiada ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, votada por mais de 45 mil pessoas. Era mulher negra, feminista, LGBT e cria da favela, como ela mesma se identificava, além de uma potente ativista dos direitos humanos. Ou seja, Marielle representava aquilo que existe de mais vulnerável à dominação-exploração do sistema vigente, desprivilegiada por ser mulher negra, por ser pobre, por ser lésbica, por ser completamente desprovida de poder diante da estrutura social colocada. Porém, enfrentando a lógica desta estruturada hierarquia ao alcançar o patamar de legisladora e, a partir de sua atuação institucional, ter a possibilidade de denunciar e escancarar o processo covarde e exterminador da população negra periférica da intervenção militar federal no RJ, acabou tendo sua vida interrompida por aqueles que visam literalmente a manutenção da hegemonia dominante burguesa, branca, heterossexual e reacionária.

Portanto, e infelizmente, nossa conclusão acerca da essencial vinculação das questões de gênero, raça/etnia à luta de classes é reforçada com o trágico assassinato de Marielle. Sua morte foi política, foi planejada e tinha como objetivo o silenciamento das vozes subalternas – que teimam em ecoar mesmo em tempos tão difíceis – ressaltando o lado da coerção, do domínio com base na força da hegemonia burguesa em nosso país. Marielle, desta maneira, era um imenso perigo às classes dominantes, pois representava a possibilidade de mudança a partir do levantamento das classes subalternas, das mulheres, dos e das LGBTs, dos negros e das negras. Marielle vive em nós, sua luta permanecerá em marcha através de seu legado e da continuidade desta batalha travada por aqueles e aquelas que almejam a emancipação humana. *Marielle e Anderson, presente! Hoje e sempre.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo : Brasiliense, 2003.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Trad. Sérgio Bath (1 a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BALTODANO, Mónica. *Nicarágua: Do sandinismo ao orteguismo*. **Rebelión**, Curitiba, p.1-5, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Memorias de la Lucha Sandinista. Tomo 1: De la forja de la vanguardia a la montaña**. 2do. tiraje, Fundación Roxa Luxemburgo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Memorias de la Lucha Sandinista. Tomo 2: El crisol de las insurrecciones: Las Segovias, Managua y León**. 2do. tiraje, Fundación Roxa Luxemburgo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Memorias de la Lucha Sandinista. Tomo 3: El caminho a la unidad y al triunfo. Chinandega, Frente Sur, Masaya y la toma del Búnker**. 2do. tiraje, Fundación Roxa Luxemburgo, 2011.

BELLI, Gioconda. **O olho da mulher**. Diamantina : Arte Desemboque, 2012.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2001.

CARUSO, Raimundo C. **Libre Nicaragua Livre (entrevistas, reportagens)**. Florianópolis – SC : Edição do autor, 1980.

CASTRO, Mary Garcia. *Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais*. In. **Crítica Marxista**, n. 11, 2000, pp. 98-108.

CEBERIO, Jesús; INVERNIZZI, Gabriele; PISANI, Francis. **Sandinistas. Entrevistas a los comandantes Bayardo Arce, Humberto Ortega y Jaime Wheelock**. Manágua : Editorial Vanguardia, 1986.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ª ed. – São Paulo : Outras Expressões, 2012.

CORTÁZAR, Julio. **Nicarágua, tão violentamente doce**. 1. ed. Tradução de Emir Sader. – São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1987.

COSSE, Gustavo. **Aparato Estatal y Régimen Político la transición em Nicaragua, 1979 – 1981**. Serie de Documentos e Informes de Investigación, Programa Buenos Aires – 1987 – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO).

D'ATRI, Andrea. *Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsias*. In. **Lutas Sociais**, nº 27, 2011, p. 144-158.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. In. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 29, p. 63-78, nov, 2007.

FARC-EP, **Tesis de Mujer y Género para el Congreso Constitutivo del Partido. El papel de las mujeres guerrilleras de las FARC-EP**. Colombia, 2017. Disponível em: <https://www.mujeferiana.org/images/pdf/TESIS-DE-GENERO.pdf> . Acesso em 21/03/2018.

FERNANDÉZ PONCELA, Anna M. **Mujeres, revolución y cambio cultural: Transformaciones sociales versus modelos culturales**. Anthropos Editorial; México; UAM – Xochimilco, 2000.

FSLN, **Programa Histórico del FSLN**, 1969.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 1**. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, vol. 5**. Edição e Tradução, Luiz Sergio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, vol. 3**. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 1. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro : Edições Graal, 1978.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrada – Resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. Florianópolis : Insular, 2016.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)** / Orgs. Guido Liguori e Pasquale Voza – 1.ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

LIRA, E. C.; MARTINÉZ, J. J. **El Movimiento de Mujeres y la lucha por sus derechos: movimientos sociales y ciudadanía en Centroamérica**. 1ªed. Managua : CINCO, 2010.

LOVATTO, Angélica. *Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti*. In. **Lutas Sociais** nº 27, 2011, p.110-118.

MACIEL, David. *Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci*. In. **História Revista**, v. 11, n. 02, pp. 273-299, jul./dez. 2006.

MAREGA, Marisa. **A Nicarágua Sandinista**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1981.

MARX, Karl. *Introdução à Crítica da Economia Política*. In. **Para a crítica da economia política**. São Paulo : Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MATHIAS, Meire. *Hegemonia e Processos de Integração na América Latina: Contribuições ao debate*. In. **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos; Noemia Ramos Vieira; Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (organizadores). – Marília: Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 113-128.

\_\_\_\_\_. *O Desenvolvimento sob impacto das Reformas na América Latina: o legado dos anos 1990*. In. **Novos Rumos, Marília**, v. 49, n. 2, p. 121-134, Jul.-Dez., 2012.

\_\_\_\_\_. *Teoria de Relações Internacionais e a Concepção de Política Exterior: uma reflexão em Gramsci*. In. **Visões do Sul: Crise e Transformações do Sistema Internacional**. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Alexandre Fuccille (organizadores). – Marília : Oficina Universitária; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016. p. 97 – 114.

MONAL, Isabel. *Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos*. In. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Org. Carlos Nelson Coutinho, Andréa de Pauxa Teixeira. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p. 189 – 199.

MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Recife : Guararapes, 1981.

MONTOYA, Victor. **Las mujeres em América, antes y después de la conquista**. 02/09/2008. Texto disponível em <http://www.alainet.org/es/active/26017>. Acesso em 06/08/2017.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília, DF: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ipri, 2003.

MORLINA, Fabio Clauz. **Teologia da Libertação na Nicarágua Sandinista**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

MOTTA, Daniele Cordeiro. **Desvendando o nó : a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

PALAZÓN SAÉZ, Gema D., “*Antes, durante, después de la revolución...La lucha continúa del Movimiento feminista en Nicaragua*”, In. **Lectora**, 13: 115-131. ISSN: 1136-5781 D.L. 395-1995, 2007.

PALICER, Raony. **O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais, 2017.

\_\_\_\_\_; MATHIAS, Meire. **Hegemonia e Política Internacional na América Central**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, PROLAM-USP, 2016.

PASSOS, Rodrigo Duarte F. Dos. *Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: Um esboço sobre o papel dirigente das Classes e Grupos Sociais*. In. **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos; Noemia Ramos Vieira; Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (organizadores). – Marília: Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 93 – 112.

PINASSI, Maria Orlanda. *Mujeres en la revolución rusa. Conflictos entre ley y vida*. In. **Revista Herramienta, Nº 60**, 2017. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-60/mujeres-en-la-revolucion-rusa-conflictos-entre-ley-y-vida> . Acesso em 31/03/2018.

RANDALL, Margaret. **Estamos todas despertas**. 1. ed. Tradução de Beatriz A. Cannabrava e Maria Angélica Trajber. - São Paulo : Global Editora, 1982.

SÁ, Roger dos Anjos de. **A Revolução Sandinista: do triunfo à derrota (1979-1990)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade**. 3ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O fardo das brasileiras – de mal a pior*. In. Revista **Escrita/Ensaio, Mulher Brasileira: a caminho da libertação**, Ano III, n. 5, São Paulo, 1979, pp. 10-39.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo : Moderna, 1987.

SANCHES, Rodolfo. **“Projeto Chile”: um elo ativo na revolução passiva**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

SCHILD, Verónica. *Feminismo e neoliberalismo na América Latina*. In **Nueva Sociedad, Especial em Português: Desafios e Perspectivas da democracia**. Junho, 2017, p. 98 – 103. Disponível em: <http://nuso.org/revista/desafios-e-perspectivas-da-democracia/> . Acesso em 10/08/2017.

VILAS, Carlos M. **Nicarágua, Hoje: Análise da Revolução Sandinista**. 1. ed. Tradução de Cláudia Schilling. – São Paulo : Vértice, 1986.

WILSON, John-Paul. *Sandinista impact on Nicaraguan Gender Relations*. **Latin American Essays**, Volume 24, 2010, p. 5-18.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaragüense**. 1. ed. Tradução de Maria Silvia.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARUZZA, Cinzia. *Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo?* In. **Lutas Sociais** n° 27, 2011, p. 159-171.

ASSUNÇÃO, Diana; D’Atri, Andrea. **Feminismo e Marxismo**. 1ª edição. São Paulo : Edições Iskra, 2017.

BALTODANO, Mónica. **Memorias de la Lucha Sandinista. Tomo 4: Rebeldía e insurrección en el departamento de Carazo**. 2do. tiraje, Fundación Roxa Luxemburgo, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo : Editora Brasiliense S.A, 1984.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. 1ª ed. – São Paulo : Boitempo : Iskra Edições, 2014.

SCHNEIDER, Graziela (Org.). **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética**. 1ª ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

SILVA, Antonio Ozaí da. *Fotografia e Ensino de Sociologia*. In **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n.190, 2017, pp. 41-51.

TOFFANELLI, Ana Caroline. **Educar para a diferença: uma análise das relações de gênero presentes na literatura infantil sob o olhar da Psicologia Histórico Cultural e do feminismo de orientação marxista**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2016.

## ANEXO

Entrevista realizada com María Mercedes Salgado, doutoranda em Sociologia pela USP, nicaraguense de origem, em 24 de fevereiro de 2018.

### **Entrevistadora (E): Quem é María Mercedes?**

**María Mercedes Salgado (MMS):** Nasci em León, Nicarágua em 16 de junho de 1952. Irmã mais velha de cinco filhos. Pai, contador de nível médio, agente vendedor de casas importadoras de medicinas, e mãe, contadora de nível médio, dona de casa, ajudava o marido na contabilidade de algumas empresas comerciais da cidade de León. Ambos praticantes da fé católica, prezavam a educação religiosa e escolheram o Colégio Assunção para as três meninas, e o Colégio Lassalle para os dois rapazes.

Durante o curso primário participei da catequese nos bairros pobres da cidade. Na secundária, ocorreu a mudança de uma parte da Igreja católica latino-americana para a Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres. As freiras do meu colégio aderiram e nós, alunas, nós voltamos para os bairros pobres com o objetivo de ajudar a melhorar as condições de vida da população e criar a consciência de que era ela o principal ator da sua libertação. Esse tipo de prática chocava com a ditadura.

Ao término do colegial, em janeiro de 1969, me ofereci como voluntária para participar em um programa que as freiras da Assunção geriam na Guatemala. Era numa comunidade indígena e a nossa missão no Colégio Indigenista de Cabricán, (éramos 6 meninas de diferentes colégios Assunção) era ensinar na escola primária as matérias do ano escolar. Por ser uma comunidade abandonada pelo poder público, os indígenas não usufruíam do direito à educação pública, as freiras e o pároco, um sacerdote norte-americano da ordem dos Maryknoll, tentavam suprir essa necessidade. Eu dava aulas de matemáticas.

De Cabricán fui a Montpellier, França, estudar Sociologia, em maio de 1970. A carreira não existia na Nicarágua e a escolha do país e região foi totalmente ao acaso, por ter conhecido uma pessoa que lá estudou. Viajei com uma amiga, dispondo do dinheiro necessário para a viagem, moradia e transporte local, o curso era grátis e a comida no restaurante universitário subsidiada. Trabalhei durante as férias na colheita de uvas para financiar alguma viagem fora da França. Cursei dois anos na Universidade Paul Valéry, convivi com estudantes de outros países da América Latina na Associação dos Estudantes Latino-americanos. Resolvi em agosto

de 1972, voltar para a Nicarágua para ser coerente com o pensamento de que a situação nos nossos países exigia fazer uma revolução e me sentia comprometida com essa ideia.

Na Nicarágua procurei os membros da Frente Sandinista e comecei minha participação em grupos de estudo durante três meses. O meu namorado brasileiro na França, estudante de pós-graduação no Instituto Agronômico de Altos Estudos, tinha voltado para o Brasil, e me encontrou na Nicarágua. Ele já estava militando no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), e me propôs vir morar com ele em São Paulo. Assim foi como entrei de cabeça na militância contra a ditadura militar, enquanto retomava meus estudos de Sociologia na Universidade de São Paulo. Demorou apenas um ano e alguns meses de militância, em março de 1974 sofremos as primeiras prisões. Na mesma noite, membros da polícia política entraram no nosso apartamento, logo depois de termos saído, o que nos obrigou a entrar na clandestinidade. Foi feito um processo judicial militar contra vários militantes, acusados de associação para delinquir, etc., e fomos condenados a três anos de prisão em 1975, período que finalizou em agosto de 1979 com a aprovação da Lei da Anistia.

Com o triunfo da Revolução Sandinista viajei para a Nicarágua e lá fiquei até março de 1981 trabalhando numa fábrica metalúrgica, encarregada da assistência social aos trabalhadores. Em fevereiro de 1982, fui nomeada pelo governo sandinista diplomata da Embaixada da Nicarágua em Brasília, onde permaneci até outubro de 1986.

A meu pedido, em 1986, o Ministério do Exterior me transferiu para Manágua. Fui assistente do ministro de Turismo até 1990, data em que a FSLN perdeu as eleições e entregou o governo para a oposição. Permaneci na Nicarágua trabalhando na indústria hoteleira.

Em 1995, voltei ao Brasil e continuei trabalhando no mesmo ramo. Em 2002 foi regulamentada a Lei da Anistia e em 2004 pude voltar para a USP onde terminei a graduação em Sociologia. De 2013 a 2016, cursei o mestrado cujo título é “Recrutamento em movimentos de alto risco: o caso da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua”, sob a orientação da professora Angela Alonso. Iniciei o doutorado em 2017, “Recrutamento em movimentos de alto risco na América Central” no qual pretendo fazer uma análise comparativa com a FMLN de El Salvador, e a URNG da Guatemala, sob a orientação da mesma professora. Tenho uma pequena empresa de pesquisas sociais com um sócio, a Expertise Social Ltda. Trabalho com pesquisas e traduções. Tenho 2 filhos, Ana Isabel e Gabriel Eduardo, e dois netos. Sou divorciada. Pretendo me aposentar em maio deste ano. Minha família estendida mora na Nicarágua e quase todo ano eu faço uma visita.

**E: Por quanto tempo e em quais lugares viveu na Nicarágua?**

**MMS:** De 1952 a 1968. León. De agosto a outubro de 1972. León. De outubro de 1986 a maio de 1995, Manágua.

**E: Qual foi sua impressão, ou melhor, o que foi a Revolução Sandinista?**

**MMS:** Esquemáticamente, foi o firme propósito de derrubar uma ditadura culpada pelas mazelas do país: a pobreza, o analfabetismo, as doenças, a desigualdade, a proibição de participação política, a repressão. Através de uma aliança multiclassista, a FSLN liderou o movimento de derrubada da dinastia somozista e tentou implementar um projeto baseado em três pilares: economia mista, multipartidarismo e não alinhamento às potências internacionais. Esse projeto fracassou principalmente por causa da guerra do presidente Reagan contra o governo sandinista, que o obrigou a empenhar os poucos recursos do país na defesa, impossibilitando a produção e o crescimento econômico, o constante assédio dos grupos contrarrevolucionários gerou uma perda enorme de vidas humanas. A América Central tornou-se para Reagan uma questão internacional urgente, e ao mesmo tempo que apoiava a contrarrevolução contra o governo sandinista, apoiava os governos ditatoriais de El Salvador e Guatemala na tentativa de impedir que uma revolução nesses países tivesse sucesso. A situação chegou ao ponto de o governo sandinista ter que negociar com a contrarrevolução para pôr fim à guerra. A aliança multiclassista que funcionou durante a luta contra a ditadura, sofreu o desencantamento natural das alianças que se unem em torno a um objetivo específico, e o empresariado nacional não concordou com a implementação do projeto popular que a FSLN colocou na mesa, levando ao distanciamento e posterior oposição. Do ponto de vista internacional, diante da guerra do Reagan, os países socialistas apoiaram a Revolução Sandinista principalmente colaborando com a economia e a construção do Estado e das instituições, mas a Guerra Fria estava com os dias contados e a queda do muro de Berlim precipitou o desenlace do mundo socialista. Apesar dos erros cometidos pelo governo sandinista, aliás, muito comentados, eu atribuo à guerra o fracasso do projeto. O país inteiro estava sufocado pela guerra.

**E: E você esteve no país durante aquele momento? Onde e por quanto tempo?**

**MMS:** Durante a revolução, quase 9 anos, em Manágua.

**E: Em relação as mulheres, qual importância da participação das mulheres no processo revolucionário sandinista? Elas tiveram, de fato, um papel fundamental na Revolução?**

**MMS:** Considero que sim, antes do triunfo da revolução e durante a revolução também. Em 1977, a Tendência Proletária da FSLN se colocou a tarefa de criar uma associação de mulheres em defesa dos direitos humanos. Em setembro desse ano foi lançada por 60 mulheres a

Associação de Mujeres ante la Problemática Nacional (AMPRONAC), que elegeu um comitê executivo à frente do qual estava Lea Guido. Primeiro, eram mulheres da classe média e classe média alta, em defesa dos presos políticos da FSLN. Depois foi se ampliando do ponto de vista social e político. Foram incorporadas mulheres de vários estratos sociais, camponesas que sofriam a repressão da GN, assim como sandinistas das três Tendências, dos partidos Conservador e Democrata-Cristão, cristãs, e sem participação política conhecida. A pauta também se ampliou para a defesa de centenas de camponeses desaparecidos na Costa Atlântica da Nicarágua. Depois se organizou em nível nacional, e usaram a denúncia das atrocidades cometidas por Somoza como a tarefa principal, passando depois às ocupações de locais, bater panelas, etc. até fazer parte do Movimento Povo Unido (MPU), uma frente articuladora de operários, estudantes, professores, trabalhadores da saúde, comunidades cristãs, que foi um dos principais apoios da insurreição. De acordo com Lea Guido, tentavam dar às lutas uma cara feminina, mas, naquele momento o que mais afligia as mulheres era a questão nacional, a repressão aos filhos. A luta das mulheres era contra a ditadura, e sua participação foi chave no MPU e na Frente Patriótica Nacional (FPU).

As minhas pesquisas sobre a militância das mulheres na FSLN, no período de luta contra a ditadura, deram como resultado uma participação protagonista de quase 30%, seja nas tarefas políticas, militares ou ambas. Na década de 1960, poucas participaram das guerrilhas ou do movimento estudantil, porém na década de 1970, sua participação aumentou a um ritmo maior ao dos homens.

Ao mesmo tempo que há esse avanço na participação das mulheres também há contradições. Mulheres narram que na clandestinidade, eram principalmente elas que realizavam as tarefas domésticas, no entanto, recebiam o mesmo treinamento militar. Com o triunfo da revolução, a FSLN pouco reconheceu formalmente a participação das mulheres, concedendo-lhes pouquíssimos títulos honoríficos. Nenhuma mulher foi incluída na Direção Nacional da FSLN, mesmo tendo méritos para isso, os 9 “comandantes da revolução” eram homens; apenas 3 receberam o título de “comandante guerrilheira”, Mónica Baltodano, Dora María Téllez e Leticia Herrera, enquanto que 34 homens receberam o título de “comandante guerrilheiro”.

AMPRONAC virou AMNLAE e nesse segundo momento a reflexão num contexto revolucionário era como introduzir as reivindicações específicas das mulheres e não só das mulheres, mas das relações entre homens e mulheres.

**E: Quais são suas referências e/ou impressões acerca das mulheres sandinistas?**

**MMS:** Admiração e respeito. Além da dupla jornada de trabalho, a escassez de muitos bens básicos, e principalmente a guerra e as tarefas da defesa da revolução sobrecarregavam as mulheres. Enfrentaram os problemas com muita valentia, era terrível olhar para aquelas mães que perderam seus filhos na guerra, muitas perderam mais de um.

**E: O movimento de mulheres levantava pautas feministas? Era um movimento considerado feminista?**

**MMS:** Quero esclarecer que eu pessoalmente não tive nenhuma participação em AMNLAE, nem estava consciente das questões de gênero, o que conheço é através de leituras posteriores. Antes da revolução, como comentei acima, as pautas não tinham relação com a questão de gênero, a preocupação era com a questão nacional. Num segundo momento, AMNLAE tinha claramente duas tendências: um grupo atrelado às posições da FSLN, ou seja, pautas como o aborto, a contracepção, planejamento familiar, a violência machista, etc. não eram pautas da FSLN, dirigida por homens; outro grupo levantava essas pautas e era criticado como sendo pautas importadas, ou pequeno-burguesas. Não quer dizer que nada foi feito no campo da nova constituição de 1986, mas não se enfrentou profundamente problemas mais sentidos como o uso de anticoncepcionais massivamente para evitar o crescimento a altas taxas da população, muito sentido pelas mulheres mais pobres. Ou o problema do aborto pois a FSLN não queria outro ponto de atrito com a Igreja Católica, além dos que já tinha. O governo sabia que se faziam abortos nas clínicas das ONG que tentavam ajudar as mulheres, no entanto, não eram reprimidos, se fazia de desentendido. O machismo não só não foi enfrentado em homens e mulheres, nem em alguns membros da alta hierarquia da FSLN, que davam uma de “Don Juan” colecionando mulheres, elas aceitavam em troca de benefícios econômicos, bens escassos naquele período. Com a guerra do Reagan, AMNLAE consumiu todos os esforços no trabalho com as mães de heróis e mártires da revolução, adiando as pautas feministas uma vez mais.

**E: A luta das mulheres sandinistas estava atrelada a questões de classe? Se sim, esse atrelamento foi essencial para o triunfo do processo revolucionário?**

**MMS:** Faço minhas as palavras de Carlos Vilas em *El sujeto social de la Revolución Sandinista* (Vilas, 1985): *“Una de las cuestiones interesantes de las guerras de liberación y las revoluciones sociales del Tercer Mundo es que las luchas por profundas transformaciones sociales e, incluso, por un horizonte socialista, no tienen como fuerza principal a un partido proletario ni a organizaciones donde la clase obrera constituye el componente principal. El protagonista fundamental de estos movimientos es, antes bien, un complejo conjunto de clases y grupos populares - artesanos, campesinos, semiproletarios, jóvenes, pobres de la ciudad y*

*del campo - donde la clase obrera no es un componente mayoritario. Este perfil social propio de las revoluciones y guerras de liberación del Tercer Mundo obedece en definitiva al modo en que el capitalismo se desarrolló en estos países, articulándose a formas no capitalistas de producción y circulación, subordinándolas pero sin eliminarlas plenamente.” (p. 119).*

*“El sujeto social de la insurrección y de los tramos finales de la lucha revolucionaria sandinista surge así con un carácter más popular, en el sentido amplio de masas trabajadoras, que proletario en el sentido estrecho. Más exactamente, surge con un perfil donde los componentes proletarios se articulan y entremezclan en un amplio y complejo espectro de situaciones de pobreza generalizada y muy aguda, y de inestabilidad e inseguridad en todas las dimensiones de la vida-coherente con la estructura socioeconómica del tipo de capitalismo que venía desarrollándose en el país.” (p.135).*

Se “questões de classe” faz referência a esse conjunto de classes e grupos populares, eu diria que sim, mulheres e homens da FSLN lutavam por um projeto popular como diz o nome oficial: Revolução Popular Sandinista. Conseguir fazer uma aliança de classes com setores da burguesia para isolar o regime ditatorial do Somoza foi essencial para o triunfo revolucionário, aliança que logo foi desfeita pelos setores burgueses ao notar que a FSLN tendia a priorizar um projeto popular, cujo principal objetivo era mudar a vida desse sujeito social da revolução.